

Mulher negra: preconceito, sexualidade e imaginario	Titulo
Castro, Yeda Pessoa de - Autor/a; Quintas, Fátima - Compilador/a o Editor/a; Carvalho, Suely - Autor/a; Nascimento, Lucidalva Maria do - Autor/a; Souza, Vera Cristina de - Autor/a; Molina, Aurelio - Autor/a; Moura, Hélio A. de - Autor/a; Santos, Thereza - Autor/a; Saffioti, Heleieth I.B. - Autor/a; Carvalho, Islene - Autor/a; Lehmann-Carpzov, Ana Rosa - Autor/a; Rufino, Alzira - Autor/a; Reis, Dayse - Autor/a; Souza, Edileuza Penha de - Autor/a; Costa, Elíude Alves Ferreira da - Autor/a; Andrade, Inaldete Pinheiro de - Autor/a; Lipke, Ana Maria Cantalice - Autor/a; Queiroz, Delcele Mascarenhas - Autor/a; Adam, Michel - Autor/a;	Autor(es)
Recife	Lugar
INPSO-FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais-Fundacao Joaquim Nabuco	Editorial/Editor
1995	Fecha
	Colección
Discriminación basada en el sexo; Comportamiento sexual; Sexualidad; Mujeres; Pobreza; Discriminación racial;	Temas
Libro	Tipo de documento
http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Brasil/dipes-fundaj/20121203110837/quintas.pdf	URL
Reconocimiento-No comercial-Sin obras derivadas 2.0 Genérica http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/deed.es	Licencia

Segui buscando en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO

<http://biblioteca.clacso.edu.ar>

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)

Latin American Council of Social Sciences (CLACSO)

www.clacso.edu.ar



Mulher Negra: preconceito, sexualidade e imaginario

Colección INPSO

Mulher Negra: preconceito, sexualidade e imaginario

Fatima Quintas

INPSO, Instituto de Pesquisas Sociais, FUNDAJ, Fundacao Joaquim Nabuco, Recife, Pernambuco, Brasil

199?

TAMBÉM MULHER, IMAGEM DE DEUS

Yeda Pessoa de Castro^{*}¹

Parte de um repertório pontuado de imagens negativas da mulher está na frase-feita "mulher tem arte do diabo", em alusão à figura da mulher concebida como a do "diabo em forma de gente", de acordo com outra expressão popular bastante conhecida no Brasil. Em nível menos explícito de preconceito sexista, que motivou o tema "Homem e Mulher - Imagem de Deus", promovido pela Campanha da Fraternidade (CNBB), em 1990, a expressão é ainda reveladora de papéis e lugares atribuídos à mulher e à pessoa do negro, esse último associado eventualmente à figura do diabo pela discriminação da cor.

IMAGEM PROJETADA

Mulheres e negros, no processo de produção social, cada qual é apresentado como trabalhador menos qualificado e menos produtivo, em razão, logo a princípio, da preguiça inerente atribuída ao negro em geral, além da possibilidade, em particular, da ocorrência de gravidez na mulher. Caso contrário, quem quer que tenha conseguido ascender socialmente, foi sempre no interior dos canais tidos como apropriados para um tipo determinado de mobilidade social. Isso, em outros termos, equivale a dizer que cada um "conhece o seu lugar", ou seja, a

mulher, em ofícios domésticos (as chamadas "prendas domésticas") ou atividades afins no campo profissional (entre outras, secretária, enfermeira, assistente social), enquanto o negro é visto como elemento objeto de diversão ou no âmbito meramente folclórico ou lúdico, ora na condição de jogador de futebol, ora de sambista, compositor e cantor popular.

Essa configuração da imagem cultural da mulher e do negro projetada na estrutura ocupacional da sociedade brasileira, no caso mais específico da mulher negra vem ampliada por outro componente que se condensa nos atributos corporais: exuberância e sexualidade. Dela, eram atributos exigidos pelo mercado comprador de escravos e hoje exaltados no estereótipo das "mulatas tipo exportação" que figuram em espetáculos musicais de casas noturnas, em grupos folclóricos e folhetos de propaganda de órgãos governamentais e empresas de turismo.

A ESCRAVA

Exemplo significativo, veiculado em várias partes do mundo pelo cinema e televisão produzidos no Brasil, está na dicotomia maniqueísta "pecado x virtude" da imagem idealizada para a escrava Xica da Silva face à da escrava Isaura. Essa última, personagem título do romance de Bernardo Guimarães (1827-1885), um dos clássicos da literatura brasileira transformado em novela de televisão pela Rede Globo e exibida em outros países com grande sucesso, entre eles, Cuba e China, simboliza a escrava virtuosa, "quase branca", por ser filha de pai português. Graças à essa paternidade, ela é visualizada como uma beleza sem características negras, ou seja, cabelos pretos e longos, compleição clara, "traços finos", porte frágil, perfil de ninfa ocidental, interpretada por Lucélia Santos, uma das mais conhecidas atrizes brasileiras no gênero naïve.

No extremo oposto a esse tipo que assim transpira inocência e desperta tanta compaixão diante das injustiças da escravidão - o que não ocorreria com uma escrava negra como personagem -, a mulher negra é vista como escrava de prazeres sexuais, com notável poder de volúpia e sedução, simbolizada na lendária Xica da Silva, personagem levada para o cinema pelo filme do mesmo nome, de Cacá Diegues, com grande sucesso de bilheteria.

No filme, também produzido nos anos 80, Xica da Silva é apresentada pela elegância das formas esguias da atriz negra Zezé Mota como a "heroína-sexo" do tempo da escravidão no Brasil, ou seja, o símbolo da exageração da lascívia, o que lhe valia todo o formalismo punitivo da sociedade àquela época. Mesmo assim, consegue fama e fortuna vivendo em Vila Rica, cidade de Minas Gerais do século XVIII. Seu desempenho chega às raias da ninfomania, extrapolando uma concepção racista e de falsa moral burguesa sobre a mulher negra africana, que, sem o ensinamento do cristianismo, desconhece, *a priori*, a noção do "pecado original" e não sente vergonha de mostrar o corpo nem exibir a sua sexualidade, num despreendimento que a tornava presa fácil do apelo sexual provocado pela sua nudez ante os olhos do colonizador europeu. (1)

A MÃE-PRETA

Ainda sob essa ótica realista de interpretação está a imagem que ficou da mulher negra no papel de dublê, silente e anônimo, que lhe coube representar, episodicamente, na condição de escrava servindo de "mãe-preta", Em outros termos, vista como "bem de uso" no mundo dos brancos pelo aconchego de corpulência e seios fartos de uma maternidade bem sucedida que determinaria a sua escolha para os cuidados e a amamentação dos filhos herdeiros da família colonial no Brasil.

Por sua vez, nesse ambiente doméstico e conservador onde ela interagiu, com aquela passividade quase irracional que apenas aparentava, sua personagem teve oportunidade de exercer uma influência socializadora em família, incorporando-se à vida cotidiana do colonizador, fazendo parte de situações realmente vividas e interferindo no comportamento da criança através de seu processo de socialização linguística e de determinados mecanismos de natureza psicossocial e dinâmico. Entre eles, o *denço* devotado ao *caçula*, alimentado no aconchego do embalo do seu canto de acalanto pelos componentes simbólicos do seu universo cultural e emocional (entes fantásticos, expressões de afeto), que tem como testemunho vivo o ditado popular "o caçula é o denço da família", da voz africana de quem o criou. (2)

A SACERDOTISA

Subjacente ao desenrolar desses acontecimentos, a atuação da mulher negra na condição de sacerdotisa dos cultos que fundaram no Brasil foi também um fator essencial para o avanço na modelação do perfil da cultura nacional e da própria formação da "estrutura mental" do brasileiro. Ela assumiu a liderança das comunidades sócio-religiosas afro-brasileiras como personalidade mestra e veneranda, detentora do poder de lidar com força divinas e sobrenaturais. Ao mesmo tempo temida e respeitada pelo seu mistério, esse poder é sustentado por uma sabedoria inviolável de códigos e símbolos africanos ancestrais e sagrados que a intitula a práticas médicas e psiquiátricas através da sua vidência inata e do seu conhecimento adquirido de medicina tradicional.

Essa geração de mulheres sobreviveu ao rigor da escravidão, à discriminação racial e sexual, bem como ao preconceito religioso e a perseguições de toda a ordem a que foi submetida e eventualmente ainda tem que enfrentar. Mais do que ninguém, elas são vítimas da acusação de ter "arte com o

diabo" ou de ser o próprio "diabo em forma de gente", ou seja, imaginadas como supostas criaturas de forças contrárias ao ideal de bem e virtude do mundo cristão. No entanto, de sua parte, confrontando essa concepção, elas acataram o cristianismo e a mítica indígena com que entraram em contacto desde cedo no Brasil, tendo em vista também o respeito à fé do outro, como forma de resistência cultural e em defesa da continuidade de seus valores religiosos, éticos e estéticos na opressão.

Ao longo dos séculos, a aceitação ou resistência face a essas influências múltiplas ocorreu em vários graus de assimilação ou superposição, por meio de um processo que os estudiosos de formação ocidental denominaram de "sincretismo religioso", mas que, em síntese, deve ser entendido como o resultado daquele confronto histórico que se produziu com o catolicismo, sobretudo a nível de equivalência de atributos e traços míticos comuns a divindades do panteon africano e a santos da Igreja Católica, sem conflito de fé. Cada qual matém a sua identidade assinalada por planos diferentes de adoração, com apelações próprias e práticas rituais em espaços adequados a cada um, a partir do princípio universal de que se a essência de Deus é única, independente do nome pelo qual Ele costuma ser invocado por qualquer grupo humano que seja e em que língua for, santos católicos e divindades africanas não passam de expressões culturais da Sua Vontade Suprema. Essa lição de vida não é nova, os brasileiros aprenderam daquelas mulheres através de ensinamentos como este da iolorixá Olga de Alaketu: "Não se pode, ao mesmo tempo, partir um obi para Ogum e rezar uma ave-maria para Santo Antônio, pois cada favor tem seu merecimento".

O RESGATE

Presentemente, uma geração de mulheres negras desponta nesse cenário com uma produção literária que resgata

a imagem da mulher afro-brasileira do âmbito folclórico de um enredo em que foi colocada como protagonista omissa e à margem do processo. A exemplo da Bahia, onde o negro, sem dúvida nenhuma, tem uma vivência cultural maior, destaca-se Stella Azevedo, ialorixá-cronista do seu terreiro Axé Opô Afonjá, em "E daí aconteceu o encanto" (3) e "O meu tempo é agora" (4); Aline França com a universalidade do seu romance "A mulher de Aleduma" (5); Valdina Pinto, com a poesia mística do seu mundo afro-religioso "Maaza ma Leemba" e "Recebendo Gunzo" (6); Nivalda Costa com os poemas dramáticos "Da cor da noite", segundo ela, "os primeiros passos de uma nova poética onde o drama direciona acordes para um futuro no que a dor caiba apenas como uma lembrança remota" (7)

E isso é só o começo. À medida em que a mulher vai se libertando do cativeiro secular para assumir um papel ativo na sociedade face àquele sentenciado pelo provérbio "atrás de um grande homem existe sempre uma grande mulher", ela conquista uma densidade existencial própria, com direitos e vantagens do lugar que lhe é devido ao lado do homem, também imagem de Deus.

Notas e referências bibliográficas

- 1) Cf. o ponto de vista de Gilberto Freyre na sua obra magistral *Casa Grande & Senzala*.
- 2) Cf. CASTRO, Yeda Pessoa de. *No canto do acalanto*. Salvador: CEAO/UFBA., 1990 (Ensaio) Pesquisa, n. 10). Observar que *denço* e *caçula* são termos de origem africana, e esse último substituí no Brasil a palavra *benjamim*, seu equivalente em português que, aqui, tomou outro significado, ou seja, o de conector de eletricidade.
- 3) Salvador, 1988, em co-autoria com Cléo Martins.
- 4) São Paulo, Editora Odudwa, 1993
- 5) Salvador, Ianamá, 1985.
- 6) In *Poetas Baianos da Negritude*. Salvador, CEAO/UFBA, 1982 (Arte/Literatura, n. 2).
- 7) Salvador, CEAO/UFBA, 1983 (Arte/Literatura, n. 3).

MULHER NEGRA: SUA SEXUALIDADE E SEUS MITOS

Edileuza Penha de Souza^{*}¹

Ser Mulher Negra

Se a auto-estima começa na cabeça, a canção de Lamartine Babo e irmãos Valença, em dezembro de 1931, já confirmava : " *O teu cabelo não nega mulata, porque és mulata na cor...*".

O cabelo duro, de pico, de bombril e de tantos outros adjetivos tem ao longo dos tempos marcado a geração de nossa negritude.

O racismo e o preconceito de cor para a população negra no Brasil se originam no cativo a que essa população foi submetida. A herança desse cativo atravessa nossos dias com padrões e normas de uma sociedade branca, cheia de tabus e de preconceitos, onde cada um desempenha um papel submetido a modelos construídos por essa sociedade.

As formas que os negros encontraram para infringir as normas estabelecidas pelo branco resultaram em nossa sobrevivência, pois os quatrocentos anos de escravidão foram caracterizados por embates permanentes na luta pela vida.

1 ^{*} Graduada em História pela UFES.

Precursora do Movimento de Mulheres do Estado do Espírito Santo.

E é essa luta que, embora oficialmente a escravidão já tenha acabado há mais de um século, permanece na ordem do dia.

Nossa luta hoje por emprego, saúde, moradia, educação, é a luta pelo direito da cidadania, o direito de termos um corpo e termos total liberdade e autonomia sobre esse corpo.

A consciência de um corpo com vontade e desejos é a busca da própria vida, da vida que mulheres e homens vêm buscando, da vida que os negros vêm sonhando. As diferentes escalas sociais buscam mudanças nos seus relacionamentos afetivos, mudanças essas que passam pela busca de um novo sexo, de um novo amor e, sobretudo, de uma nova forma de amar.

A participação de mulheres nos partidos, sindicatos, movimentos de bairro, associações de mães, movimentos negros e grupos feministas, além de inúmeros outros movimentos organizados, vem contribuindo de forma decisiva na formação da mulher, onde ela atua como ser pensante, buscando, decidindo e contribuindo nos mais diferentes espaços.

"Na militância descobri que tinha, e que podia ser mulher"(A.V.L., negra, 27 anos, professora, solteira).

"Foi militando que descobri minha força, descobri a mulher que existia dentro de mim"(E.C.L., negra, 44 anos, enfermeira, casada).

Achava aquele povo do sindicato um porre, até que um dia fui e não saí mais, hoje sei o quanto eu era alienada. Agora ninguém mais me segura!"(C.M.L., negra, 32 anos, operária têxtil).

A MULHER NEGRA E A ESTRUTURA FAMILIAR

O modelo de família patriarcal, onde a soberania do homem, pai, passa inclusive por escolher o parceiro para a mulher, não foi igualmente usado nas senzalas, ainda que como escrava, a negra, como qualquer outra "peça", atendesse às vontades do senhor de escravo. Nas senzalas, o número reduzido de escravas mulheres, permitia a elas a escolha de seu ou seus parceiros, ainda que proporcionando inconvenientes que não trataremos aqui.

Sonia Maria Giacomini, em seu livro *Mulher e Escrava*, descreve que "Era o senhor que decidia sobre a possibilidade e qualidade da relação entre homem e mulher escrava, sobre se haveria ou não vida familiar, se casados ou concubinados seriam ou não separados, se conviveriam com os filhos e onde, como e em que condição morariam..."(p.37).

Essas condições deixam claro que o modelo da estrutura familiar branca não foi o mesmo das possíveis famílias negras durante a escravidão.

No entanto, pensar a família e sua estrutura nos dias atuais é perceber claramente inúmeros traços da família padrão, onde a família, a escola, a igreja e a sociedade, em geral, desde cedo, dirigem a educação da mulher para que essa seja submissa, insegura, dócil, para que seja boa filha, boa esposa e boa mãe. Feito isso, a mulher terá cumprido seu papel, ocupando o seu mundo doméstico, o seu mundo de solidão.

A SOLIDÃO DA MULHER NEGRA

A solidão de muitas mulheres e em especial das mulheres negras tem sido responsável por inúmeras uniões inexplicáveis, ou pelo menos, difíceis de serem entendidas.

"— Meu marido é um intelectual, não vende sua mão-de-obra para nenhum patrão capitalista. E eu trabalho 8 horas por dia, sustentando a casa e, quando chego, faço as tarefas do lar" (M.C.V., negra, 39 anos, assistente social, concubina).

" — Eu estico meu cabelo, para não espetar as mãos do meu marido... ele gosta assim lisinho" (V.L., mulata, vendedora ambulante, casada).

" — Eu zelo pela harmonia do meu lar. Quando ele chega em casa, faço tudo para agradá-lo" (S.R.P., negra, 44 anos, costureira, casada).

VIOLÊNCIA X SILÊNCIO

Diariamente agressões, estropos e mortes são cometidos contra mulheres e, na maioria das vezes, não há denúncia e não há punições para os culpados. Em nome da moral, do ciúme e do poder do macho, a violência acaba fazendo parte do cotidiano que é encarado de forma natural, uma vez que a visão de superioridade dos homens é estimulada desde a mais tenra idade.

Conquistar e manter um homem é o maior triunfo, depois da maternidade, que a sociedade atribui à mulher, e neste cenário de métodos e normas surge o medo e a insegurança.

Na tentativa de mudarmos as regras, muitas vezes nos transformamos nas mais ardentes e gostosas das criaturas, outras vezes, essa tentativa faz de nós, mulheres tímidas e cabisbaixas. Outras vezes, ainda, essa tentativa nos transforma em mulheres nada atraentes.

Seja como for, o medo da solidão aparece de forma tão subjetiva que somente uma mudança radical em nossa sociedade mudará por completo nossos comportamentos. A

mudança na educação, em especial a mudança na educação de nossas crianças através da participação de mulheres e homens, fará possível uma efetiva e eficaz mudança em nossa sociedade e em nós mesmas.

Qualquer tentativa de mudança que não passar pela efetiva tomada de consciência de se tornar mulher, será apenas mais uma forma de justificar o uso e abuso de nossos corpos.

" ... Quando ele quer trepar e eu não, ele me pega à força. Agora não ligo mais, abro as pernas e deixo ele meter. Às vezes, finjo que gosto e ele fica mais calmo " (S.A., morena / preta, 26 anos, dona-de-casa, concubinada).

" Meu problema é que ele tem ejaculação precoce desde que casamos. Eu fico excitada, mas nunca consigo gozar" (R.C.M., negra, 32 anos, professora de geografia, casada).

" Não gosto muito de sexo, mas acho que eu sou a mulher e ele o homem. Como ele tem muita ' pressão', sempre lhe sirvo quando ele me procura" (F.M.S., 52 anos, servente, casada).

SEXO, NORMAS E TRANSGRESSÕES

A falsa moral normatiza para a sociedade um padrão a ser seguido: os casamentos heterossexuais, monogâmicos e, de preferência, que o homem traga para esse casamento experiências, são sem dúvida os mais desejados. Nessa sociedade, de normas e fragmentos, nossos corpos também são partes. Temos cabeça, membros e tronco. É como se fossem partes inteiramente separadas, nada está ligado a nada. Não é somente a medicina que trata as partes do corpo de forma isolada, mas a constituição da sociedade em geral é responsável pela fragmentação do corpo. Desta maneira, o corpo não é visto de forma completa. Ele é subdividido em

partes. A sexualidade se resume em Órgãos reprodutores e, quando muito, se amplia para as zonas erógenas.

Quando atingimos a plenitude da descoberta, e do amadurecimento, nos tornamos pessoas mais felizes. Assim, descobrimos nossos corpos com tesão. Somos capazes de ser as melhores parceiras, pois nossos desejos são frutos de toda evolução, são frutos da harmonia que estamos vivendo.

A sexualidade da mulher não se revela de forma isolada. Há um conjunto de fatores responsáveis por essa descoberta, dos quais o principal é a auto-estima.

"Posso estar cansada como for, mas quando meu nêgo me olha o mundo fica cor-de-rosa"(L.N., negra, 43 anos, servente, casada).

"Gosto de seduzir meus homens; gosto que eles se sintam o máximo, e eu também me sinto o máximo"(S.B.S., negra, 30 anos, historiadora, solteira).

"Tenho uma parceira fixa. Nunca amei um homem como amo essa mulher. Ela me complementa. Temos sempre orgasmos múltiplos"(C.S.R. , negra, 27 anos, artista plástica, solteira).

O sentimento que desperta em nós quando atingimos a capacidade de amar e ser amadas é tão forte que conseguimos projetá-lo em nossos olhos, em nossos poros; amar é um sentimento de dentro para fora e só amamos alguém quando amamos a nós mesmos. A difícil tarefa de amar o próximo está na dificuldade de amarmos a nós mesmos e aí novamente vem aquela estorinha de solidão e isolamento a que somos submetidas.

DESCOBRIR-SE NEGRO

Com certeza, nossos filhos e filhas estão tendo maiores oportunidades que nós, ainda que na televisão tenhamos a Xuxa e suas Xuxetes, totalmente loiras ou amareladas, que os comerciais mais bacanas (já temos exceções) exibem. Sempre crianças e ou/ adultos brancos. As poucas negras das novelas são empregadas domésticas ou ocupam funções subalternas. Ainda assim, temos levado a nossos filhos e filhas a mensagem da importância de sermos negros, importância de nos amarmos e nos respeitarmos como negros.

Quem de nós não se sentiu agredido quando o colega chamou de macaco, tiziu, saci, bombril, pico, mussum? ... Quem de nós não reagiu com violência ou se sentiu intimidado quando fez alguma coisa errada e foi chamado de "preto burro" ou "preto sei lá das quantas".

Tudo isso é acrescentado à nossa sexualidade, à nossa formação e à nossa auto-estima. Crescemos tentando "driblar" o preconceito e a discriminação. Quando percebemos que nossa sexualidade não pode ser vista de forma alienada, notamos o nosso amadurecimento. Sentimos a sexualidade de ser mulher e conseguimos dividir essas descobertas com nossos filhos e filhas.

Como mulheres negras, não temos nossa sexualidade mais ou menos avantajada que outras cores e/ou raças, pois nossa sexualidade é nosso corpo e nossa alma.

É essa interação que levamos para a cama (e não necessariamente a cama...) a plenitude de sermos mulheres, mulheres negras, mulheres.

A REALIDADE DE SER MULHER MEGRA

Em nossa pesquisa, entrevistamos um total de 85 mulheres negras. E a cada uma foi perguntado sobre sua cor,

idade, profissão, de como é ser mulher e inúmeras perguntas sobre sua sexualidade, sobre o dia-a-dia. Dessas mulheres, 56 são casadas ou concubinas e indagadas sobre o motivo que as levaram a casar-se, 37 responderam que casaram por amor, nove porque estavam grávidas, quatro para mudar de vida, três não sabiam o motivo, duas porque precisavam, e uma por dinheiro. No primeiro momento, falando sobre o casamento, nenhuma falava sobre o medo ou a solidão propriamente dita. Porém, no decorrer da entrevista, houve choros e justificativas para explicar a superação da solidão. Lavar, cozinhar, passar, esperar o marido, essa mulher estereotipada vem ficando para trás. É notório que essas mulheres, de um jeito ou de outro, vêm reivindicando e lutando pelo controle de seus corpos, sobre sua sexualidade. Essas mulheres fazem parte da mão-de-obra reprodutora. Ainda que ganhando menos que os homens, elas produzem no mundo 2/3 do trabalho da humanidade. Essas mulheres são "chefes" de família e como tal têm em seu cotidiano duas ou mais jornadas de trabalho, E, no entanto, a elas cabem as piores posições nas estatísticas produzidas pelo sistema...

Essas mulheres, como outras, querem assumir seu cabelo "duro, pixaim"; querem ocupar seus lugares na mídia, nas câmaras, nas escolas, nas assembléias, nas universidades, nos palácios e em todo e qualquer lugar ainda hoje reservado ao poder branco.

É necessário abreviarmos a distância que nos separa do momento de ocupar esses espaços. Estamos juntas, fazendo nossa parte e, ao resgataremos nossa auto-estima, caminhamos nessa direção a passos largos, caminhamos rumo à democracia, caminhamos para a busca de nossa cidadania.

Poderíamos até nos questionar se nossos cabelos têm algo a ver com nossa cidadania. E mais uma vez, ao entendermos o cidadão como uma mulher, como um homem completo, entendemos que o hábito de mudar nossos cabelos é

um verdadeiro flagelo que nos impomos para atingir um padrão estético que insiste em se afastar de nós.

"Quando tinha doze anos, trabalhava na casa de uma família com quatro filhos. Todas as noites, um deles vinha no meu quarto (o mais velho, acho que tinha 16 a 18 anos). Ele era muito estúpido. O do meio me dizia que eu seria uma piranha, pois era muito gostosa..."(A.P.C., morena, 30 anos, prostituta, concubinada).

"Ele, o filho da puta que me comeu, me dizia que era muito boa. Quando fiquei grávida, me deu um pontapé no traseiro e eu fiquei na rua da amargura" (V.C.A., negra, 23 anos, dançarina da noite, solteira).

"Eu não me lembro se algum dia ele perquntou se eu gostei ou não. Quando ele quer fazer, ele me diz para eu me virar e depois dorme" (E. M.S., negra, 47 anos, lavadeira, casada).

O SEXO QUE TEMOS E O SEXO QUE DESCOBRIMOS

O sentir, o tocar, o perceber, o nascer, o se tornar mulher, assim como sentir, tocar, perceber, nascer e se tornar negro é, sem dúvida, a maior plenitude do ser humano. Ao tomarmos consciência de nossa sexualidade, descobrimos o universo, sentimos nossa negritude, tocamos em nossa beleza.

"Acordo às cinco e dez da manhã. Preparo as marmitas, lavo um pouco de roupa, chamo as crianças e coloco todo mundo para a creche. Dou duro o dia inteiro, mas à noite estou sempre pronta...O sexo ajuda a gente a relaxar" (C.A.O., escura, 38 anos, faxineira, casada).

"Quando finalmente descobri minha sexualidade, disse a mim mesmo "agora posso morrer feliz"(C.Z.P., 27 anos, artista de teatro, solteira).

"Achava que sexo nunca passava de papai e mamãe. Quando transei com ... vi o céu cheio de estrelinhas. Agora sexo para nós é tão importante quanto comer e beber" (G.N., 37 anos, assistente social, solteira).

A preparação e o amadurecimento que necessitamos para nos tornarmos mulher não é o mesmo observado nos homens.

"A composição hormonal do homem, que é diferente da composição hormonal da mulher, permite a eles descarregarem no sexo toda a tensão do dia-a-dia... Há homens que necessitam fazer sexo quando estão muito tensos. No entanto, dificilmente uma mulher consegue a mesma proeza. Ela necessita estar muito bem com ela e com o mundo..."(A.C.O., negra, 36 anos, ginecologista, casada).

"O sexo que faço à noite é resultado de comum acordo, de como meu companheiro me beija, do até logo que damos um ao outro quando partimos para o trabalho"(A.C., negra, 24 anos, advogada, concubinada).

"Sexo para mim é toda a energia que nos envolve durante o dia e até a que nos envolve à noite"(G.A., mulata, 22 anos, costureira, concubinada).

Quando buscamos nossa sexualidade, encontramos um caminho sem volta: é um caminho de continuidades. A sexualidade da mulher, a sexualidade da mulher negra tem que ser a sexualidade do universo, sem mitos, sem culpas, sem medos. O universo branco, vermelho, amarelo, negro pode e deve ser o universo de cada um de nós, onde todos, mulheres, homens, negros e brancos, possamos assumir nossas belezas,

nossas fraquezas, nossas fragilidades e, acima de tudo,
descobrir nossa competência e nossa plenitude.

Vítimas da Desinformação

Dayse Reis^{*}¹

No Brasil, um milhão de adolescentes na faixa etária entre 11 e 18 anos, engravidam a cada ano. A gravidez precoce é sem dúvida uma demonstração da falta de informação, orientação e acesso aos métodos contraceptivos.

Muitas pesquisas já demonstram que quanto mais o jovem é bem informado mais tardiamente ele começa a sua vida sexual, e com mais segurança.

A gravidez na adolescência é classificada pela OMS - Organização Mundial de Saúde - como uma gravidez de alto risco. É importante ressaltar que dependendo da faixa etária, raça, condição civil, nível sócio-econômico, acesso ao pré-natal, representam fatores que devem ser levados em conta, para o agravamento ou não da questão.

Nas classes pouco favorecidas reside o maior contingente de adolescentes grávidas. Mais da metade não

1 ^{*} Educadora Popular
Orientadora de Saúde
Grupo CAIS DO PARTO - Ong - Pernambuco. Organização não governamental - Recife.

freqüenta os meios convencionais de educação escolar, não recebe orientação dos familiares, nem acesso aos meios de orientação sobre sexualidade, contracepção, cuidados com a saúde integral da mulher, através de postos e clínicas de atendimento ao planejamento familiar. Em contrapartida, temos toda uma sociedade estimulando valores sexuais através dos meios de comunicação que, em geral, divulgam uma sexualidade fácil, deturpada e irresponsável, onde as principais vítimas terminam sendo as adolescentes das classes empobrecidas, em sua maioria negras.

Estas ao engravidarem, passam por humilhações, privações, falta de cuidados no pré-natal, e em geral pelo "estigma" da ilegitimidade da gravidez, tendo que assumir sozinhas diante da sociedade toda uma responsabilidade por uma nova vida que está vindo ao mundo, a qual ela não fez sozinha.

Para o adolescente esta responsabilidade é menor, pois vivemos numa sociedade machista que valoriza o homem a partir de sua virilidade e de seu poder de reprodução. Para eles também faltam informações seguras sobre sexualidade, prazer, contracepção e principalmente paternidade responsável, pois em geral, ao engravidarem suas parceiras, fogem, por não estarem preparados para ser pais, muitos ainda na categoria de crianças. Para a menina-mulher a responsabilidade de ser mãe chega no momento em que a crise da adolescência soma-se à crise da gravidez, dentro de todo um conflito de identidade, própria dessa fase. Ao mesmo tempo, seu corpo não está preparado para a transformação da gravidez, pois ainda está na fase de crescimento e desenvolvimento, podendo daí causar vários problemas no período de gestação e principalmente durante o parto, como anemia, infecções, pressão alta, parto por fórceps, desproporção cefálica, eclâmpsia e cesária.

Diversos estudos da OMS demonstraram que não só para a mãe adolescente a gravidez é risco, mas também para o bebê, que pode apresentar problemas como prematuridade, baixo peso ao nascer e outros fatores que causam altos índices de mortalidade infantil. Os bebês de mulheres muito jovens também apresentam índices elevados de deficiências físicas e mentais. A taxa mais elevada de gravidez na adolescência, no Brasil, está concentrada no Norte-Nordeste, isto é, nas regiões mais empobrecidas, com maior contingente de população negra, como também maior taxa de reincidência de jovens grávidas. Coincidentemente é nesta área onde encontra-se o maior índice de esterilização em mulheres entre 15 e 25 anos, em sua maioria, mestiças e negras, levantando a discussão sobre um propósito de interesses internacionais e nacionais de redução da raça. Este quadro mostra um retrato sócio-econômico da juventude do Brasil, e aponta para a necessidade urgente de uma política integrada entre governo e sociedade civil que possa reverter estes índices.

CAUSAS MEDIATAS E IMEDIATAS DA INFRAÇÃO DO ADOLESCENTE DE RUA E PRINCIPAIS INCIDÊNCIAS PENAIS*

Elíude Alves Ferreira da Costa*

"Feitos não fostes a viver como brutos
Mas para seguir virtude e conhecimento"
Dante Alighieri

1 - FATORES QUE LEVAM OS ADOLESCENTES PARA AS RUAS

É sabido que não existe propriamente uma causa determinante do comportamento delituoso, mas um conjunto delas de caráter bio-psíquico e social. Como bem diz Feldman,

* (Pesquisa sócio-jurídica realizada na Central de Triagem /Juízo da Infância e da Juventude de Pernambuco, envolvendo adolescentes de rua com idade entre 12 e 15 anos, do sexo masculino e infratores a partir da vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069/90)

**
* Mestra em Direito.

Professora de Direito Penal da Faculdade de Direito de Recife - UFPe.

"a aprendizagem da delinquência relaciona-se tanto com ambientes sociais quanto com experiências específicas".¹

Enfocando apenas algumas das causas sociais, encontramos razões ou circunstâncias que conduzem de forma marcante o adolescente para a rua e para o cometimento de infrações. As mais importantes seriam as causas provocadoras de expulsão ou instigadoras da fuga dos adolescentes de seus lares para as ruas e sua permanência nelas e outras decorrentes destas que conduzem à infração. Noutras palavras: os motivos que levam esses menores a morar nas ruas têm as mesmas raízes daqueles que os levam ao delito. Há um segmento anterior que o põe para fora de casa, constituindo o fato de morar na rua o elemento posterior e propulsor imediato da delinquência.

Considerando como fatores primários do abandono do lar e secundários do comportamento infracional, temos:

a) o desamor que se manifesta na desagregação familiar que abrange: pais separados, pais em situação de concubinato; pai e/ou mãe falecidos; pais ignorados e a violência no trato familiar;

b) o pauperismo decorrente do desemprego ou subemprego ou subemprego dos pais ou responsáveis pela manutenção da família;

c) o alcoolismo e a deseducação dos pais.

Com referência ao primeiro grupo, as experiências têm demonstrado que as relações estabelecidas com os pais nos primeiros anos de vida são responsáveis pela futura adaptação social do indivíduo. Essa adaptação, que se funda na possibilidade de manter relações, manifesta-se inicialmente na família. Outrossim, tal capacidade somente existirá em função

1 FELDMAN, M. Philip. *Comportamento Criminoso*. p. 97

de um desenvolvimento adequado de aceitação como SER/membro da família e que vai depender tanto do instinto de cada um, como da atitude dos pais ou, de modo geral, do comportamento familiar.

Considerando que o adolescente de rua nasce e cresce em famílias desagregadas, onde não sente o calor da afetividade materna, nem se espelha na figura forte e segura que deveria ser o pai, é natural que desenvolva uma conduta anti-social reforçada dentro e fora de casa e que lhe dificulta ou impede de se adaptar socialmente. "A carência prejudica a capacidade de construir relações afetivas com os outros, que podem então ser prejudicados sem remorso. A criança carente se torna o ladrão sem afeto".²

Verificamos tanto na pesquisa de campo, como na documental, que a força maior de expulsão dos adolescentes do lar e sua vivência na rua, reside na desestruturação da família, ou seja, quando ela perde o equilíbrio pela privação ou ausência de um ou de ambos os progenitores.

A situação conjugal dos pais da maioria é de separação e posterior concubinato. Aí observa-se que o menor se ajusta mais à madrasta do que ao padrasto. Assim a nova união do pai à outra mulher é mais bem vista pelo adolescente, tanto porque a presença paterna lhes dá um pouco mais de segurança como por ser a convivência com a mulher, embora não carinhosa, porém mais ordeira e pacífica. Também é sobretudo, uma questão cultural, onde ao comportamento dos homens tudo se permite e ao da mulher quando muito são feitas algumas concessões. Por conseguinte, é mais fácil aceitar uma nova união do pai do que da mãe.

Os padrastos, quando não o próprio pai, de modo geral, foram classificados como violentos, agressivos e alcoólatras.

Vale salientar que em ambos os casos, adolescentes versus padrasto ou versus madrasta, o relacionamento coloca-se abaixo do razoável. Donde se depreende sem nenhuma dúvida, que a união familiar é fundamental para o exercício de um certo domínio sobre o adolescente.

Comprovou-se na pesquisa documental que dentre 112 adolescentes, 82 ou 73,2% são filhos de pais separados e, na pesquisa de campo, 18 ou 58,1% dos 31 entrevistados estão na mesma situação.

No que tange à orfandade pela morte de um dos pais, o controle, a que nos referimos acima, também afrouxa, pela simples razão de que caberá ao sobrevivente o sustento da família e, por conseguinte torna-se imperiosa sua ausência da casa e dos filhos nas horas de trabalho, enquanto não incorrem em novas uniões. Nessa posição, encontram-se 12,9% dos 31 entrevistados e 4,5% constantes dos 112 processos analisados.

Resta falar sobre a desestruturação completa pelo falecimento dos pais ou quando estes são ignorados. Verifica-se que assim se encontram 12,9% dos menores com quem conversamos e 10,7% confirma-se nos 112 processos.

O dado mais expressivo do esfacelamento familiar está no fato de que esses adolescentes sequer entendem o significado de família.

Durante as entrevistas e a respeito desse entendimento sobre a família, no universo de 31 adolescentes, 38,7% responderam "não sei"; com idéia mais ou menos vaga ou aproximada, tais como: "amor e carinho, quando a mãe é boa" (J.S.F. , de 14 anos); "significa o sangue" (A.F.A., de 15 anos) ou "gente que se conhece e se ajuda" (V.A.S., de 13 anos), incluindo-se neste rol os que têm uma visão negativa de família, como a de L.C.V.S. , de 13 anos : "são todos os parentes brigando" ou a de E.J.S. , também de 13 anos: "é o meu irmão

mais velho que vive batendo em mim", atingiu o percentual de 35,4%, enquanto que para 6,5% a resposta foi "nada significa" e 12,9% não respondeu.

Pobreza e desigualdade sociais são responsáveis também pelos males que atingem não só a essa parcela da comunidade, mas a sociedade como um todo. Tanto que o segundo fator preponderante na ida dos adolescentes para as ruas, vincula-se ao baixo nível econômico da família, para não dizer na situação de miserabilidade em que vivem, em nada compatível com a dignidade humana.

Todos os menores submetidos à nossa pesquisa são de nível econômico-social considerado abaixo do médio-baixo.

Na maior parte, o sustento da família provém de subempregos ou biscates, tais como: apanhar papéis, guardar e lavar carros nas vias públicas. As mulheres ocupam-se com lavagem de roupa, faxinas e vários tipos de serviços domésticos, no mais das vezes sem vínculo empregatício.

Dados estatísticos do IBGE (1988) mostram que no Nordeste vai além de 50% o percentual de famílias de crianças e adolescentes que percebem até 1/4 de salário mínimo "per capita" mensalmente; limite este que caracteriza sob o ponto de vista da rentabilidade, o grupo considerado de extrema pobreza.³ Em conseqüência, a família se vê privada de coisas essenciais como pão, teto, roupa, transporte, remédios e lazer, sem contar que tudo isso redundando em fatores de discórdia e agressividade no seio familiar.

Partindo dessa realidade, observa-se que a fome produz adolescentes desnutridos, com desenvolvimento físico, mental e intelectual comprometidos. Também que as condições precárias de moradia, desprovidas de higiene e segurança

(construídas de taipa ou tábua, com um único vão, ribeirinhas ou nas encostas de morros, geralmente em favelas), fazem proliferar doenças e promiscuidade. Tais conseqüências de vida concorrem para tornar o meio árido e violento, embrutecendo o indivíduo. É nesse ambiente que o adolescente começa a sentir-se diminuído, desestimulado para o estudo e minimiza suas perspectivas de trabalho. Por outro lado, vê reforçadas suas desesperanças e conhece a injustiça.

Assim, somando esses elementos à mutilação afetiva no âmbito familiar, o adolescente rejeitado, negligenciado, perdido e inseguro, passa a interiorizar sentimentos de fatalismo e desejo de evasão.

Corroborando com o anseio de se distanciar de ambiente tão pouco acolhedor, segue-se o alcoolismo e a falta de instrução dos pais. O ébrio não pode oferecer exemplo, nem exercer autoridade, assim como o ignorante, vivendo o submundo da miséria e do desemprego, não consegue quebrar o cerco de frustração, revolta, comodismo e desesperança e enxergar no filho uma pessoa carente de afeto, compreensão, guia e orientação.

Em resumo: a criança chega à adolescência sem raízes e sem referências. O seu mundo interno e externo se aproxima do caos. Desacreditando nas relações humanas, estabelece um outro tipo de relacionamento - com as drogas.

A prova desse "vazio" individual está contida no desabafo de J.I.I.S., de 14 anos: "eu queria ser cego e aleijado, mas ter pai e mãe, porque a minha vida seria diferente".

Para Bowlby, "a separação da mãe e a rejeição paterna são, reunidas, as responsáveis segundo se julga, pela maioria dos casos intratáveis (de delinqüência), inclusive dos

'psicopatas constitucionais' e 'deficientes morais'⁴ , ou em linguagem mais atual, pessoas com transtornos de personalidade.

A quase totalidade dos adolescentes contactados eram fisicamente raquíticos; apresentavam uma certa dificuldade de entendimento e manifestação do pensamento; tinham nos corpos cicatrizes e marcas quando não sinais de micoses e seus desenhos apresentam características próprias da infância.

Ressalte-se por fim que, apesar das carências materiais evidentemente sentidas, as queixas mais referidas e as causas decisivas da ida desses adolescentes para as ruas concentrou-se na falta de afeto, no desentendimento tumultuoso entre os familiares e na sujeição aos maus tratos físicos e mentais.

2 - VIVÊNCIA NA RUA E INFRAÇÃO: UMA QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA

Existe uma certa indissolubilidade entre o meio ambiente, a pessoa e o comportamento delituoso.

Na formação da personalidade do indivíduo são de grande importância os fatores sócio-ambientais. Assim, a expressividade dos componentes da personalidade (temperamento e caráter) está diretamente relacionada com o maior ou menor poder de resistência frente às solicitações nocivas do ambiente.

São coisas, pois, interdependentes, uma vez que tanto a causação da conduta delituosa depende da personalidade/caráter ⁵ do indivíduo e das atrações do meio-ambiente, como a formação dessa personalidade/caráter é

⁴ BOWLBY (1949), p. 37; Apud FELDMAN, M. Philip *Comportamento Criminoso*. p. 67

imensamente influenciada por ele. A conduta infratora do adolescente seria pois o reflexo de uma personalidade que se estruturou débil em face das suas carências pessoais e das condições do meio e encontra na rua estímulos ao comportamento marginal/ínfrator, razão principal da própria sobrevivência, o que por certo lhe diminui o grau de oposição. Viver na rua é em si mesmo, uma possibilidade de delinqüir.

Tais fatos são, todavia, facilmente explicáveis se considerarmos que o adolescente em análise não frequenta escola, nem trabalha, faltando-lhe, por conseguinte, condições para desfrutar de um saudável relacionamento social, ao passo que na rua, ao contrário, ele encontra regras e valores que permitem sua entrada no grupo, que passa a lhe interessar e com o qual se identifica. Integra-se a ele e assimila seus princípios e hábitos. Inicia aí sua senda na ilicitude, incluindo-se nela seu relacionamento com as drogas.

Na verdade, a delinqüência desses adolescentes está diretamente ligada à circunstância de viverem na rua e a conseqüente razão imediata da sua sobrevivência. Morar na rua impulsiona ao delito como único caminho vislumbrável para obtenção de meios supridores de suas necessidades básicas. "No sólo la miseria ampuja hacia el delito; las deficiencias del hogar, sus elementos morales y materiales, o simplemente la falta de hogar, juegan un papel fundamental en la producción del delito".⁶

5 *Personalidade* - é a soma do efeito provocado por um indivíduo na sociedade. Depende da estrutura interna, da soma de impulsos, tendências, instintos inatos e experiências adquiridas. É um conjunto organizado de processos fisiológicos, morfológicos e estados psicológicos, cognitivos, afetivos, que pertencem ao indivíduo.

Caráter - é a marca de um homem - seu padrão de traços e seu estilo de vida.

Luiz Niller de Paiva. *Crime: Tanatismo*. p.190/191.

6 PEILLARD, PEREZ, Sta. Maria. *Criminologia del menor delincuente*. p. 68

Para sobreviver às sutilezas, à malícia e à violência das ruas, o adolescente aprende a fingir, agredir, roubar. São pequenos animais em constante vigilância: ou para atacar, ou para se defender.

Todavia, não é escolha sua essa condição de animal/marginal/infrator. Ela resulta, sim, de coações múltiplas e diversificadas, que a ele se apresentam como única via de acesso à sobrevivência. "Não sei o que fazer para deixar de roubar. Eu preciso de dinheiro para viver" (C.V.S. , 12 anos).

O adolescente de rua é antes de mais nada um fugitivo: da miséria, dos maus tratos, da polícia, da morte.

Quanto aos resultados e considerando que o universo de nossa pesquisa se restringiu a adolescentes que habitam as ruas, constatou-se na investigação de campo que, dentre 31 adolescentes, 26 permanecem na rua 24 horas, enquanto apenas 5 ficam alí durante o dia e pernoitam noutro lugar. Também se comprova que é percentualmente maior o número de adolescentes vivendo na rua há 2 anos - ou menos que isso - e menor os que lá estão há 8 ou 10 anos, significando que, em face da idade da amostragem, todos deixaram seus lares com menos de 12 anos de idade.

No que se refere à justificativa de suas ações, dos 31 inquiridos, 68% responderam que cometem infração porque vivem na rua, enquanto que o restante, 22,5% gostam ou querem e 9,5% não sabem.

Também indagados sobre a finalidade daquelas ações, na grande maioria contra o patrimônio, dentre 31 entrevistados, 29 responderam que o faziam para comprar comida e droga e apenas 1 disse que precisava ajudar em casa e mais um outro para juntar dinheiro, respectivamente.

Interessante notar que, em decorrência talvez de ser o homem essencialmente gregário, mesmo que desse caráter lhe resultem mais prejuízos do que vantagens, foi que 64,5% dos 31 entrevistados responderam que gostam de viver na rua, contra 35,5% que não gostam.

Quanto a isso depõem J.C.G.S., de 15 anos: "gosto porque tenho amigos, jogo bola e brinco"; V.A.S., de 13 anos: "gosto porque tem outros meninos".

A rua também pode significar liberdade e paz e assim pensa L.C.V.S., de 13 anos: "gosto porque tenho liberdade e em casa só tem confusão por causa da comida".

Para outros, entretanto, a rua representa medos e perigos. É o caso de M.J.L.S., de 14 anos: "não gosto porque é perigoso e cheio de malícia", e J.C.A., de 15 anos: "não gosto porque tem o esquadrão que mata a gente".

3 - INCIDÊNCIA PENAL

Centra-se na lesão ao patrimônio, a maior incidência infracional dos adolescentes de rua.

Dentre essas lesões a relevância é específica quanto ao furto e ao roubo qualificados.

Do ponto de vista jurídico, o conceito de patrimônio está associado a valor econômico. Há de existir, portanto, dano a bens economicamente valorados, que, no seu conjunto, constituam o patrimônio para que se configure a lesão patrimonial. Nas palavras de Barassi: "as relações jurídicas que

não têm alguma função econômica não fazem parte do patrimônio e não são patrimoniais".⁷

Dentre os crimes definidos contra o patrimônio e protegidos pelo Direito Penal, o nosso interesse, em face dos resultados da pesquisa, recai sobre os direitos de propriedade e de posse violados com o furto e o roubo.

De acordo com o art. 155 do Código Penal, concentra-se no furto a ação típica caracterizada pela subtração (tirar de outrem para si ou terceiro), coisa (objeto corpóreo), móvel (que pode ser deslocado) e pertencente a outra pessoa que não o agente (alheio).

Quanto ao roubo, sua definição, apesar de constituir-se com título e pena específicas (art. 157), assemelha-se a de furto. Diferentes são, entretanto, quanto ao alvo do ataque: cometido contra a coisa em si mesma, tipifica o furto, e contra a coisa, porém atingindo a pessoa, o roubo.

Os adolescentes investigados em ambos os procedimentos (pesquisa documental e de campo), são reincidentes recaindo as respectivas ações típicas ora no art. 155, ora no art. 157 do Código Penal.

Agindo indistintamente ora só, ora em grupo, prevalecendo, entretanto, este último tipo de atuação, os adolescentes espreitam a possível vítima e lhe arrancam o relógio ou o "cordão" de ouro.

Outro método bastante utilizado é o da "trombada", quando o adolescente, nesta situação conhecido como "trombadinha", esbarra propositadamente no transeunte para furtá-lo. A ação aparece, também aí, qualificada pela habilidade e destreza com que age.

Numericamente menores são os casos de furto especificamente com destreza (art, 155, § 4º, II) e furto simples (art. 155, *caput*). No primeiro, a subtração da coisa é imperceptível. Entre os adolescentes de rua é comum a prática que se denomina "bater carteira", quando no interior de coletivos ou em aglomerações, cuidam de subtrair valores dos bolsos ou das bolsas sem que a vítima o perceba. O segundo caso mais usado entre eles acontece pelo arrebatamento simples e sem violência, embora audaz, da coisa. O exemplo mais corriqueiro é aquele do indivíduo, quando prestes a efetuar qualquer pagamento, tem o dinheiro arrancado de suas mãos. Também os casos em que surrupiam objetos expostos em lojas ou em qualquer outro lugar favorável a essa prática.

Os casos de roubos, que, na pesquisa documental, atingem o percentual de 29,5% entre 112 processos e, na de campo, 35,5%, são qualificados pelo uso de faca-peixeira, "caco" de vidro e ainda pelo concurso de dois ou mais adolescentes. A ameaça é feita à vítima, colocando-se a arma no pescoço e fazendo com que entregue valores em dinheiro ou jóias que porventura portem.

Em toda a investigação, registrou-se apenas dois casos de latrocínio .

Com relação às demais infrações, foram detectados ao todo sete lesões corporais (art. 129), além de oito casos de infração à lei nº 6.368, de 21.10.76, que cuida das medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes, valendo salientar que, com relação aos adolescentes envolvidos nesta problemática, de acordo com o art. 227, § 3º, VII, da Constituição Federal, "recebem atendimento judiciário que os afasta por completo do enfoque da tipicidade criminal, vedando-se totalmente qualquer alusão

ao texto legal dos adultos, com separação irrestrita, nesta área pelo menos, do trato legislativo processual penal".⁸

Interessante a observação de que há entre esses adolescentes a concepção de que a vítima "é rica" e sendo eles pobres, não estariam acarretando dano àquela. Por outro lado, não significa com isso, que desconhecem a ilicitude da ação. Ao contrário, todos os entrevistados afirmam ter ciência de que estavam transgredindo a lei. É como se houvesse duas consciências distintas e conflitantes: uma que justifica sua atitude baseada no sentimento de que o melhor aquinhoado economicamente deve dar e que corresponde ao seu "direito de tomar", e outra, estruturada no conhecimento de que sua ação é "errada" e proibida, podendo inclusive comprometer sua liberdade. Entre uma e outra, vence a que lhe dá suporte material de sobrevivência.

As infrações contra o patrimônio pelos adolescentes de rua não assentam necessariamente em impulsos mórbidos. Mesmo quando eles existem, há de se considerar sobretudo a presença de conflitos psicológicos e das forças ambientais e econômicas circundantes.

Por outro lado, apesar da permissividade do ambiente em que vivem e da precocidade sexual notada nesses adolescentes, não constatamos nos processos analisados nem na investigação de campo, incidência nos crimes contra os costumes, também chamados crimes sexuais, quais sejam: estupro, atentado violento ao pudor, sedução, etc.

Estes, na opinião de Roque de Brito Alves e tomados mais no seu aspecto científico do que jurídico formal, "seria somente a conduta que tivesse por finalidade a satisfação imediata de um impulso sexual (normal ou anormal, mórbido ou não), não possuindo, comumente, o agente o poder de controle

sobre o mesmo. Dito impulso pode ter por objetivo um fim sexual "normal"- como no ataque de estuprador - ou um "fim pervertido", "anormal" - como na ação do homicida sádico, do exibicionista -, mesmo considerando-se as polêmicas ou a relatividade da noção de "normal" ou de "anormal" no âmbito da moderna Psicologia ou Psiquiatria. "

O que frequentemente ocorre, é a prática de agenciamento no comércio do sexo em favor das adolescentes ou meninas de rua, que consiste na combinação prévia do possível parceiro e acerto de preço, onde se inclui o percentual do mediador.

Como garantia o pagamento é antecipado. E a clientela mais constante é formada por homens adultos, entre comerciantes, camelôs e policiais.

Não se confessaram vítimas de abusos sexuais.

Em verdade, os adolescentes de rua são sempre vistos como violentos e perigosos. Todavia, vale salientar, que essa consciência social comum propalada inclusive pela imprensa, além de servir como estímulo a novas infrações, robustecem o sentimento de inferioridade que os colocam à margem dessa sociedade e contribuem para inibir suas possíveis expectativas de vida.

BIBLIOGRAFIA

A SITUAÇÃO da Infância no Brasil. *Cadernos do Terceiro Mundo*.

Rio de Janeiro, v.10, n, 99, p. 37-47, mar., 1987.

AZEVEDO, Eliane. Infância de raiva, dor e sangue. *Veja*. São Paulo, v. 24, n. 22, p. 34-36, maio, 1991.

_____. Como é a família. *Veja*. S.Paulo, v. 24, n. 22, p. 38-39, maio 1991.

BARREIRA, Wilson, BRAZIL, Paulo Roberto Grava. *O Direito do Menor*. S.Paulo : Atlas, 1991.

BRASIL, Código Penal - Doc. Lei nº 2. 848/40.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil* - 1988.

_____. *Estatuto da Criança e do Adolescente* - Lei nº 8.069/90.

CALSING, Elizeu Francisco, SCHMIDT, Benício Viero. Situação Sócio-Econômico e Demográfica dos Menores no Brasil e no Nordeste. In: CALSING, Elizeu Francisco et alii. *O Menor e a Pobreza*. Brasília: IPEA/UNICEF/SUDENE, 1986, p. 17/37.

CORTELESSA, D. *Problemas de Delinquência Juvenil. Temas de Criminologia*. S.Paulo. Resenha Universitária, 1975. v. 1

FELDMAN, M. Philip. *Comportamento Criminoso*. Rio de Janeiro, 1979.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM ESTAR DO MENOR - FUNABEM . *A questão do Menor Infrator*. Rio de Janeiro: Coordenadoria de Comunicação Social, 1985.

GOMIDE, Paula. *Menor Infrator: a Caminho de um Novo Tempo*. Curitiba: Juruá, 1990.

HUNGRIA, Nelson, FRAGOSO, Heleno. Comentários ao Código Penal. Rio de Janeiro: Forense, v. , V.

INFÂNCIA - O Futuro Comprometido. Cadernos do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro; v.10, n.99, mar., 1987.

PAIVA, Luiz Miller. *Crime: Tanatismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1981. v.1

VAINSENER, Semira Adler. *Centro Educacional Dom Bosco: uma experiência com menores de rua*. Recife: Secretaria de educação de Pernambuco, 1987.

A mulher Negra na MPB Um Abalo Na Identidade Racial

Inaldete Pinheiro de Andrade*¹

INTRODUÇÃO

Pontuar o racismo veiculado através da música popular brasileira não é assunto inédito. Outros pesquisadores e pesquisadoras já analisaram esta manifestação na literatura, como Franklin (1970), Moura (1976), Queiroz Jr. (1975), Brookshaw (1983), na poesia e na prosa. Bem recentemente a companheira feminista Maria Áurea Santa Cruz nos ofereceu uma belíssima análise da imagem da mulher na MPB (1992), onde verifica os toques racistas em algumas das músicas.

A nossa contribuição neste trabalho é o relato de nossa experiência junto a adolescentes negras num grupo de convivência para refletirmos sobre a identidade racial. Essas adolescentes vivem expostas a diversos tipos de violência cotidiana - moram em favelas, têm baixa escolaridade, sem oportunidade ao lazer... E, ainda um agravante: são negras ou mestiças, na sua maioria. A nossa preocupação em reforçar a identidade racial dessas adolescentes está baseada na noção do fortalecimento do seu *eu* perante o mundo, no qual a cor da pele dá acesso ou exclui as oportunidades.

Um Exercício de Reflexão Sobre ser Negra

Entre outras técnicas de motivação para refletir acerca da identidade racial, escolhemos três canções bem conhecidas, de penetração incontestável, seja na era do rádio, seja na era da

1 * Coordenadora do Centro Solano Trindade - Recife - Pe.
Enfermeira
Escritora de Literatura Infantil.

televisão: *O Teu Cabelo não Nega*, de Lamartine Babo e Irmãos Valença; *Nega do Cabelo Duro*, de David Nasser e Rubens Soares; e *Fricote*, de Luiz Caldas.

Distribuídas as cópias das canções às adolescentes, ligamos o gravador com a fita K7, previamente gravada, e ouvimos as músicas, as quais lhes eram conhecidas. Cantaram e dançaram com euforia. Quando escutaram até a exaustão, sentamo-nos para analisá-las. Num primeiro momento, vieram posições evasivas, com deboche, como:

- As músicas falam da gente...
- ... do cabelo da gente (e faz gesto para o cabelo voar ao vento).
- Músicas que todo mundo gosta de dançar e cantar.
- Eu gosto destas músicas.

Chamando um pouco mais a sua atenção, elas pegaram o fio da meada:

- Estas músicas são contra nós.
- Elas nos xingam.
- Nos discriminam.
- Fricote estimula a violência física.
- Eu realmente não gosto do meu cabelo.
- Ele é ruim.
- Qual é o mal que ele lhe faz?
- Eu gosto da minha cor, mas não me casarei com um homem negro.
- Por quê?
- Porque eu não gosto de ser motivo de xingação.
- Eles nos xingam para nos passar pra trás.
- Quando a gente vai procurar emprego se pede boa aparência. Vejam os anúncios de jornais.
- Pra mim, boa aparência é estar asseada, não é ser branca.

A Estética Negra e a MPB

A utilização do estereótipo sobre a mulher negra tem origem no período colonial e atravessou o tempo até os dias atuais como um controle social a esta população através de teorias hoje desmascaradas por vários segmentos das mesmas ciências que as defenderam, não contribuindo, porém, para retirá-las das práticas racistas.

Os estereótipos – ditados, piadas, chavões, etc. – exercem um efeito na estima da mulher que tem sua estética insultada desde a infância, através da educação formal e informal. Atacar a estética é um instrumento violento contra o processo de construção da identidade, numa sociedade onde a beleza está relacionada a um único padrão, fazendo a mulher negra assimilar aquele modelo como recurso para ser aceita na sociedade – o que não acontece.

A música popular brasileira, por anos seguidos, tem aproveitado a sua penetração no inconsciente coletivo – se assim podemos falar – e dissemina um comportamento declaradamente preconceituoso e racista contra a mulher negra, reforçando os estereótipos negativos defendidos pela ideologia do embranquecimento.

Estas canções que usamos nas oficinas, entre outras que falam da mulher negra, referem-se a ela de maneira estereotipada, depreciando a sua imagem, colocando-a como uma mulher vulgar, e de estética desaprovada, sendo aceitável apenas a sua disponibilidade sexual.

Uma Identidade a Ser Re-Construída

A oficina de identidade racial a partir da estética tem um momento de depressão quando as adolescentes descobrem que cantam as músicas que são contra elas, que as inferiorizam, "que as passam prá trás". Criticam os compositores e os chamam de racistas. Umas continuam valorizando a estética branca, outras começam a pensar na beleza negra presente entre elas mesmas, nas possibilidades de penteados que o cabelo pixaim oferece – traço racial mais discriminado nas canções –, na vantagem da proteção da

pele contra os raios solares, na capacidade de identificar como o racismo se manifesta e lhes nega a cidadania.

Esta afirmação do *eu* que essa oficina propõe é uma gota no mar de pressões a que essas adolescentes estão submetidas. A desassimilação será um exercício crescente que iniciamos com duas canções dignamente opostas às anteriores, que elevam a estima da negra e as convidam para realçar mais a sua beleza – *Beleza Pura e Preta*, de Caetano Veloso e Beto Barbosa, respectivamente.

A tentativa de refletir sobre a identidade racial com as adolescentes negras é uma metodologia que o Centro Solano Trindade utiliza como uma linha de trabalho, na expectativa de encontrar, no futuro, mulheres negras mais dispostas a ocupar o espaço que lhes roubam, assumindo sua identidade de gênero e raça.

Conclusão

Na oficina de Identidade Racial, partindo do eixo da estética, utilizamos elementos da música popular brasileira pela capacidade mobilizadora que ela possui – meio de mão dupla, usada negativa e positivamente. Muitos compositores reproduzem através das suas músicas todo o comportamento racista e sexista introjetado, provocando uma exaltação racista num segmento e a humilhação e negação do eu no outro segmento racial. Esta negação do *eu* repercute não só na violação da estética da mulher negra como em toda a herança histórico-biológica e histórico-cultural, que a faz assumir os valores da cultura branca, apelando para as plásticas dos lábios e do nariz (as poucas de classe média), o alisamento do cabelo e o sonho do marido branco – nos dias de hoje, de preferência alemão.

Esta comunicação não é uma análise final. Ainda vamos nos aprofundar no estudo da imagem e da estética para subsidiar mais a nossa prática junto às mulheres negras: crianças, adolescentes e adultas.

Bibliografia

- BROOKSHAW, David. *Raça e Cor na Literatura Brasileira*. Mercado Aberto, 1983.
- DISTANTE, Carmelo. Memória e Identidade. Identidade e Memória. *Tempo Brasileiro*, n. 95. out/dez, 1988.
- FRANKLIN, Jeová. O Preconceito Racial na Literatura de Cordel. *Revista de Cultura Vozes*. Ano 64, v.LXIV, n. 8, out. 1970.
- MOURA, Clóvis. *O Preconceito de Cor na Literatura de Cordel*. São Paulo: Ed. Resenha Universitária, 1976.
- QUEIROZ JR., Téfilo de. Preconceito de cor e a Mulata na Literatura Brasileira. *Ensaíos*, 19. Editora ática, 1975.
- QUILOMBHOJE. Reflexões sobre a Literatura Afro-brasileira. Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, 1985.
- SANTA CRUZ, Maria Áurea. *A Musa sem Máscara - A Imagem da Mulher na Música Popular Brasileira*. Editora Rosa dos Ventos, 1992.
- SAYERS, Raymond S. *O Negro na Literatura Brasileira*. Edições O Cruzeiro, 1958.
- SOUZA, Neusa S. *Tornar-se negra*. Graal, 1983.

A Violência e Turismo Sexual

Alzira Rufino^{*1}

Entre os papéis sociais e econômicos permitidos às mulheres negras ao longo da escravidão e da história presente, devemos acrescentar mais um: isca sexual para turistas.

Numa sociedade profundamente racista e patriarcal como a brasileira, as mulheres negras raramente conseguem sair do tanque e da cozinha, ou do estereótipo bastante popular das "mulheres quentes", "boas de cama".

Convidadas para shows de samba nas boates brasileiras e do exterior, são objeto de anúncios nas revistas e jornais europeus, que indicam pacotes turísticos no Brasil, com fotos de mulheres negras em fio-dental, associadas a pratos tropicais deliciosos e requisitados como a lagosta.

Muitas adolescentes negras caem nas armadilhas de falsos contratos artísticos, que são, na verdade, contratos para a prostituição, mas com propostas de salários muito superiores aos que receberiam como empregadas domésticas ou faxineiras.

Agências negociam viagens à Europa para trabalharem em casa de família, mas a realidade quando elas chegam lá é completamente outra, enganadas pelos agenciados da máfia do tráfico de mulheres para a prostituição. Também a promessa de casamento com europeus, principalmente suíços e alemães, tem atraído dezenas de mulheres negras para a Europa, tornando-as vítimas de todo o tipo de violência por parte do marido e caindo, posteriormente, na prostituição para sobreviver. Segundo dados recentes, há cerca de 4.000 brasileiras trabalhando em boates na Suíça, dividindo esse espaço de trabalho com as dominicanas, já que

1 ^{*} Escritora e Diretora da Casa de Cultura da Mulher Negra / Santos / SP

a legislação suíça concede-lhes a permanência se empregadas como dançarinas. O difícil acesso da mulher a funções melhor remuneradas dentro do mercado de trabalho faz com que ela acabe por aceitar esse papel de isca sexual. Sua beleza, explorada pelos donos do turismo sexual, donos de boates ou agenciadores das "mulatas que não estão no mapa", não alcança, entretanto, uma mudança de *status* social ou econômico.

Os grupos de "mulatas tipo exportação" parecem resgatar a estética negra, mas o reconhecimento da beleza das mulheres negras não é acompanhado por uma correspondente valorização salarial e elas exibem sua beleza exótica, tropical em benefício exclusivo dos seus empresários, continuando como mão-de-obra barata, sem *status*. O corpo-isca é a isca do pão, da moradia, do salário, do desejo de sair da invisibilidade.

No período colonial, as mulheres negras deviam se submeter às violências sexuais dos homens brancos que possuíam a propriedade do seu corpo. Também eram comuns os casos em que deviam trabalhar como prostitutas para aumentarem os ganhos de seus senhores. Essa história vem de longe!

O Estado e a sociedade não reconhecem as mulheres negras como cidadãs; os partidos políticos as rejeitam nas mesas de decisão; os sindicatos não incluem entre as suas bandeiras a igualdade de oportunidades para as trabalhadoras negras, nem se preocupam com o tráfico de trabalhadoras negras e brancas para o exterior; a escola reproduz uma história de servidão; a mídia só as registra nos três dias de carnaval como convite para a cama; a justiça reserva uma total impunidade para o assédio sexual e estupro no trabalho doméstico, por parte dos patrões e como objeto de iniciação sexual dos filhos do patrão.

Para reverter esse quadro é preciso criar oportunidades de educação, de capacitação profissional, de ascensão econômica, ao mesmo tempo em que é preciso trabalhar a auto-estima das mulheres negras, resgatando-a da invisibilidade que não é apenas social e política, mas que se reflete interiormente na falta de identidade, na busca de um modelo que nunca é ela mesma, negra,

mas a heroína branca da última novela da Globo. A violência da discriminação/marginalização reflete-se internamente e precisa ser trabalhada na sua face subjetiva. Afinal, dentro da realidade que lhes é oferecida, as mulheres negras pouco têm de que se orgulhar. Essa violência precisa ser reparada em todos os níveis, dentro e fora. Sobre isso tudo, as mulheres negras têm muito a dizer, e estão dizendo, depois de séculos de opressão e silêncio.

A IDENTIDADE ÉTNICA

nas representações simbólicas dos turistas alemães e das garotas de programa brasileiras, no contexto do turismo sexual do Recife.

Ana Rosa Lehmann - Carpzov^{*1}

INTRODUÇÃO

A minha contribuição para esta Mesa- Redonda focaliza um aspecto de um estudo que fiz sobre a "Formação de Identidades Sociais na Relação de Contato entre Garotas de Programa Brasileiras e Turistas Alemães, no Contexto do Turismo Sexual no Recife". Esta pesquisa constituiu o objeto de minha Dissertação de Mestrado em Antropologia na Universidade Federal de Pernambuco.

O meu objetivo, nesta pesquisa, foi, primeiramente, analisar quais as representações simbólicas que as garotas de programa criam sobre os turistas alemães e o que este encontro pode significar para elas, uma vez que muitas acompanham os turista na viagem de volta para a Alemanha, algumas, inclusive, chegando até mesmo a casar com eles.

Ao mesmo tempo, foi também meu objetivo, analisar os motivos que levam os turistas alemães a escolherem a cidade do Recife para passar as férias, ou seja, quais as representações simbólicas que eles constróem sobre o Brasil, em geral, e sobre o Recife, em particular, como lugar para viver o extraordinário tempo das férias. Em seguida, analisei de que modo eles constróem suas

1 ^{*} Mestre em Antropologia pela UFPE.

Prof. de Língua Alemã pelo Instituto Goethe de Munique - Alemanha.

representações sobre a mulher brasileira, e por que preferem, como companhia para esses dias de férias, um tipo de mulher bem diferente e contrastante daquele que lhes é habitualmente conhecido.

Na impossibilidade de apresentar aqui uma visão geral de toda a pesquisa, onde analisei o problema da identidade destes agentes sociais numa tríplice forma: identidade nacional, identidade de gênero e identidade étnica, restringirei minha contribuição à esta Mesa Redonda ao estudo da questão das representações simbólicas da identidade étnica na perspectiva dos turistas alemães e das garotas de programa brasileiras.

Tomei como referencial teórico o conceito de identidade étnica ressaltado por Fredrik Barth no livro *Ethnics Groups and Boundaries (Grupos e Fronteiras Étnicas)* (1), onde se estuda o problema dos grupos étnicos e da identidade étnica. Entre os elementos que estruturam a categoria do grupo étnico, Barth resalta a identidade étnica como a mais importante, ou seja, o fato de o grupo contar "com membros que se identificam a si mesmos e são identificados pelos outros", como constituindo uma categoria irreduzível às demais.

A etnicidade é uma *entidade relacional*, pois está sempre em construção, numa forma predominantemente contrastiva. O que significa que ela é construída no contexto de relações e conflitos intergrupais. A forma contrastiva que caracteriza a natureza do grupo étnico resulta de um processo de confrontação e diferenciação. Tudo isto acentua a natureza dinâmica da identidade étnica que se constrói no jogo destas confrontações, oposições, resistências, como também e, sobretudo, no jogo da dominação e submissão. É neste jogo dialético da dominação e da sujeição, que se encontra a dimensão mais crítica do problema da identidade étnica (2), e Barth também resalta que o caráter contraditório da relação entre grupos étnicos aparece mais claramente quando se trata de minorias em suas relações de sujeição para com as sociedades que as envolvem (3).

Isto posto, procederei ao estudo da identidade étnica a partir das representações simbólicas dos turistas alemães e das garotas de programa brasileiras, salientando que elas se impuseram à minha consideração através do jogo das seguintes dicotomias: rico e pobre, forte e fraco, dominante e dominado, colonizador e colonizado,

nação centro e nação periférica, o que não é de admirar, pois os agentes sociais da pesquisa pertencem a dois grupos étnicos contrastantes: de um lado, os alemães que assumem a posição daquele que é dominador, rico, forte, branco, tradicionalmente colonizador; e, do outro lado, as mulheres brasileiras, que se encontram na posição de dominadas, pobres, fracas, negras e tradicionalmente colonizadas. Os agentes sociais da pesquisa identificam-se e são identificados pelos outros como pertencentes a dois mundos diferentes e, deste modo, realizam a condição que, na teoria de Fredrik Barth, é a mais importante para definir um grupo étnico. Os grupos étnicos constroem sua identidade num jogo dialético de confrontações e contrastes, pois a afirmação da identidade pode ser vista como uma forma de encarar diferenças culturais.

REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS DA IDENTIDADE ÉTNICA NA PERSPECTIVA DOS TURISTAS ALEMÃES

Durante o trabalho de campo, ao estabelecer um contato direto com os dois grupos, foi possível observar como os turistas manifestam uma aberta preferência pelas "*Mulatinnen*" (como eles chamam as mulheres morenas ou negras). Isto se tornou um fenômeno tão comum, que não pode passar despercebido por aqueles que se encontram na praia, nas ruas, nos bares e nos restaurantes de Boa Viagem, no Shopping Center e no Aeroporto dos Guararapes. E muitas das pessoas que os vêem, dificilmente escondem uma certa perplexidade e terminam se fazendo a mesma pergunta: *Por que a preferência dos alemães pelas garotas negras e morenas? Não dizem que eles são racistas?* A questão merece ser analisada.

É importante salientar, desde logo, que se trata de uma questão muito complexa e, por conseguinte, seria pretensão acreditar que temos para ela uma resposta unívoca, verdadeiramente convincente e satisfatória. Segundo o meu modo de ver, a questão envolve diversos aspectos, os quais só poderão ser devidamente analisados numa abordagem interdisciplinar. Trata-se, portanto, de uma questão cuja dimensão significativa não pode ser esgotada

numa só linha de abordagem. Todavia, acreditamos que será válido levantar algumas hipóteses para tentar uma compreensão do fenômeno sem, no entanto, pretender explicar sua natureza mais profunda.

Entre os elementos que nos ajudam a entender esta questão "Por que os alemães vêm procurar as mulheres negras e morenas brasileiras não só para aventuras sexuais, mas inclusive para, em alguns casos, com elas se casarem?" , salientarei a noção de *transgressão*. Entendo aqui por transgressão a desobediência aos padrões de comportamento aprovados e sancionados pelos códigos culturais da sociedade alemã. A noção de transgressão reveste assim uma importância particular, porque ela sempre revela a presença do oposto, escondida no seu lado avesso, o que facilmente se entende, uma vez que não há transgressão sem lei ou sem código, ou melhor, sem proibições impostas pelos códigos culturais que moldam o comportamento social dos indivíduos.

Na questão que estamos estudando aqui, a transgressão feita pelos turistas alemães tem escondida no seu lado avesso a intolerância que a cultura alemã geralmente manifesta por outros grupos étnicos. Eles fazem aqui no Brasil o que não lhes seria permitido fazer em seu país, ou seja, relacionar-se intimamente com mulheres de cor negra. Lá, isto suscitaria atitudes discriminatórias. Claro que não pretendo dizer que todos os alemães são racistas ou têm intolerância para com os negros. No entanto, vários acontecimentos que datam da experiência nazista (para nos limitarmos apenas às últimas décadas da História), nos mostram que na sociedade alemã não são poucos os que manifestam semelhante intolerância racial.

Fundamentalmente, toda cultura está vinculada ao étnico. O etnocentrismo, portanto, é um fenômeno comum a todas as culturas. Esta é uma das razões por que toda cultura, de um ou de outro modo, tem certo receio diante daquilo que lhe é estranho. É evidente que esta reação conhece graus e, em algumas culturas, a reação e a intolerância ao estranho podem tomar proporções muito grandes. A Alemanha é uma destas culturas, nas quais o preconceito pelo "*fremd*" (estranho ou estrangeiro) é ainda nutrido por alguns de um modo muito forte. O mito da "superioridade racial" ainda hoje serve

de pretexto para alguns grupos, felizmente minoritários, justificarem atos extremos de ódio, de violência, de desumanidade. É o que leva alguns estudiosos a afirmarem que doutrinas sobre "pureza" e "superioridade de raça" tiveram muito maior aceitação e expansão na Alemanha do que em qualquer outro país (4).

Não seria este o lugar oportuno nem tampouco é minha intenção fazer aqui um estudo minucioso sobre a origem da xenofobia nem do racismo de alguns grupos alemães. Quero apenas ressaltar que, quando me refiro ao racismo dos neonazistas, estou consciente de que estes constituem uma minoria e que, de maneira nenhuma, poderíamos estender esta atitude à totalidade do povo alemão. É preciso, no entanto, dizer que esta minoria compromete, com seus atos absurdos, a imagem da Alemanha e do povo alemão diante do mundo, justificando, deste modo, a perplexidade de um contingente de pessoas quando vêem, aqui, os alemães se relacionarem com as mulheres de cor. Nada ilustra melhor a intolerância racial dos nacionalistas de extrema-direita da sociedade alemã como o caso do famoso tenista alemão Boris Becker. Este tornou-se um ídolo para os alemães, no mundo dos esportes, quando, aos dezessete anos, conquistou o Campeonato Mundial de Wimbledon. Enquanto namorava louras de olhos azuis, sua vida afetiva o tornava ainda mais admirado e querido pelos fãs. Porém, tudo mudou quando ele, em 1993, se apaixonou por uma negra - a modelo alemã Barbara Feltus. Os racistas não puderam suportar que aquele, que era o símbolo da força e da eficiência germânica, tivesse escolhido uma moça negra como companheira. Barbara foi massacrada pela imprensa racista e humilhada pelos fãs do célebre tenista, que reagiu à altura a estas manifestações. Ao jornal *Times* de Londres ele revelou: "*Não posso mais viver na Alemanha. Os alemães são racistas demais*". Depois do torneio de Wimbledon, em julho de 1993, o casal deixou a Alemanha e foi morar na Inglaterra.

Se a discriminação racial na Alemanha não poupou sequer a figura emblemática de Boris Becker, compreende-se que dela não se livrem aqueles que pertencem às minorias étnicas. Estas estão sendo duramente maltratadas pelos que se dizem os guardiões do nacionalismo alemão. Inúmeros são os depoimentos publicados em revistas e jornais nacionais e internacionais que condenam tão absurda intolerância.

O antropólogo Gilberto Dimenstein chamou a atenção para o fato de que 670 ataques neo-nazistas contra estrangeiros ocorreram só nos quatro primeiros meses do ano de 1993 e comenta: "*São ações que levam à suspeita de omissão das altas esferas do governo*"(5)

A intolerância destas minorias racistas do povo alemão para com os estrangeiros manifesta-se também no desprezo e na indiferença que sofrem os operários estrangeiros, convocados para o soerguimento industrial e econômico da Alemanha, depois do desastre da Segunda Guerra Mundial. A este respeito existe um impressionante relato de um jornalista alemão, Günter Walraff, que se fez passar por um turco, para viver e constatar na própria pele, a experiência de desprezo e discriminação que sofrem os imigrantes turcos na Alemanha em todas as esferas da vida social. Esta experiência foi descrita de modo extremamente chocante no livro *Ganz Unten* que foi traduzido e publicado no Brasil com o título *Cabeça de Turco* (6). Por causa deste livro, o jornalista sofreu retaliações por parte de grupos neonazistas e a imprensa alemã, de um modo geral, ignorou o seu trabalho.

Estes exemplos confirmam a existência da discriminação racial na Alemanha. Por conseguinte, os turistas alemães, quando procuram garotas de programa morenas e negras para suas aventuras sexuais durante o período de férias, estão transgredindo os códigos culturais da sociedade alemã. Eles se permitem, aqui, o que lá significaria um desafio às convenções e à proibição implícita no código cultural da sociedade alemã. Na transgressão, o fruto proibido se torna mais atraente, particularmente quando se trata de transgressões na esfera da vida sexual. Aquilo que Richard Parker chamou de "ideologia do erótico" adquire nesta esfera uma força capaz de se opor e de contestar os mais sagrados códigos culturais éticos (7)

Beleza e Sensualidade da Mulher Brasileira

Outra hipótese, que parece bastante pertinente para nos fazer melhor compreender a preferência dos alemães pelas garotas de

programa negras e morenas, diz respeito à própria beleza e sensualidade atribuída a este tipo de mulher. Nos clichês de propaganda presentes em quase todas as agências de turismo nos diversos países da Europa para incentivar o turismo de massa no Brasil (e dentro deste o turismo sexual), infalivelmente se encontra a figura da mulher brasileira de cor morena, como modelo de beleza típica dos trópicos. Os europeus, que vivem grande parte do ano sob um céu cinzento e agasalhados para se protegerem do frio, ficam literalmente ofuscados pelo impacto causado pela sensualidade dos corpos bronzeados das mulheres e dos homens expostos ao sol da praia. Compreende-se então, que a força do contraste que insere o exótico e o diferente torne-se fascinante e sedutora.

Além disso, a mídia espalhou pelo mundo as cenas deslumbrantes dos desfiles de carnaval, onde as morenas se destacam nos carros alegóricos e nas passarelas. As mulheres brancas que aí também se encontram, bronzeiam seus corpos antes do desfile para se assemelharem às morenas que encarnam o ritmo e que, na maneira de requebrar e remexer o corpo, transformam-se no próprio símbolo da sensualidade e do erotismo. Nos desfiles de carnaval, portanto, uma das festas mais típicas do povo brasileiro, há uma primazia indiscutível da beleza e da sensualidade da mulher brasileira de cor negra e morena.

Este tipo de beleza e sensualidade também foi difundido pela Europa através dos Shows das conhecidas "mulatas de Sargentelli" que, desde há vários anos têm percorrido cidades da Europa. Além disso, o ritmo da lambada, interpretado, na sua maioria, pelas morenas e negras brasileiras, fascinou o mundo europeu. Note-se ainda que, ao lado das propagandas, os manuais de guias Turísticos destacam a beleza da cor morena como o faz, por exemplo, o *Berlitz Reiseführer*, um dos guias de maior tiragem na Alemanha, quando na sua edição sobre o Rio de Janeiro, assim se expressa:

Brasileiros de todas as raças estão de acordo no que se refere à beleza das mulatas - estas garotas da cor de café com leite (milchkaffeebraune Haut), cuja beleza, graciosidade sensualidade muito contribuem para a fama que o Rio de Janeiro tem (8).

No entanto, não devemos restringir esta beleza típica da morena brasileira unicamente aos efeitos da propaganda turística, às festas de carnaval ou às excursões à Europa, onde são apresentados o ritmo da lambada e do samba. A beleza morena sempre foi ressaltada nas mais diversas fontes das representações sociais e culturais. A propósito da atração que o alemão sente por este tipo de mulher, gostaríamos de citar uma passagem do livro de Gilberto Freyre *Nós e a Cultura Germânica*, no qual ele nos fala deste assunto nos seguintes termos:

O europeu germânico vindo da Europa que chegava ao Recife... ao pôr o pé em terra, surpreendia-o o aspecto multicolor da população: brancos, amarelos, pardos, pretos ... Eram novidades sociológicas para o europeu germânico ... De outros alemães aqui chegados em meados do século XIX se sabe que, aqui, se enamoravam de mulheres de cor a ponto de com elas se terem casado e delas terem tido filhos (9).

Esta observação do grande sociólogo Gilberto Freyre a respeito dos europeus germânicos que vieram para o Brasil em meados do século XIX, parece que continua válida ainda hoje para os turistas alemães, que também se impressionam com os diversos matizes de cor das mulheres brasileiras, muito deles se enamorando e se casando com elas. Assim, por exemplo, se expressa um dos turistas alemães entrevistados:

Aqui tudo é colorido. Até as mulheres são coloridas: pretas, morenas, moreno-claras, rosadas, brancas. Todas são muito "gostasas" (knackig). Isto seduz. As mulheres alemães não são assim" (Wolfgang, 52 anos, comerciante).

É inteiramente possível que o fascínio do contraste na diversidade de cores, tão bem ressaltada neste relato, aliado à curiosidade pelo erotismo do exótico e à atração pelo diferente, sejam elementos que despertam a atenção e a preferência dos turistas alemães pelas mulheres de cor.

A tentativa de superar o passado
(Die Bewältigung de Vergangenheit)

Outra hipótese, que certamente é válida para uma reflexão sobre a questão que estamos tratando aqui, ou seja, "*Por que a preferência dos alemães pelas garotas negras e morenas?*", é a que se relaciona com um possível sentimento de culpa coletiva inconsciente do povo alemão, por causa dos excessos cometidos pelos nazistas contra as "raças não-arianas". Tratar-se-ia, portanto, de uma verdadeira "culpa histórica" que ainda hoje pesa sobre o povo alemão.

Evidentemente, este aspecto da questão, para ser devidamente elaborado, deveria ser tratado numa perspectiva psicanalítica. Não sendo este o meu propósito, contentar-me-ei em indicar, apenas, que poderia existir um sentimento coletivo de culpa inconsciente como um mecanismo defensivo para neutralizar o mal-estar cultural decorrente dos delírios nazistas de uma "raça pura" que terminaram ocasionando o holocausto de milhões de judeus e que, ainda hoje, continuam nas manifestações de ódio contra as minorias étnicas estrangeiras.

Neste contexto, é interessante ressaltar aqui o conceito de "*Bewältigung der Vergangenheit*" (tentativa de superar o passado), conceito-chave na obra de Heinrich Böll, Prêmio Nobel de Literatura. No Ensaio que intitulou *Über Mich Selbst*, Böll diz em que consiste esta questão de tentar superar o passado. É que as gerações do pós-guerra pagam a conta do que aconteceu no passado, sem encontrar uma explicação para aquele horror. Para estas gerações, a soma do sofrimento foi muito grande, ficando-lhes um resto desta culpa (10).

O passado, portanto, seria algo que pesa na História do povo alemão. Günter Grass, outro escritor alemão, assim se refere a este passado:

O povo alemão não se livrou desta culpa histórica, que ainda não foi afastada de sua consciência (11).

Acredito que a convergência destas hipóteses que aqui levantei pode nos ajudar a compreender melhor a questão : por que os turista alemães preferem as morenas e as negras e vão buscá-las nos países periféricos para suas aventuras sexuais ou para fazê-las suas esposas ou companheiras?

Acredito que o que aqui foi visto nos oferece subsídios para entender o que se poderia chamar a identidade étnica dos turista alemães. É pertinente enfatizar que, o fato de eles se relacionarem com as garotas de programa morenas e negras quando estão de férias aqui, muito mais do que uma atitude de igualitarismo racial, significa não apenas a satisfação de uma fantasia, de uma curiosidade - a realização do erotismo do exótico - mas também e, principalmente, uma atitude de dominação e de poder, que é concretizada no modo como muitas vezes tratam as garotas de programa que levam consigo para a Alemanha.

Em suma, concordo com Frantz Fanon quando, ao refletir sobre relacionamentos interracialis no Caribe, afirma que "a atração de uma raça por outra é, na realidade, um indício de desigualdade, hostilidade ou dominação interracial. Isto é especialmente válido em situações coloniais e pós-coloniais, onde as relações com a outra sociedade são ou foram relações de exploração em termos políticos e econômicos (12).

REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS DA IDENTIDADE ÉTNICA NA PERSPECTIVA DAS GAROTAS DE PROGRAMA BRASILEIRAS

Foi no contexto de confrontação dialética entre as diferenças de cor e, sobretudo, de dominação e submissão, dialética subjacente à ideologia do racismo, que se desenvolveu a análise das representações simbólicas da identidade étnica das garotas de programa brasileiras. Procurei apreender de que modo elas constróem suas representações simbólicas sobre os turistas alemães.

O que primeiramente me chamou a atenção, nos depoimentos colhidos no trabalho de campo, foi o modo como as garotas de programa falam da preferência dos turistas alemães pela cor negra e morena.

Eu acho que o que atrai os turistas alemães são as morenas. Pelo que eu entendi, eles dizem que são as mulheres mais bonitas. Elas têm uma beleza simples que não precisa de maquiagem para ser bonitas (Célia, 18 anos).

Ele chega aqui... quer uma coisa diferente, quer uma atração sexual diferente, é por isso que eles procuram a negra, mas muitas vezes, ele procura mais pra saber se é aquilo que ele pensava (Mariza, 22 anos).

Na linguagem simples e espontânea destes depoimentos, vejo confirmada pela intuição das garotas de programa uma tese bastante difundida na literatura existente sobre as mulheres de cor negra e morena. Para os autores que tratam deste assunto, o estereótipo da mulher negra ou morena tem uma dimensão erótica nitidamente exagerada e remete sempre às questões sexuais. Esta é a razão por que a propaganda turística transformou a mulher de cor morena no símbolo da mulher brasileira, "com seu doce balanço, seu corpo gracioso cor de cravo e canela, seu olhar que mistura malícia e meiguice na medida exata"(13).

Gilberto Freyre demonstrou, no célebre livro *Casa Grande & Senzala*, que o brasileiro, em tudo o que é expressão sincera da vida, traz a marca da influência negra. Assim ele se expressa: "Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam os nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra"(14).

Gilberto Freyre foi mais além e criou a palavra *morenidade* para designar a cor que seria típica do brasileiro. A morenidade, concebida por Gilberto Freyre, vai além dos caracteres raciais ou puramente étnicos, e designa um tipo nacional de mulher (no caso, a mulher brasileira), além de sua condição étnica e racial (15). "A morenidade é uma meta-raça que se afirma nos modos sociais de andar, de sorrir, de olhar, de falar, de gesticular, de chorar, de cantar, de dançar e de amar" (16). Gilberto Freyre ressalta, ainda, que a morenidade inclui quem não é biologicamente moreno, mas moreno ecológico pelo requeime do corpo ao sol abrasileirante e, pode-se

acrescentar, esteticizante (17). Portanto, não se deve esquecer que a preferência dos turistas alemães pelas negras e morenas é motivada principalmente pelo que elas representam para eles de exótico, de diferente e de erótico.

No jogo de confrontação de cor, um elemento que muito me chamou a atenção foi o modo como as garotas de programa morenas e negras se valem deste fascínio que exercem sobre os turistas estrangeiros, para se auto-afirmarem:

É um sonho eu tá indo pra Alemanha agora. (...) Eu sou uma brasileira morena e vou abalar. Eu acho que aqui tem mais discriminação, eu acho que lá não tem discriminação, tanto é que eles ficam aqui com as negras. É muito difícil uma mulher branca fazer programa aqui, é muito difícil. Se a discriminação lá fosse maior esses homens não iam levar esse tição de fogo pra casar (Beatriz, 21 anos).

Mas, o medo como as garotas de programa percebem a questão do racismo não é assim tão simples como o exprimiu esta depoente. Muitas acreditam que este entusiasmo dos turistas alemães pelas mulheres negras e morenas brasileiras é passageiro, dura enquanto dura o tempo das férias. Lá eles se tornam diferentes, como mostra o relato seguinte:

A maioria dos alemães quando leva as meninas bem morenas pra lá é pra ser empregadas deles. Porque lá tem muita discriminação, pelo menos lá na cidade onde eu fiquei (Eliane, 20 anos).

Outras distinguem entre o sistema que marca a cultura alemã e o modo como eles, os turistas, vivem fora deste sistema. Numa linguagem simples e intuitiva, elas dizem que os alemães não são racistas, racista é o sistema no qual eles vivem:

Eles vivem no sistema do país, o sistema do país é esse: todo mundo odeia negro, entendeu? Quando eles estão na Alemanha, eles vivem nesse sistema, mas a partir do

momento que eles chegam no Brasil, eles saem fora desse sistema, ele muda, ele tá livre. (Djanira, 21 anos)

É interessante notar que , na dialética da confrontação das cores, onde a outra cor é odiada e amada ao mesmo tempo, a mesma preferência que os turistas alemães demonstram pelas garotas morenas e negras, estas também demonstram pelos turistas brancos de olhos azuis:

A gente encontra brasileiro bonito aqui, mas a estrutura do estrangeiro, o rosto, a forma deles são diferente, os olhos azuis, o cabelo bonito...(Célia, 18 anos)

Eu sempre sonhei em casar com um homem branco, com um turista bonito, de olhos azuis, cabelo louro, e ter um filho que seja igual a ele. Não é preconceito de cor, mas é que eu quero um homem bonito (Ilka, 18 anos).

Eu adoro aqueles homens alemães, aquelas coisas branquinhas (Beatriz, 21 anos).

Expressando-se desta forma, as garotas de programa estão, sem o perceberem, incorporando e reproduzindo o preconceito racial que lhes é colocado pela sociedade. Conjugarem-se ao "branco" é, pois, representado por elas como uma possibilidade de ascender socialmente. No momento em que ressaltam a beleza da cor branca dos turistas, elas estão reproduzindo o sentimento de inferioridade e de discriminação racial que elas próprias condenam na sociedade em que vivem.

Terminando, gostaria ainda de ressaltar que não tive a pretensão de pensar que estas questões foram por mim analisadas de um modo conclusivo. Por mais seriamente que me tenha empenhado em seu estudo, as questões levantadas permanecem questões abertas que podem e devem ser retomadas em perspectivas e linhas de reflexões as mais diversas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTH, Fredrick (org.) *Etnichs groups and Boundaries. The Social Organization of Culture Difference*. Boston: Little Brown and Company, 1961, pp.10 - 11
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. "Etnia e Estrutura de Classes:a propósito da Identidade e Etnicidade no México". In: *Anuário Antropológico/79*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981, p.58.
- BARTH, FREDRICK. Op. cit., pp.30-31
- COMAS, Juan. "Os mitos racias". In: COMAS, Juan et alii. *Raça e Ciência I*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970, p44
- DIMENSTEIN, Gilberto. *Jornal do Comercio*. 10.06.1993
- WALRAFF, Günther. *Ganz Unten*. Köln, Verlag Kiepenheuer & Witsch, 1985
- PARKER, Richard. Revista *Veja*, p.7 e 8 de outubro de 1991, pp.7-8
- BERLITZ REISEFÜHRER - Rio de Janeiro, 1989/90
- FREYRE, Gilberto. *Nós e a Europa Germânica. Em torno de alguns aspectos das relações do Brasil com a cultura germânica no decorrer do século XIX*. Rio de Janeiro, 1971, pp.65-66
- BOELL, Heinrich. "Über mich selbst"(1958). In: BOELL, Heinrich. *Hierzulande. Aufsätze zur Zeit*. München, Deutscher Taschenbuchverlag: GmbH & Co.K.G., 1963, p.9
- GRASS, Günther. "Bild, das oft mit Hass erfüllt ist". *Der Aktuelle Artikel*. Inter Naciones Press, n.5., Dez. 1977
- FANON, Frantz. *Black Skin, White Masks*. C. L. Markmann, trans. New York: Grove Press, 1967. Citado por Ara Wilson, "American

Catalogues of Asian Brides". In: COLE, Johnetta. *Anthropology for Nineties*. New York: the Free Press, 1988, pp.114-124

FREYRE, Gilberto. "Sônia Braga, a mulher genuinamente brasileira". *Status - Revista Masculina*, Editora Três n.42, Janeiro, 1978

FREYRE, Gilberto., *Casa-Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. 10 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed., 1961, p.395

MELLO, Manuel Caetano Bandeira de ., "Significado de Morenidade". *Boletim do Conselho Federal de Cultura (MRC)* Ano X, n.38, pp. 69-70

FREYRE, Gilberto., *Diario de Pernambuco* - 13.11.1977

ABUSO SEXUAL PAI-FILHA¹

Heleieth I.B.Saffioti²

Enquanto os pais dominarem, mas não cuidarem, enquanto as mães cuidarem, mas não dominarem, prevalecerão as condições propícias ao desenvolvimento do incesto pai-filha (Herman, 1982).

O Gênero como Controle Social

A constituição de um *ponto de observação* inédito, a partir do qual a perspectiva feminista vem assumindo uma fisionomia cada vez mais precisa, tem dado uma contribuição inestimável às Ciências Humanas, mas também às demais áreas do conhecimento científico³, na medida em que coloca em xeque a própria razão dualista (Code, 1989; Jaggar, 1989; Harding, 1989). Esta nova perspectiva, tem proporcionado ganhos à Ciência e à sociedade, já que os conhecimentos que ela permite alcançar são mais abrangentes e mais profundos. Em outros termos, a mulher está deixando de ser a face oculta da história à medida que esta vai sendo cada vez menos registrada somente pelos vencedores e passando a sê-lo também pelos vencidos.

Obviamente, este movimento no mundo das idéias vincula-se profundamente à praxis feminista, num processo de alimentação recíproca. Muitas condutas feministas já se alteraram em relação ao homem, assim como muitos comportamentos masculinos sofreram mudanças substanciais face às mulheres. O próprio ordenamento jurídico das sociedades contemporâneas, aí incluída a brasileira, registra mudanças ponderáveis nas relações de gênero.

1 Apoio do CNPq.

2 Pesquisadora associada do CNPq junto à UFRJ.

3 Keller (1985, 1987 e 1989) é bióloga. Tendo entrado em contacto com teorias feministas, passou a questionar a maneira de se fazer ciência na sua área e, posteriormente, as bases epistemológicas da Ciência.

Desta sorte, mulheres têm logrado introduzir transformações, num processo lento, mas progressivo, visando à desconstrução de categorias de gênero percebidas como oposições. É importante ressaltar que a mulher não é nem a metade complementar do homem (Badinter, 1986), nem seu oposto (Saffioti, 1991). Numa outra linha de raciocínio, muito mais enriquecedora do conhecimento, a mulher é diferente do homem. Ser *diferente* não significa, necessariamente, ser desigual, isto é, superior ou inferior. Ocorre, entretanto, que todas as sociedades conhecidas apresentam, em maior ou menor grau, o fenômeno da supremacia masculina. Isto equivale a dizer que as diferenças existentes entre homem e mulher são convertidas em desigualdades, em detrimento da mulher, pólo dominado-explorado, embora longe de ser passivo (Saffioti et alii, 1992a; Gordon, 1988). O fenômeno da conversão das diferenças em desigualdades apresenta natureza *social* e *não-natural*, o que abre ilimitadas possibilidades de transformações. Em outras palavras, o *masculino*, assim como o *feminino*, são socialmente construídos.

De que serve uma perspectiva feminista, perguntarão alguns, se ela não reclama validade universal, mas reivindica sua especialidade e, por conseguinte, sua parcialidade? Não seria a resposta uma outra pergunta: é possível a construção de uma perspectiva universalizante numa sociedade plena de clivagens, como a de gênero, a de raça/etnia, a de classe social? Não é, portanto, mais honesto admitir a parcialidade das diferentes visões? É preciso, contudo, estar alerta para não cair no nominalismo weberiano, ancorando-se firmemente no nível do particular, exatamente das subestruturas mencionadas, do devir histórico. É, pois, justamente nesta instância que se situa o gênero.

Estatisticamente falando, toma-se como referência o sexo anatômico. Este, contudo, não constitui referente necessário, podendo uma pessoa do sexo masculino construir uma identidade de gênero feminino e vice-versa. Desta forma, a conformação da genitália não passa de uma referência, situando-se muito longe da posição de obrigatória (Saffioti, 1992). É preciso alertar, todavia, para o perigo de se deslizar para o gênero enquanto *determinação inexorável do social*, pois esta posição não seria di stinta, em última instância, da postura, ainda vigente em certos círculos sociais e áreas

do conhecimento, de que *a biologia é o destino*. Por conseguinte, a postura aqui adotada reconhece a determinação social do gênero, não o fazendo, porém, como se esta determinação social fosse um leito de Procusto. Usa-se *determinar*, aqui, na acepção de Thompson (1981, p. 176), ou seja, "em seus sentidos de 'estabelecer limites' e 'exercer pressões' de definir 'leis de movimento' como 'lógica do processo' ". Trata-se, pois, de uma possibilidade configurada pelas potencialidades oferecidas pela estrutura da inter-seção das contradições básicas da sociedade: gênero, raça/etnia, classe social. Nesta linha de raciocínio, a estrutura não representa senão os caminhos potenciais, cuja atualização dependerá da dinâmica das relações sociais. Em virtude da mencionada inter-seção, o sujeito não apresenta unicidade, mas, ao contrário, multiplicidade (Lauretis, 1987).

Convém fazer uma incursão, ainda que superficial, sobre a multiplicidade do sujeito. Não se entenderá o sujeito múltiplo como aquele que resulta das diferenças entre os indivíduos. a multiplicidade do sujeito só interessa, do ângulo teórico deste trabalho, na medida em que se vincula às contradições básicas da sociedade, ou seja, de gênero, de raça/etnia, de classes sociais. Não se trata, portanto, de indagar o nome individual do sujeito, mas de conhecer sua pertinência a uma categoria de gênero, a uma de raça/etnia e a uma classe social, fornecedoras das premissas para a formação das identidades básicas. Isto não significa que não se possa pensar em identidades secundárias, não apoiadas nos antagonismos sociais fundamentais. Este fenômeno, porém, não apresenta interesse inédito, tendo-se em vista os objetivos deste trabalho.

Isto posto, pode-se afirmar a existência de três identidades sociais básicas, que já asseguram uma variada multiplicidade do sujeito: homem, negro e trabalhador braçal; mulher, negra e funcionária do *show* de Sargentelli; homem, branco e profissional liberal; mulher, branca, dona-de-casa encortaçada; homem, branco e empresário; mulher, negra e empregada doméstica; etc. O sujeito múltiplo e não-único, por conseguinte, se inscreve no contexto histórico; seu registro não é individual, mas social. Se cada uma destas identidades é, em si própria, contraditória, na medida em que nem a ideologia de gênero, nem a de raça/etnia e nem a das

classes sociais apresenta coerência interna, evidentemente seu entrelaçamento potencializa estes antagonismos. Disto decorre a possibilidade da vivência de sérios conflitos, a nível de subjetividade, assim como no plano da prática social, ou seja, da atividade, da objetivação. Cada conjuntura sócio-política pode aguçar mais uma identidade básica, esmaecendo as demais, ou realçar duas em detrimento da terceira. O contexto histórico pode exigir uma aliança de classe, que abafa as identidades de gênero e raça/etnia.

Obviamente, em virtude desta multiplicidade do sujeito no plano de diferenças socialmente transformadas em desigualdades, as alianças se fazem entre pessoas dispostas numa hierarquia. Logo, os sujeitos, embora possam ser suficientemente iguais do ponto de vista de sua inserção na estrutura de classes, podem apresentar desigualdades profundas nos outros eixos de normatização das relações sociais. Assim, homens e mulheres pertencentes a uma mesma classe social - suponham-se trabalhadores de uma metalúrgica - firmam alianças numa determinada luta sindical. Embora a identidade que está sendo mobilizada seja a de classe, as outras interferem, introduzindo a hierarquia: homens são socialmente considerados superiores às mulheres; brancos, a negros. Desta sorte, as alianças ou coalisões podem envolver, dependendo das categorias sociais em interação, elementos de igualdade e de desigualdade.

Expostas estas premissas fundamentais, incorpora-se, aqui, o pensamento de Butler (1990, p 10 e 16): "A concepção universal de pessoa... é deslocada como um ponto de partida para uma teoria social do gênero por posições históricas e antropológicas que entendem gênero como uma *relação* entre sujeitos socialmente constituídos em contextos passíveis de especialização. Esta óptica relacional ou contextual sugere que aquilo que a pessoa "é", e até mesmo aquilo que o gênero "é", é sempre relativo às relações construídas nas quais é determinado. Como um fenômeno contextual e movente, o gênero não denota um ser substantivo, mas um relativo ponto de convergência entre conjuntos de relações cultural e historicamente específicas". (...) "Gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente adiada, nunca inteiramente aquilo que é em uma determinada conjuntura histórica. Uma coalisão aberta, então, afirmará identidades que são alternativamente instituídas e abandonadas de acordo com os propósitos do momento; será uma

aliança aberta, que permite múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um *telos* normativo de conclusão definitiva". Isoladamente dos pressupostos fundamentais aqui expostos, este excerto teria um significado reduzido, ganhando, no presente contexto teórico, uma relevância indiscutível. À idéia central deste trecho de Butler converge com a de identidade-metamorfose, de Ciampa (1990), e com sua reelaboração por Saffioti et alii (1992).

Rigorosamente, estão aí várias idéias. Uma delas diz respeito à permanente metamorfose da identidade. No contexto deste trabalho, seria mais adequado dizer *permanente metamorfose das identidades*, pois se trata, como se viu, de três identidades básicas. Outra idéia vincula-se à questão da multiplicidade do sujeito, embora Butler não mencione Lauretis e pareça não conhecer seu texto. É uma pena, porquanto este último deixa a desejar no tocante às identidades do sujeito múltiplo, uma vez que Lauretis parece caminhar na trilha da singularidade e não das identidades de gênero, raça/etnia e classe. Uma interlocução com Lauretis teria tornado o texto de Butler ainda mais fascinante. Como terceira idéia cabe mencionar o caráter aberto e provisório das alianças. Embora isto não seja explicitado no texto de Butler, parece claro o caráter qualitativo do sujeito coletivo, como foi exposto por Saffioti et alii (1992a), assim como sua mobilidade.

A *práxis para si*, no caso dos três tipos de grupamentos referidos, não chega jamais a envolver todos os membros de uma categoria ou de uma classe. Basta que uma parcela dos sujeitos singulares encarne os interesses históricos da categoria ou classe para se transformar em sujeito coletivo. Desta sorte, mesmo em condições de aguda reificação das relações sociais, como é o caso do Brasil atual, o ser singular realiza o ser genérico com relativa frequência.⁴ Isto equivale a dizer que, não obstante a presença de incoerências nas ideologias de gênero, raça/etnia e classes sociais, também existe uma *inteligibilidade* neste eixos de estruturação das relações sociais.

4 a questão teleológica, dada sua complexidade, demandaria uma longa discussão, tarefa para a qual não há espaço neste trabalho

Talvez a inteligibilidade máxima, no que tange ao gênero, seja encontrada na situação descrita por Butler (1990, p.17): "Gênero 'inteligíveis' são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática e desejo". Seria difícil estimar em que medida existem gêneros inteiramente inteligíveis. O provavelmente mais freqüente é uma aproximação, em maior ou menor grau, deste limite. Embora não se pretenda entrar nesta discussão, há que se considerarem dois pontos:

1. a inteligibilidade do gênero do ângulo da subjetividade;
2. a inteligibilidade do gênero da perspectiva dos papéis sociais passíveis de observação por parte dos demais *socii*.

Pode-se presumir, sem muito medo de errar, que as maiores ambigüidades residam no plano mencionado no item um e que um alto grau de inteligibilidade seja alcançado a nível do exposto no item dois, embora este nível não esteja isento de ambivalências. Ora, a inteligibilidade do gênero que pode ser lida imediatamente por qualquer *socius* é esta segunda, por estar inscrita em uma matriz falocêntrica.⁵ É obvio que tanto mulheres quanto homens são compreendidos - no sentido de serem contidos e entendidos - por esta matriz. Esta tem sido, com muita freqüência, contestada por feministas, tentando subvertê-la. Pode-se, pois, afirmar que a matriz hegemônica sofre, contemporaneamente, um verdadeiro bombardeio por parte de mulheres, cuja práxis constrói matrizes alternativas a partir do lugar da subversão.

Nesta trilha, os diferentes movimentos feministas, através de coalisões construídas em bases desiguais (Combes & Haicault, 1987), têm conseguido introduzir alterações significativas nas gerações de gênero. Em alguns campos, as transformações são ainda incipientes, mas revelam, por parte de feministas, a coragem de denunciar e o propósito de envolver toda a sociedade na luta pela ampliação dos direitos de cidadania. Assim, a releitura feminista da

5 Deixa-se de utilizar, aqui, o termo patriarcado em virtude das celeumas que gera, embora se considere possível sua redefinição em um universo conceitual completamente distinto do weberiano, onde foi originariamente cunhado. O uso de outras autoras, contudo, poderá conduzir ao emprego do termo. Neste caso, patriarcado será sinônimo de falocracia ou, pelo menos, falocentrismo. Lembra-se também que a figura do patriarca é simbólica.

política de direitos humanos tem contribuído para enriquecer a concepção de vida humana da época contemporânea.

A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A ideologia de gênero tenta naturalizar práticas discriminatórias contra a mulher, socialmente construídas ao longo de milênios. O processo de naturalização do social, não exclusivo do gênero, mas comum às relações de raça/etnia e de classes sociais, oculta possibilidades de transformação. Na medida em que se apresentam as inferiorizações femininas como naturais, elas deixam de ser passíveis de mudança. Quando se afirma, por exemplo, que a violência praticada por homens contra mulheres ancora-se em questões pessoais inevitavelmente presentes na vida a dois, que diz respeito ao casal ou à família e a ninguém mais, está-se afastando a possibilidade de detecção de suas raízes políticas. Como a violência - seja ela física, emocional ou sexual - constitui uma forma de controle social, ela representa peça de suma importância na preservação do *status quo* falocrático. A violência contra a mulher não escolhe idade, nem classe social, nem número de anos de escolaridade, nem grau de desenvolvimento econômico da região em que ocorre. Ao contrário, atinge mulheres em qualquer etapa da vida e em qualquer situação sócio-econômica, sendo nuclear na ordem social falocêntrica.

Nem sempre o processo de naturalização é explícito, podendo se processar via omissão. Obviamente, a negação da origem política da violência viabiliza esta forma mais sutil de sua naturalização. Haja vista a omissão deste fenômeno na agenda dos direitos humanos. Efetivamente, nada de específico neste sentido consta da Declaração Universal dos Direitos Humanos. E, cabe lembrar, a violência contra a mulher apresenta alto grau de especificidade. Com as pressões desencadeadas por movimentos feministas, chegou-se a conceber a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, aprovada pela Assembleia Geral da ONU, a 18/12/79, tendo entrado em vigor a 03/09/81, depois de sua assinatura por vários países. Até maio de 1987, havia sido ratificada por 93 nações, dentre as quais o Brasil. (Isis Internacional, 1991). Embora esta convenção não tenha sido implementada no Brasil, constitui um instrumento legal importante.

Esta releitura dos direitos humanos só foi possível graças à evolução das reflexões e pesquisas a partir da perspectiva feminista. Com efeito, "como nós, mulheres de nenhum grupo, temos sido 'paradigma' do humano, nem temos tido o poder para impor nossa visão do mundo sobre os seres diferentes, a visão de gênero não se reduz a incluir as mulheres, ou só uma classe de mulheres, mas implica na inclusão da visão de todos os seres humanos. Nisto consiste a grande diferença entre um conceito androcêntrico dos direitos humanos e um conceito com perspectiva de gênero dos direitos humanos. (...). Concebemos a igualdade como o respeito e o reconhecimento das diferenças, não como a possibilidade de sermos iguais a ... 'o paradigma do humano' " (Facio, 1991, p. 121).

Neste diapasão, as mais diversas tendências do feminismo têm dado sua contribuição para ampliar os direitos de cidadania das mulheres. Através de pesquisas, tem-se descoberto um mundo ainda mais feio do que aparenta. Dada a sacralidade da instituição família, a literatura ante-feminista e anti-feminista raramente se refere a fatos graves de desrespeito aos direitos humanos, como são a violência física e sexual, para não mencionar a emocional. Feministas começaram a investigar este universo, mostrando como a mulher tem seus direitos violados, com muito mais frequência do que imagina o leigo. Muitos livros e artigos foram escritos sobre, por exemplo, espancamento e homicídio de mulheres por seus companheiros. Embora no Brasil a literatura sobre esta temática seja escassa (Azevedo, 1985; SEADE/CECF, 1987; Ardaillon & Debert, 1987; Saffioti, 1985, 1989; Afonso & Smigay, 1989), está-se começando a descobrir a ponta do *iceberg*.

Dentre os graves tipos de violência em família, situa-se o abuso sexual incestuoso (ASI). Trata-se de membros adultos da família que abusam sexualmente, em geral, de crianças e, menos freqüentemente, de adolescentes. Internacionalmente falando, há uma literatura apreciável sobre esta problemática. A nível nacional, são extremamente escassas as informações (Azevedo, 1987; Saffioti, 1991). Há, todavia, uma tendência a não diferenciar o ASI do incesto. Parte-se, aqui, da premissa de que se trata de fenômenos diferentes, embora em ambos esteja presente o parentesco consanguíneo ou afim dos membros do par.

Seguindo trabalho anterior (Saffioti, 1991a), compreender-se-á por incesto qualquer contacto de natureza sexual entre parentes consanguíneos ou afins que, entendendo seu caráter de interdição, dele participe de livre e espontânea vontade. Desta forma, há, na relação incestuosa, uma convergência de vontades e não há coerção. Assim sendo, o incesto só pode ocorrer numa relação *par*, isto é, entre iguais: entre irmãos, entre primos e entre tio e sobrinha e tia e sobrinho de idades semelhantes. Não é a idade em si que importa, evidentemente, mas a relação de autoridade, de poder que, com frequência, está presente entre estes tipos de parentes, quando suas idades são muito distintas. Se a relação for de autoridade ou de dominação, não se pode presumir convergência de vontades e se, concretamente, ela ocorrer, será um fenômeno esporádico.

No ASI, ao contrário, há uma vontade - a do adulto ou do mais velho - que se sobrepõe a uma outra - a da criança ou do mais novo. Há, na relação, o exercício da coerção, pois ela é *díspar, não-par*. É permeada pelo poder. Não é necessário que haja ameaça para que se exerça coação. O adulto, freqüentemente, induz a criança a entrar numa relação libidinosa com ele, sem uso ou ameaça de usar violência. É difícil dizer qual processo contém mais brutalidade: o da ameaça e mesmo o do uso da força física ou o da sedução. Quando a ameaça ou a violência é utilizada pelo adulto, a criança pode apresentar, para si própria, o argumento de que não pôde resistir à força. No processo de sedução, entretanto, a criança vai sendo progressivamente envolvida pelo adulto. No início, ou não distingue a carícia de ternura do afago libidinoso ou, discernindo entre os dois, entende que permitir ao adulto o uso de seu corpo consiste numa forma, talvez a única disponível no seio da família, de obter amor ou atenção. Quando percebe que, na verdade, aquele "amor" tinha um preço muito alto, já é tarde demais. Emocionalmente envolvida e praticando atos libidinosos a pedido do adulto e para agradá-lo, a criança sentir-se-á mais copartícipe do que vítima. Donde ser extremamente difícil denunciar, seja o pai, o avô, o tio, o cunhado, o irmão ou o primo mais velho, etc. O processo de desvelamento do ASI é muito mais penoso quando a criança é seduzida do que quando ela é ameaçada. Não há evidências, contudo, nem na literatura internacional, nem na pesquisa em curso,

de que seja mais tardio. A imposição de uma vontade sobre a outra está sempre presente, seja pela ameaça ou uso de violência seja pela sedução. Cabe lembrar um caso de ASI, cuja vítima levou 30 anos para superá-lo. Não houve sedução, nem propriamente uso ou ameaça de violência da maneira como são comumente concebidos. O pai, quando a mãe estava no hospital, acompanhando um filho pequeno doente, foi para a cama da filha mais velha (mais tarde abusou da mais nova) e deitou-se sobre ela. Não chegou a penetrá-la, pois ejaculou antes ou porque já apresentava este problema, agravado pelo estresse, ou porque ficou nervoso no momento da violação de um norma social importante (a família era profundamente católica). O trauma provocado não foi menor do que se tivesse havido penetração. A vítima levou 30 anos, de psi em psi e buscando auxílio em grupos feministas, para se libertar do problema.

Dentre os elementos extremamente ricos que oferece à reflexão do leitor consta o que aqui será chamado de *roubo do desejo*. Dialogando, no livro, com seu pai, assim se manifesta Thomas (1988, p. 73-74): "Você pode não ter violado o meu sexo, mas violou a minha alma, o meu espírito. Roubou-me de mim mesma, quebrou todos os meus sonhos de mocinha nova, pura, e me precipitou no inferno por longos anos. Transgrediu uma interdição, eu transgriro uma outra, transgriro a lei do silêncio para reencontrar o meu "eu" , que você me roubou no silêncio de uma noite. Não tenho outra arma a não ser a minha palavra reencontrada, uma palavra nua. (...) Papai, deixo-o para sempre. Doravante sou uma mulher, tenho a idade que você tinha quando me tomou só para você, quando fez de mim sua prisioneira, uma vítima do incesto. (...) Posso enfim deixar de sobreviver como vítima medrosa, gelada, posso enfim parar este balé perigoso com a loucura e a morte no qual gastei tantas forças durante todos esses anos, para me salvar, certa de um dia chegar a algum lugar, à região da Palavra de verdade. (...) Já não tenho vontade que você morra, nem de vê-lo na cadeia, porque, mesmo que a vergonha desabe sobre você, ela devia também dasabar sobre milhares de pais que, também eles, *aprisionaram suas filhas no seu desejo* (não grifado no original), precipitando-as no túnel negro das dores do incesto".

Aprendendo que é oferecendo o corpo que se ganha "amor", que a autoridade parental significa a propriedade, pelo menos

sexual, das fêmeas da família, que os limites ao poder de um homem são fixados por outros homens e não por mulheres⁶. etc., a vítima de ASI perde o direito a dizer não a qualquer homem, na medida em que seu desejo feminino por um homem foi apropriado por todos os homens, na pessoa do "patriarca", daquele que desfrutava de sua total confiança, de seu amor, de seu respeito, de sua admiração. Enfim, seu herói, sua figura mitológica apropriou-se de seu desejo, tornando-a mulher de todos os homens. Thomas (p. 23-24 e 28), falando de si própria: "Seu pai a tinha substituído. Se ela tivesse encontrado, amado um proxeneta, facilmente teria feito dela uma prostituta. (...) Oferecer-se era fazer acreditar que era dona de seu nariz, que existia de fato, mas era mentira. Ela nadava na mentira. Tinha perdido todos os seus pontos de referência entre verdade e mentira diante do homem. (...) ...ela era sua filha, filha dele, ele era o dono. (...) Ela não soubera, aliás, resistir ao apelo da ternura".

Ana (21 anos) e Daniela (21 anos) sujeitos da pesquisa em curso, a primeira mãe de duas crianças, uma com 7 anos e outra com três anos e meio de idade, e a segunda, mãe de uma criança com 6 anos, todas as três filhas de seus avós, pois as meninas foram sexualmente exploradas e engravidadas por seus pais biológicos, entraram, desenfreadamente, pela promiscuidade sexual. Não apenas não resistem a um apelo masculino; provocam os homens, o que lhes dá a sensação de serem senhoras de si mesmas. Embora aparentemente estranha, esta é uma forma de reaver a auto-estima ou, pelo menos, parte dela, Em Minneapolis, USA, um estudo com um grupo de prostitutas verificou que três quartos delas haviam sido vítima de ASI, na infância (Butler, 1979). Laura (21 anos) e

6 Efetivamente, só outros homens colocam limites à atuação masculina. O "patriarca" detém a propriedade sexual das fêmeas da família. É neste terreiro que ele canta de galo. O pai preserva suas fêmeas do ataque de outros machos. Só ele pode usá-las, pois é o senhor do "pedaço". Na hipótese de Asi, o "patriarca" tenta trazer suas filhas reclusas, a fim de evitar a aproximação de competidores. Se, todavia, não consegue impedir que a filha arranje um namorado e com ele se case, passa a respeitar este novo terreiro, que foi constituído por um novo galo. Trata-se, agora, do "pedaço" do outro e, segundo o código de "ética" dos machos, deve ser respeitado, inclusive com as fêmeas que contém. *Mutatis mutandis*, o estuprador não é aquele que invade o terreiro do outro? Não seria por isto que recebe o mesmo tratamento por parte de outros presidiários, quando recolhido à prisão?

Silvana (23 anos) são refreadas por suas mães. Vivem com verdadeiro cabresto materno para não se tornarem sexualmente promíscuas. Ambas ficaram grávidas de seus pais. A primeira começou a ser sexualmente molestada pelo pai aos 15 anos. Sem nunca ter sido penetrada (o pai ajaculava nas coxas) Laura engravidou com quase 16 anos, tendo tido um aborto espontâneo aos cinco meses de gestação. O feto apresentava sinais de hidrocefalia. O ASI da segunda teve início quando ela estava com 13 anos, havendo ela engravidado aos 14. Tem um garoto com cerca de nove anos. A criança não fala, não anda, não se senta, nem sustenta o pescoço sobre a cabeça. A única posição em que pode permanecer é a horizontal. Não se pode, todavia, afirmar que este estado seja resultado de uma união consangüínea.⁷ As estatísticas sobre morte pré-natal e dano pós-natal (Freire-Maia, 1984) por consangüinidade não justificam o tabu do incesto, que, certamente, como se mostrou em outro trabalho (Saffioti, 1991), tem raízes e significado sociais (Freud, 1981; Stein, 1978; Lévi-Strauss, 1976; Meillassoux, 1975).

Retomando-se os excertos do depoimento de Thomas, percebe-se a apropriação do desejo da vítima por parte do agressor. Há um verdadeiro *roubo do desejo*. Isto significa que a mulher deixa de ser senhora de seu desejo, ou melhor, que ela deixa de ser a própria fonte e força motriz de seu desejo. Este passa a se alojar no outro. Este outro, porém, não é propriamente singular, pois representa todos os homens. É como se todos os homens constituíssem a fonte do desejo da vítima. A rigor, o vetor muda de direção. A mulher deixa de ser o sujeito desejante (Saffioti, 1980) para se transformar, com o ASI, em objeto desejado, sem poder de barganha, sem resposta, enfim, sem desejo. Exatamente por ter tido

7 Quando o garoto estava com cerca de dois meses, seu pai-avô tentou sufocá-lo. Quando, aparentemente arrependido, buscou socorro, a criança não respirava, mas foi reanimada,. Não se sabe se a duração da apnéia comprometeu o cérebro do menino. A avó conta que ele chegou a andar e a falar, tendo perdido o controle dos membros inferiores, da cabeça e da fala depois de um susto que levou com um banho de mangueira, proporcionado pela vizinha. A avó gosta enormemente da criança, que é alegre e meiga. A mãe do menino, entretanto, o odeia. Ademais, tem muito complexo de inferioridade, porquanto a gravidez lhe provocou estrias nos seios e no abdômen, assim como aumento de peso. Silvana nada faz pela criança. É a avó que o leva, todos os dias, ao hospital para a sessão de fisioterapia. Não se conseguiu contactar um médico (SUDS) que conheça o caso.

seu desejo roubado, é mulher para todos os homens e não para um, objeto de seu amor. Afinal, seu pai, padrasto ou avô, mas também seu tio, seu irmão ou seu primo mais velhos encarnam a figura do patriarca, detentor da propriedade das mulheres e das crianças. Cindem-se amor e sexo para a mulher, ou melhor, o homem, para quem esta cisão já existia, instala-a na mulher⁸, tornando-a sexualmente promíscua. Isto não ocorre, porém em cem por cento dos casos. Há vítimas de ASI que se tornam frígidas, mas se casam e têm filhos. Outras passam a rejeitar os homens e a manter contactos sexuais com mulheres. Brady (1979), sexualmente vitimizada por seu pai durante muitos anos, casou-se por sentir que só sendo propriedade de outro homem poderia se libertar da escravidão em que vivia em relação a seu pai. Teve duas filhas, separou-se do marido e passou a se interessar por mulheres. Nem com estas, todavia, as relações foram duradouras. Estava em psicoterapia quando escreveu seu livro. Tornando-se prostituta ou de alguma forma sexualmente promíscua ou casando-se com um homem ou uma mulher, a vítima de ASI tende a reproduzir o padrão de dominação a que se submete. Em seu pungente depoimento, Brady faz uma reflexão sobre seu casamento e sobre sua relação com Polly, quando percebe, nesta nova união, que está repetindo o mesmo tipo de vínculo: "ele mostra-me o quão produnfamente eu caí de novo no inexorável padrão: colocando uma autoridade mandando na minha vida, fazendo qualquer coisa para receber aprovação, qualquer coisa para evitar rejeição, abdicando de todos os meus direitos, desejando ser usada em troca de amor, obscurecendo a realidade em névoas

8 Freud foi o primeiro a detectar a origem incestuosa da cisão entre amor e sexo. Na teoria junguiana, o incesto desempenha papel importante no processo de humanização. Um excerto do junguiano Stein esclarecerá esta questão: "Frequentemente, a ferida do incesto causa um transtorno no relacionamento com o instinto materno, esse princípio feminino receptivo da psique humana. A genuína abertura, a aceitação e o carinho para consigo próprio ou os outros não são possíveis enquanto o arquétipo materno permanecer fechado e preso a uma atitude de rejeição. Portanto, a redenção do amor e da sexualidade só pode ocorrer ao longo da gradual transformação da mãe interior. (...) ... muito mais do que a razão, Eros é o fator humanizatório crucial da psique humana. ... Eros é entendido como aquela qualidade da alma humana responsável pelo relacionamento e pela conexão psíquica. Apesar de incluir a dimensão erótica, Eros não se confunde com a paixão demoníaca evocada pelo deus greco conhecido pelo mesmo nome" (p. 37-38).

fantásticas. Eu estava condenada a representar, mais uma vez, aquele papel"(p. 181).

Verifica-se, portanto, que a probabilidade de reproduzir a relação estabelecida com o adulto sexualmente abusivo por parte da vítima de ASI independe do tipo de parceiro: homem ou mulher, uma vez que Brady se autodefiniu como "satélite de Polly". Dado o processo de autoculpabilização e a solidão a que é condenada por seu segredo e por seu medo de entrega, a vítima de ASI vivencia freqüentes depressões. Como se estas conseqüências não fossem suficientes, com freqüência, as vítimas são responsabilizadas por outros familiares e pelo próprio agressor de tê-lo seduzido ou imaginado ataques sexuais que nunca existiram. Desta sorte, o desejo da criança de se relacionar sexualmente com o pai geraria fantasias neste sentido.⁹ Um diálogo entre Brady e seu pai revela esta faceta:

Brady: "Você aproveitou-se de mim. Eu era apenas uma criança."

9 Esta generalizada crença da criança sedutora ou de imaginação fértil encontra respaldo na Psicanálise freudiana. Em carta escrita a Fliess em 21/09/1897, Freud decalorou: "Não acredito mais em minha *neurótica* [teoria das neuroses]".

Era muito grande a incidência de relatos de contactos sexuais entre suas

pacientes e seus pais. Enumerando razões pelo abandono desta teoria, continua: "Depois, a surpresa de que, na totalidade dos casos, o pai, sem excluir o meu, tinha

que ser acusado de pervertido - a percepção da inesperada freqüência da histeria,

com prodomínio precisamente das mesmas condições em cada caso, muito embora, certamente, essas perversões tão generalizadas contra as crianças não sejam muito prováveis. A [incidência] da perversão teria que ser incomensuravelmente mais freqüente do que a histeria [dela resultante], porque, afinal, a doença só ocorre quando há um acúmulo de acontecimentos e um fator contributivo que enfraqueça a defesa. Depois, em terceiro [lugar], o conhecimento seguro de que não há indicações de realidade no inconsciente, de modo que não se pode distinguir entre a verdade e a ficção que foram catequizadas pelo afeto. (por conseqüente, restaria a solução de que a fantasia sexual se prende invariavelmente ao tema dos pais" (Grifo não consta do original) (Masson, 1986, p. 265-266).

Pai: "Mas eu nunca forcei você.

Brady: "Você me forçou, papai, não com violência, mas de maneira sutil e manipuladora."

(...)

Pai: "Eu poderia ter forçado você, mas eu não o fiz."

(...)

Brady: "Os pais assumiram total responsabilidade pelo que aconteceu entre eles e suas filhas" referindo-se a um artigo lido.

Pai: "Eu ainda penso que você também foi responsável

Brady: "Eu sei que você pensa assim. E é verdade que adquiri algumas habilidades sexuais com você e que eu também manipulei e usei você. Mais eu não fui responsável pelo começo. *Eu era somente uma criança*"(Grifo no original, p. 188-189).

A criança, sobretudo quando se trata de menina, é freqüentemente acusada de seduzir o "ingênuo" e "cândido" adulto. No caso de Iris, 20 anos, os abusos por parte do pai começaram aos 14 anos. O agressor ameaçava matar a mãe e os irmãos se ela contasse algo a alguém. Um dia, entretanto, ela criou coragem, ou melhor, teve tanto medo, que contou à mãe, pois estava grávida. A mãe não acreditou enquanto não viu o resultado do exame médico. Os irmãos, aí incluídas as irmãs, responsabilizam Iris, pelo menos parcialmente. Pensam que ela deve ter provocado o pai e que se não gostasse da relação não teria guardado segredo. Para usar uma expressão de Barry (1984), repete-se, nos casos de abuso sexual em geral e de ASI em especial o "paradigma do estupro", transformando-se a vítima em ré.

Era encenada, nos Estados Unidos, há muitos anos, uma anedota em que um Senador, conduzindo uma investigação sobre as causas da II Guerra Mundial, gritava, numa cruciante mistura de triunfo e suspeita: Que estava Pearl Harbour fazendo no Pacífico? Evidentemente, esta piada causa riso. O que interessa, contudo, diz respeito à sua lógica, similar à que presidiu teorias acadêmicas sobre estupro, anteriores ao feminismo. "Nas Ciências Sociais, a culpabilização da vítima está se tornando uma racionalização crescentemente popular para comportamento criminoso e 'desviante'. Como afirmou um escritor, é usualmente 'disfarçado em gentileza e solicitude e carrega todos os acessórios decorativos e enfeites aparatosos do cientificismo; é obscurecido por uma névoa perfumada de humanitarismo' (Ryan, 1974, p. 150). Não obstante, sua função consiste em escorar o *status quo*, pois quando a culpa de um problema social pode ser jogada sobre sua vítima, o problema está 'resolvido' "(Clark & Lewis, 1977, p 147).

A rigor, a sociedade dá uma enorme volta, a fim de culpabilizar a mulher por um crime masculino. A liberdade das mulheres - de sair à rua a qualquer hora, de usar roupa justa ou curta, ou de freqüentar certos lugares - é muito restringida em nome de elas escaparem do estupro. "Muitas mulheres nunca percebem que o estupro não 'acontece', é causado - pelos homens. Homens cometem um crime particular contra mulheres e a única pessoa responsável por este crime é o homem que o cometeu" (L.R.C.C., 1984, p. 2). Claro que nenhuma destas "precauções" evita o estupro. Mas, para poder culpar a mulher, ela sempre é enquadrada na infração de qualquer destas "regras"de conduta. Admita-se, contudo, por um instante, que, infringindo as mencionadas "normas de recato", a mulher provoca o estupro, ou seja, torna-se responsável por ele. Que dizer da menina de quatro anos, que nem seio tem, ou da de doze ou treze que, além de bolinada, é engravidada por um parente, em geral, o pai, na própria casa onde reside a família? Onde estão as infrações cometidas por elas? O ASI mostra, à sociedade, que a violência sexual contra a mulher constitui peça importante do edifício falocêntrico.

Uma pesquisa revelou que, no ano de 1980, na Inglaterra e no País de Gales, apenas 2% dos condenados por estupro necessitaram de tratamento psiquiátrico (H.O.C.S., 1967).

Esta, assim como outras pesquisas, põem por terra a argumentação de que só cometem crimes sexuais os mentalmente perturbados. Esta idéia psicologizante desvia a atenção do investigador da engrenagem social integrada pela violência contra a mulher em geral e pela violência sexual particularmente. Três quartos dos agressores sexuais de meninas não são estranhos, mas conhecidos e considerados confiáveis pela garota e por sua família (Francis, 1967).

Outra falácia muito difundida consiste na afirmação de que as necessidades sexuais masculinas são inadiáveis. Neste termos, o impulso sexual não seria passível de controle, o que levaria os homens a saciar suas urgências sexuais com a mulher mais à mão, independentemente de se tratar da filha de seu amigo ou de sua própria filha. O L.R.C.C. (London Rape Crisis Centre, 1979) mostrou que quatro quintos dos estupros são total ou parcialmente planejados. A totalidade dos estupros perpetrados por mais de um homem é planejada com antecedência (Amir, 1971, L.R.C.C., 1977). No caso dos ASIs, é óbvio que tudo se planeja: é preciso escolher o momento em que a mãe não está em casa ou está amamentando outro filho, que as outras crianças estejam dormindo, que a menina esteja fragilizada por algum acontecimento ou afetivamente carente. Além do mais, o ASI pode durar muitos anos, o que exige planejamento e destrói o pretexto da urgência sexual ou curiosidade. Desta sorte, a violência sexual contra a mulher constitui elemento fundamental das relações de poder existentes entre homens e mulheres, ou seja, da organização social de gênero. "Quando vemos que o estupro não é um ato anormal, mas parte da maneira como os homens - não meramente estranhos ou maníacos, mas pais, tios, maridos, namorados, amigos e profissionais - nos tratam como mulheres, nós percebemos que não podemos estabelecer uma distinção entre 'homens normais' e estupradores. (...) ... sem esta rede de mitos, a sociedade como nós a conhecemos não poderia funcionar como ela o faz"(L.R.C.C. , 1984, p. 7).

Embora o adulto disponha de uma estrutura psicológica com muito mais recursos para a mentira que a criança, é esta que, com muito mais freqüência, é desacreditada. Não se está afirmando que criança seja querubim. Como ser humano, relata fatos de seu ponto de vista, interpreta atitudes , imagina comportamentos. Mas, obviamente, não conta com um arsenal de recursos, porque viveu

pouco, não acumulou experiência. Logo, pela lógica, mente menos que o adulto. Entretanto, em todas as instâncias, tende-se a acreditar mais na pessoa crescida que na pessoa pequena. Claro que esta conduta pressupõe a crença de que o adulto já formou seu código de ética, enquanto a criança não teve tempo para fazê-lo. Embora esta premissa não seja descabida, também se sabe o quão vulneráveis são os códigos de ética de muitos adultos. Assim, convém deixar registrado o caráter falacioso desta difundida idéia de que a criança não merece crédito.

Dilma, 13 anos, começou a ser sexualmente molestada por seu primo Kiko, 10 anos mais velho que ela, quando estava com quatro anos. Não lhe agradavam as carícias do primo e ela o denunciou a seus pais. Nem sua mãe, nem seu pai acreditou em sua história. Simplesmente para desincumbimento de consciência, porém, falaram com os pais de Kiko. Se Dilma houvesse merecido a menor crença, seus pais teriam, pelo menos, prestado atenção na filha quando Kiko ia visitá-los. Os abusos de Kiko em relação a Dilma continuaram. Cessavam durante um certo período para voltarem a ocorrer em seguida. Dilma não gostava dos contactos, mas não tinha como se livrar deles, na medida em que seus pais não acreditaram em suas queixas. Começou a apresentar sintomas, que exigiram um tratamento psicológico. Por exemplo, seu rendimento na escola era quase nulo. Faltava muito a escola por ter náuseas e vomitar. Chegou a ficar um ano sem freqüentar a escola, quando tinha a idade de 6. Só aos 11 anos, conseguiu ir para a 3ª série do primeiro grau. Está em psicoterapia há quatro anos e só depois de dois anos de tratamento teve coragem de contar o ASI à psicóloga, pois anteriormente tinha medo de não ser acreditada. A profissional conversou com a mãe de Dilma que, então, passou a crer em sua história. Contudo, não lhe dá muita importância, talvez pelo fato de Dilma e Kiko não terem chegado a ter relações sexuais completas. Concordou em denunciar o fato a uma Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (DDM), mas quem está empenhada mesmo na denúncia é a menina, que quer ver Kiko na cadeia. Dilma não gosta de Kiko, considerando-o a causa de seus vômitos. Ela sempre foi ameaçada por ele para permitir o *cunnilingus* e outros atos libidinosos. As ameaças consistiam em dizer que ele faria coisa pior, caso ela não permitisse aquelas ou contasse a alguém. Havia

também emprego de força: ele segurava os braços de Dilma, a fim de realizar o *cunnilingus*.

O descrédito em relação à criança pode ir muito além dos membros da família. Ha cerca de dois anos, uma assistente social de uma DDM deu um parecer estarrecedor sobre o caso de uma menina com quem seu pai tinha relações sexuais havia dois anos. Declarou que a garota estava mentindo, pois devia ter sido deflorada pelo namorado. A menina, de fato, falava em estupro recente por parte do pai e os exames do IML acusavam antiga ruptura do hímen. A profissional, incapaz de realizar uma boa entrevista com a garota, deu quase nenhuma importância aos fatos e acusou a mãe de não saber educar a filha. Assim, crucificou a vítima principal de ASI e a vítima secundária, que é a mãe. Do pai, só disse maravilhas, na medida em que o isentou de culpa. Por pouco este parecer não foi aproveitado pela delegada. Tendo a pesquisadora lido a peça, houve tempo para conversar com a delegada, fazer uma entrevista com a menina e voltar a falar com a delegada. Na verdade, a menina não havia contado os eventos à sua mãe logo que eles começaram a acontecer. Depois de cerca de dois anos de sofrimento, reuniu coragem para fazê-lo. Mas a coragem não foi suficiente para contar desde quando os fatos ocorriam. A garota, então, situou seu início naquele momento. Ora, os exames do IML contrariavam esta versão. Na entrevista com a pesquisadora, a menina contou tudo em detalhes, tendo havido tempo e oportunidade para um novo depoimento da vítima. Obviamente, o parecer da assistente social não foi juntado ao inquérito policial.

Há que se registrar uma mudança considerável na atitude de delegadas, promotores e juízes. Eles não apenas aceitam sugestões da pesquisadora, como também as solicitam, admitindo que quem faz várias entrevistas gravadas com a vítima, sua mãe e outros membros de sua família, assim como com o agressor, sabe mais do que aquilo que consta no inquérito policial e nos autos do processo. Muitas vezes, a delegada solicita que a pesquisadora entreviste uma vítima e desvende os eventuais mistérios, que impedem a solução do caso. Este processo, contudo, é incipiente, tendo se iniciado há cerca de três anos, quando a pesquisa tem mais de cinco. De qualquer forma, é positivo e auspicioso.

DADOS PRIMÁRIOS E DADOS SECUNDÁRIOS

Tem-se falado em crianças vítimas de ASI e tem-se ilustrado algumas questões fundamentais com dados sobre vítimas meninas ou adolescentes. Isto não quer dizer, de maneira alguma, que meninos escapam deste fenômeno. Em uma das famílias investigadas, o pai abusou de filhas, de filhos e do cachorro. Em mais duas famílias, as ASIs foram contra meninos. A proporção destes, porém, não atinge 5% na pesquisa empírica aqui exposta, e se situa entre 6% e 7% no levantamento feito por Azevedo e Guerra (1987). Embora estes dados discrepem de algumas pesquisas realizadas nos Estados Unidos, são compatíveis com a média mundial (Clarac & Bonnin, 1985). Internacionalmente falando, a quase totalidade dos agressores sexuais de crianças é constituída por homens: 99% (Berliner, 1977). Cerca de 93% das vítimas são mulheres (Williams, 1981). Os ASIs são perpetrados primeiro contra a filha mais velha, o que dura anos, e, depois, sucessivamente, contra as demais (Williams, 1977). Diferentemente do que se imagina, a adolescência não constitui a etapa da vida preferida pelo agressor sexual. A faixa etária da maioria das crianças vítimas de ASI vai de 8 a 10 anos (NCPCA, 1984). Anualmente, mais de um milhão de crianças, nos Estados Unidos, sofrem algum tipo de agressão sexual (NCP, 1984). Dentre as crianças menores de 15 anos, de 32% a 42% sofrem abusos sexuais (Kinsey et al., 1953). Cerca de um quarto das meninas são vítimas de agressões sexuais antes de atingirem a idade de 13 anos. A maioria dos agressores pertence ao círculo familiar, estando os estranhos entre 5% e 15% (*Alternatives to fear*, 1981). Dentre os agressores de crianças, os pais perfazem 72% (*London Incest Survivors' Group*, 1981). Aproximadamente um décimo das crianças vítimas de agressões tem menos de 5 anos (*Children's Hospital National Medical Centre*, 1981). Um quinto das meninas é agredido sexualmente por um homem de sua família (MS., 1981) [Clarac & Bonnin, 1985, 141-143].

Os dados da presente pesquisa foram levantados junto a 50 famílias incestuosas. São 50 agressores, dos quais 71,5% são pais biológicos das vítimas. Este dado revela que a amostra tomada, embora não seja aleatória, representa adequadamente a população

da cidade de São Paulo, pelo menos no que diz respeito a este tipo de violência denunciada, uma vez que na I^a DDM os pais consangüíneos perfazem aproximadamente 80% dos perpetradores de ASI. Diferentemente do que se julga, a incidência de padrastos é baixa: 11,1%. Todavia, não basta esta observação. Seria necessário saber em quantas famílias está presente a figura do padrasto e em quantas está o do pai, e este dado não está disponível. A presença de tios como agressores sexuais não é desprezível: 4,8%. Os irmãos agressores significam também 4,8%. A totalidade dos agressores é constituída por homens. Apenas uma mulher foi conivente com seu marido, que abusava da filha de ambos. Assim, quando se fala em agressor sexual, deve-se pensar imediatamente em homens.

Quanto às vítimas, são 63, pois, às vezes, há mais de uma em uma única família. A imensa maioria delas é constituída por meninas: 95,2%. A literatura estrangeira registra médias altíssimas de duração dos ASIs. No caso de São Paulo, a maior concentração isolada (36,5%) deu-se na faixa de duração inferior a um ano. Esta questão merece reflexão. Por que as garotas brasileiras tenderiam a desvelar os ASIs mais rapidamente que as estrangeiras? Mais de quatro dos casos (42,4%) duram entre um e três anos, o que é mais do que suficiente para provocar numerosos problemas de caráter psicológico nas vítimas. A incidência na faixa de duração de seis anos não é nada desprezível: 9,7%.

A faixa etária da vítima preferida pelos agressores é a de 7 a 10 anos, ou seja, praticamente a mesma encontrada na literatura internacional. Cerca de 56% dos ASIs ocorrem nestes limites de idade. Como raramente uma menina de 10 anos já teve sua menarca, é rara a presença de gravidez. Apenas onze das 63 meninas atingidas por ASIs engravidaram. Uma teve um aborto espontâneo, cinco têm um filho e há uma com dois filhos incestuosos. Há que se considerar também que nem todos os pais ou outros agressores correm o risco da gravidez. O caso de Gisela, analisado em outro trabalho (Saffioti, 1991), cuja vitimização sexual por parte de Paulo, seu padrasto, durou entre sete e dez anos, revela que há agressores cuidadosos. Desde os 11 anos de Gisela, quando se menstruou, até os 14 anos, quando seu padrasto fez vasectomia, Paulo usava o método Ogino Knauss, controlando por escrito os ciclos menstruais da enteada. Paulo molestou sexualmente também sua própria filha, Neusa. Com ela, todavia, não houve necessidade de

precaução contra a gravidez, já que Paulo não chegou à penetração vaginal. Antes que se desvelassem os ASIs desta família, a molestação sexual de Paulo em relação a Neusa durava de dois a três anos (dos oito ou nove aos onze anos da menina). Várias práticas sexuais eram adotadas, inclusive a penetração anal, mas Paulo, extremamente paciente e sedutor, não chegara à relação sexual convencional, quando o caso veio a público. Ademais, Neusa ainda não havia tido sua menarca.

Outras vezes, quando a garota engravida, o pai propõe o aborto. O pai de Iris (Saffioti, 1991) chegou a dar-lhe remédios abortivos, cujas conseqüências foram nulas. A menina acabou tendo a criança e a doou por pressão de sua mãe. Daniela sofreu tremendas pressões de seu pai para provocar o aborto. Resistiu e teve a criança. Sua resistência, contudo, provocou a ruptura com seu pai e, conseqüentemente, o desvelamento do ASI. Vale a pena descrever, ainda que superficialmente, este caso. Antes, porém, continua-se a dar o panorama da pesquisa de campo.

A idade mais baixa de vítima de ASI da amostra é de 4 anos. Se se tomarem os casos de vítimas com idade entre 4 e 10 anos, obtêm-se 71,1%. Apenas os 18,9% restantes vitimizaram meninas entre 12 e 15 anos. Isto revela que não são as mudanças sofridas pelo corpo púbere que despertam o desejo do agressor. Este "deseja" a criança, inclusive a muito pequena como a de 4 anos. O "desejar" foi posto entre aspas, porque não se tem certeza de que o impulso para abusar sexualmente da filha, da enteada, da sobrinha deriva do desejo sexual e das relações de poder ou somente destas últimas. Tende-se a acreditar mais na mescla do desejo sexual com o desejo de afirmação do poder. O desejo, certamente, se existir, não é o único móvel do ASI, como não o é no caso do estupro comum. Se não se admitir esta premissa e a de que o homem tem necessidade de reiterar freqüentemente seu poder através de várias formas de violência, inclusive a sexual, como se explicarão os estupros de mulheres de mais de 80 anos?

Embora a mãe de uma garota vítima de ASI, sobretudo quando o agressor é o pai ou o padrasto, viva sentimentos contraditórios e, por isso, possa se debater durante anos no dilema de denunciar ou não a relação incestuosa forçada, as denúncias são realizadas, majoritariamente, pelas genitoras: 64,5%, cifra compatível

com as estatísticas internacionais. Cabe mencionar que as vizinhas desempenham importante papel na denúncia de ASIs: 13,3%.

As ocupações dos agressores são as mais variadas possíveis. Obviamente, a maior quantidade é de trabalhadores manuais, porque esta é a distribuição na população como um todo. Mas há advogados e administradores de empresa dentre os agressores. Os ASIs são fenômenos absolutamente democráticos, não privilegiando nenhuma classe social e nenhuma raça/etnia.

O CASO DE DANIELA

Este caso foi escolhido para ser relatado aqui por ser suave (a filha foi criada longe do pai). Adão, seu pai, sempre foi dado a conquistador. Recém-casado, já deixava a mulher sozinha para ir namorar. Consta que haja engravidado mais de uma namorada. O fato é que o casal continuava a viver junto, no NE, embora brigasse. Vieram para São Paulo, primeiro ele, depois ela com os dois filhos: Dalton, com menos de dois anos e Daniela, por nascer. A vida já era difícil, porque Adão ganhava pouco e Lia, sua esposa, não podia trabalhar, cuidando de duas crianças pequenas. Além disto, ele namorava muito. Resolveram separar-se. Lia, mais tarde, arranhou outro companheiro, com quem tem dois filhos. Adão teve várias namoradas. Quando da separação de Lia e Adão, seus filhos foram levados para o NE, para viverem com os avós. Desta forma, Lia ficava livre para trabalhar. Quando estava com 15 anos, Dalton veio para São Paulo, indo residir com seu pai. Algum tempo depois, veio Daniela para morar com a mãe. Estava com 14 anos. Ia visitar o pai e o irmão e acabava não voltando para dormir em casa da mãe, porque ficava tarde e era perigoso. Acabou mudando-se para a casa do pai, na periferia de São Paulo, município de Diadema. Lia recomendou-lhe:

Cuidado que teu pai ainda te faz de mulher dele, porque ele não pode ver um rabo de saia. Te cuida, menina, que você já tá bem grandinha!

A mãe de Daniela vaticinou corretamente. Para Adão, notório ganhão, não era nada de mais viver maritalmente com uma filha que não havia criado. Com efeito, Daniela havia vivido com os avós, no NE, mais ou menos dos dois aos 14 anos. Assim, não havia convivido com o pai. As carícias "perigosas" começaram logo e ambos passaram a viver maritalmente. Daniela encarava o papel de esposa: cuidava da casa e tinha ciúmes do pai. Certa vez, encontrou-o na cama com uma sobrinha, bolinando-a. Fez a maior briga com a prima. Conta:

Meu pai nunca foi carinhoso comigo, mas com minha prima era. Fico revoltada, porque ele nem se importa de eu ver eles bolando na cama. Minha prima falou que queria comer doce com queijo e ele foi comprar. Depois, pegou meu cobertor e deu pra ela. Eu passei mal de tanta raiva que senti. Então falei pra ela que eu estava grávida e o pai era ele. Ela não acreditou e ele brigou comigo depois, por eu ter falado. Eu me sentia menos que um bicho, menos que uma coisa. Meu pai me machucava, nunca me fazia carinho. Eu era exatamente uma escrava pra ele. (...) A única coisa boa na minha vida é este bebê que vai nascer. Ele vai me fazer feliz. Ele vai me ajudar a esquecer o que passei. Ele vai me fazer feliz. Mas acontece muita coisa ruim também por causa dessa gravidez: os vizinhos me olham de um jeito esquisito, uma vizinha não deixou o marido ficar sozinho comigo na padaria. Me acho humilhada. Uma amiga da minha mãe falou e eu ouvi que depois que o bebê nascer eu vou ser prostituta. Tenho muita raiva. Não esperava que fosse assim. Pensava que todos me apoiassem. Já agüentei muito sofrimento de uma vez só. Mataram meu tio, eu gostava muito dele, foi todo esfaqueado. A família sofreu muito por isso e eu ainda tinha o outro sofrimento e ninguém sabia. Não podia falar pra ninguém. Meu pai me ameaçava de morte. Ele é amigo de um monte de bandidos. Eu tenho medo dele e dos amigos dele.

Nem havia muito segredo para que Dalton não percebesse. Este sabia de tudo, como hoje confessa, mas negou quando de seu depoimento à polícia. Houve muita cumplicidade entre pai e filho. Talvez haja mais cumplicidade entre homens que entre mulheres. Fica, aqui, registrada a hipótese para ulterior verificação. Nem tudo são agruras nos ASIs. Existem compensações pequenas que, para crianças efetivamente carentes, representam muito. São o que se pode chamar de benefícios secundários, como ganhar um aparelho de som, uma geladeira, tomar cerveja junto com o pai como se fora sua igual, jantar fora de vez em quando etc. Assim, Daniela, ao mesmo tempo em que era terrivelmente usada, usava seu pai: exigia certos presentes, passeios, atenções. Daniela não sabia, obviamente, que estes benefícios marginais lhe custariam muito caro, posteriormente. Embora só se referisse ao ódio que sentia pelo pai, alimentava também amor. Em entrevista com sua mãe, descobriu-se que a adolescente guardava, muito escondida, uma fotografia de seu pai. O que se observa geralmente é uma confusão de sentimentos em que se misturam, no mínimo, amor e ódio. A menina alega que vivia nervosa. De fato, em julho de 1988, quando o ASI foi desvelado, ela apresentava vários tiques nervosos, os quais persistem até hoje. Não se sabe se seu aparecimento antecedeu ao abuso, elemento que ainda se pretende desvendar. Passou a ficar muito presa em casa, pois Adão já não lhe permitia ir a lugar nenhum, nem mesmo visitar sua mãe. Este comportamento é típico de perpetrador de ASI, pois quanto maior for o número de contactos sociais que a vítima tiver, maior será a probabilidade de que venha a falar do evento. A família incestuosa, por imposição do agressor quando se trata do pai, é voltada para dentro de si mesma, tem poucos contactos sociais e é moralista, maneira de afastar curiosidades indesejadas.

No começo de maio de 1988, Daniela percebe que está grávida e fala com seu pai. Este lhe propõe aborto e chega a levá-la a uma farmácia. Quem a atende na farmácia "diagnostica" inflamação no útero, mas não lhe receita nada. Daniela recusa-se a abortar, dizendo que quer ter o filho. Adão não concorda. O tempo vai passando e as relações entre eles vão se deteriorando, em virtude da gravidez. Numa das discussões que teve com o pai, a menina, naquele momento com 15 anos, levou uma surra do irmão. Este, possivelmente, devia sentir-se incomodado com a situação, embora não denunciasse o pai. Por outro lado, devia responsabilizar a irmã

pelo que ocorria. Não fora isto, não a teria espancado, nem negado conhecer a situação de ASI continuado. A briga entre Daniela, de um lado, e Adão e Dalton, de outro, deu-se porque a menina queria visitar a mãe e o pai não concordava com isto. Enquanto a surrava, Dalton dizia:

O pai já não falou que não quer que você vá na casa da mãe? Por que você desobedece o pai? Não tem que ir na casa da mãe. Você mora aqui. Tem que obedecer. É o pai que manda.

Parece que o garoto não desejava mesmo nenhuma subversão da ordem a fim de não desvendar o segredo. Indo à casa da mãe, as probabilidades de que Daniela falasse eram grandes, já que estava encurralada: queria ter o filho, mas não tinha como sustentá-lo. O pai-marido negava-se a dar-lhe apoio, mesmo financeiro. É possível que Dalton também estivesse defendendo sua eventual participação no "butim" ou apenas cuidando de suas boas relações com o pai, a fim de desfrutar de um teto, pois o que ganhava trabalhando em um supermercado não era suficiente sequer para uma alimentação adequada. Nota-se, portanto, que há uma rede de dependências de toda ordem: financeira, afetiva, determinada pela hierarquia entre adulto e criança, com suas normas de obediências etc.

Depois da briga, Daniela resolveu ir à casa da mãe. Rigorosamente, tendo feito com ela várias entrevistas desde julho de 1988, sabe-se (saber não passível de demonstração) que ela se debateu muito na indecisão, mas que teria permanecido com seu pai-marido se ele assumisse a criança. É muito comum nas mulheres de camadas mais pobres, não-detentoras de bens, a necessidade de ter um filho. O filho passa a ser, ao mesmo tempo, depositário do amor e substituto da não-propriedade. Por mais que a mãe o ame, ele é, em linha direta, sua propriedade. Dizia Daniela:

Eu quero ter este filho. Ele vai ser meu; só meu. Eu não tenho nada, quero ter ele. Não quero tirar ele; ele vai ser minha alegria, vai me ajudar.

Já na casa da mãe e supostamente protegida das investidas do pai, demonstrava medo, dizendo, a 19/07/88:

Na semana passada vi dois homens que não conheço rondando minha casa. Quis telefonar pro SAC, mas fiquei com medo de ir pro orelhão. Não durmo bem, porque sinto medo à noite. Ontem, tinha um homem parado em frente da minha casa. Deve ser meu pai que mandou me vigiar. Não sei se algum dia vou querer me casar. Tenho medo que todos os homens são como meu pai. Não, de 400 homens um é bom. Por isso é difícil achar um bom.

Mal podia imaginar a menina que lhe custaria muito trabalho criar este garoto sozinho, sem ajuda da família. Sua ilusão era de que o menino seria sua grande relação afetiva: ela o amaria e seria amada por ele. Ela o teria. Na verdade, o menino é bastante problemático. Tem convulsões, periodicamente¹⁰, e um comportamento irascível. Só faz aquilo que deseja, não acatando ordens ou sugestões, cuspiendo na comida, quando não quer mais, mostrando a língua e dizendo palavrões. Fala extremamente mal do ângulo qualitativo e quantitativo. Praticamente só fala palavrões e numa dicção péssima. Pode, como afirmou seu médico, não ter nada errado do ponto de vista orgânico, mas, certamente, é uma criança emocionalmente problemática.

Foi no dia 09 de maio de 1988 que Daniela conseguiu ir à casa da Lia, sua mãe. Entretanto, não logrou falar sobre sua gravidez com ela; só contando a surra que levava do irmão. A mãe, indignada, telefonou ao supermercado e exigiu a presença do rapaz, o que ocorreu aproximadamente oito dias depois. Lia queria saber porque o filho havia espancado a irmã, insistindo que ele lhe desse uma explicação. Em seguida, passou a falar de Adão:

O seu pai foi embora? Ele disse: foi. Aí, naquilo que ele me falou que ele foi embora, eu pensei: aquele safado, alguma coisa tá acontecendo. Ele é

10 Uma conversa com o médico da criança revelou que seus exames não mostraram nenhum problema neurológico. Trata-se de médico do INPS, que não aparentou interesse em estudar o caso do garoto ou encaminhá-lo a um serviço de atendimento psicológico gratuito.

fraco, é irresponsável, é cafajeste, entendeu? Ele nunca prestou, nunca foi um homem de valor, Até hoje ele está provando que é um canalha. Aí eu falei pro Dalton que alguma coisa estranha tava acontecendo e eu não sei. Ai ele falou assim: É, mãe, então procura saber dela, né? Ai eu falei: Daniela, vou te levar no médico. Ela falou: tá bom, mãe, pode levar.

A pergunta da pesquisadora sobre se Daniela não lhe perguntara a razão de levá-la ao médico, ela respondeu:

Não me perguntou, tava torcendo para eu levar ela no médico. Ela queria contar e não sabia como aí eu falei: filha tá descendo pra você? Ela falou: mãe, vai descer depois do dia 25. Passou o dia 25 e eu perguntei de novo. Ela falou que não. Então, falei: filha, vou te levar no médico, você deve estar com algum problema, vamos no médico? Vamos, ela falou. Ela não fez nenhuma reação contra.

Daniela, contudo, sentindo-se ameaçada, fugiu para a casa do pai, onde ele já não estava. Havia se transferido para uma cidade bem distante, para ficar com uma sua ex-mulher em quem, certa vez, Daniela, por ciúme, dera uma surra. Lia prossegue, dizendo:

Nossa Senhora, Deus me livre; fiquei quase doida! Hoje eu penso que é difícil mesmo. Às vezes, eu me ponho no lugar dela e não sei se tivesse acontecido isso comigo eu teria me dado um tiro, eu não sei como a menina não pôs isso na cabeça. Porque já pensou? Ela tinha o pai ameaçando de um lado, o irmão, do outro, né, depois ela sentiu a minha barriga vai crescer, o pai não quer que eu fale para ninguém e ela tava numa situação difícil, aí a única coisa que ela podia apelar foi dormir lá em casa mesmo. Se ela não tivesse vindo lá para casa teria acontecido coisa pior com essa menina, ela não estava mais viva, ele já tinha cometido alguma loucura; eu tenho certeza, certeza.

Lia levou a filha ao médico e pediu a este que nada lhe ocultasse. O médico, dirigindo-se à adolescente, perguntou-lhe se não estava grávida. Mesmo naquela situação de descoberta iminente e inevitável da gravidez, Daniela não teve coragem de falar. Foi preciso que o médico pedisse para a mãe sair da sala. É extremamente difícil para a menina contar o ASI à mãe. Ela teme perder o amor da genitora, teme ser tomada como competidora, teme ser abandonada. No depoimento de Brady, isto fica muito claro:

Desde o começo eu senti um impulso para contar à minha mãe, mas eu sempre fui dominada por aquela parte passiva e carente de mim que não podia correr nenhum risco de perder sua aprovação. Eu sabia que ela pensaria que era minha culpa. Ela havia me dito que eu causava coisas quando eu me sentava no colo de meu pai. Ela havia me abandonado antes - quando Andy nasceu, quando ela me mandou para outro lugar no verão, quando ela voltou ao trabalho - e eu não queria testar se ela o faria novamente. Eu só sabia que devia agradar os dois - mãe e pai - da maneira como eles determinavam. Procedendo desta forma, eu protegia Ellen (irmã), mantinha a paz em casa e satisfazia minha insaciável necessidade de aprovação (Brady, 1979, p. 67-68).

Voltando à fala de Lia, mãe de Daniela:

Ai eu saí , mas eu sai esperando a enfermeira chegar e me chamar pra eu entrar na sala dele e a única coisa que ele tem pra me falar é a resposta dele, é dizer que ela tá grávida. Porque eu tava vendo que ela tava grávida. Ai quando eu entrei na sala, né, ele falou assim : É, mãe, a Daniela está grávida, ela está numa faixa de uns quatro meses. Só que ela está negando, que não , que não, mas está. Ele até brincou com ela: eu sei que ela não engoliu uma bola, mas eu já escutei o coraçãozinho do nenê e tudo, né. Quando eu entrei, o médico tava da cor deste papel. Ele tremia, sabe? Falou: É, mãe, a Daniela está grávida, mas ela vai conversar com a senhora, direitinho. Agora, eu peço que a senhora aja como tem que agir, que quem fez isto com ela eu tenho o gosto e o prazer de saber que ele está na cadeia virando uma mulherzinha, lá

dentro, eu quero saber que ele virou uma mulherzinha, lá dentro. Que médico legal, né?

Alguns comentários podem ser feitos a propósito deste depoimento de Lia. A mãe sempre "sabe", independentemente de seu grau de cultura, quando seu marido está usando sexualmente sua filha. Trata-se, todavia, de um conhecimento inconsciente (Saffioti, 1991). Ela intui, mas não tem provas. Ela sabe, mas não quer saber. O conhecimento está presente, mas como causa muito sofrimento, é soterrado nos porões do inconsciente. É, portanto, um saber inconsciente, por maior que seja a sensação de *contradictio in subjecto* que esta expressão possa causar. Não tem coragem de confirmar este conhecimento indesejado, que provoca muita dor, seja fiscalizando a filha, seja conversando com ela e fazendo aberturas para que a menina fale. Lia antecipou o ASI, aconselhando a filha a não confiar em seu pai. Entretanto, permitiu que fosse morar com ele, acalentando, seguramente, a esperança de que Adão conseguisse respeitar sua própria filha. Por outro lado, Lia já tinha dois filhos com outro companheiro, as condições de habitação eram precárias e Daniela seria mais uma boca para alimentar. Assim, são numerosas as razões que pesam numa decisão desta natureza.

A fala do médico apresenta uma contradição típica da ideologia de gênero: simultaneamente, repudia o ASI praticado contra uma mulher destinada a outro homem que não Adão e deseja uma punição exemplar para este. Não se trata meramente de vê-lo na cadeia, mas, sobretudo de vê-lo *reduzido a uma mulherzinha*. Ora, o discurso do médico é profundamente conservador, na medida em que preserva "a lógica do galinheiro", as hierarquias entre homens e mulheres. Ver Adão estuprado pelos companheiros de prisão equivele a cortar-lhe a crista de galo, que invadiu o terreiro de outro, significa humilhá-lo, diminuí-lo. Haveria maneira mais perfeita de conseguir tudo isto que reduzindo-o a uma *mulherzinha*? Não seria Daniela a própria *mulherzinha* inferior na qual seria transformado Adão no presídio?

É preciso, portanto, prestar atenção em todos os discursos, sobretudo nos radicais. Aliás, a prática da curra de perpetradores de estupro, mormente incestuosos, nos presídios, não seria uma resposta à ruptura da regra da troca de mulheres (Rubin,

1975)? Casando-se com a própria filha, o homem retira de circulação uma mulher que não estava, pelas leis sociais, destinada a ele, mas à troca, cuja função seria ampliar as relações sociais (Lévi-Strauss, 1976). Como são sempre as mulheres que circulam, não os homens, os estupros e, primordialmente, os ASIs de mulheres são muito mais frequentes. As estatísticas internacionais registram uma taxa entre 5% e 15% de incidência de abuso sexual contra garotos. Isto não deriva da maior proporção de heterossexuais em relação a homossexuais, mas da organização social de gênero na sociedade em geral, reforçada pelo caráter patriarcal da família. No abuso sexual em família não aparece o homossexualismo (Ward, 1985). O medo de ser estuprada é nuclear na vivência feminina, o mesmo não ocorrendo com os homens. "Na situação clínica, o pai que aborda sexualmente seu filho castra-o simbolicamente ao transformá-lo numa mulher" (Medlicott, 1967, p. 139).

Mesmo que se trate de outro agressor, como quatro quintos dos crimes sexuais cometidos contra crianças têm como perpetradores membros da família nuclear, parentes, amigos próximos e vizinhos, a relação social dele com sua vítima é de confiança e proteção, ou seja, funções paternas. Por conseguinte, todos estes agressores sexuais representam, de alguma forma, o pai. "A menina, da mesma forma que sua mãe, é propriedade de seu pai. O menino também é, mas brevemente, porquanto, diferentemente da garota, ele se transformará em um homem, tornar-se-á um membro do mundo masculino e terá o direito de ser proprietário de mulheres" (Ward, 1985, p. 97). O poder sexual dos homens sobre as mulheres fundamenta todos os demais: físico, político, jurídico, médico e social. O abuso sexual da filha pelo pai ilustra, exemplarmente, a estruturação das relações heterossexuais. Mais do que isto, extrapola este domínio para reproduzir-se também nas relações homossexuais.

Retornando ao caso de Daniela, ela fez pré-natal a partir do quinto mês e submeteu-se a tratamento psicológico em grupo no SAIA (Serviço de Assistência Integral ao Adolescente). Este teve pequena duração, porque ela não se adaptou e, como estava profundamente nervosa, brigava com a psicóloga e com as demais adolescentes do grupo. Era muito grande a confusão de sentimentos em sua cabeça: festejava e odiava a gravidez. Houve chá do bebê, no qual ela se mostrou alegre ao ganhar presentes para a criança.

Havia, contudo, no ar, um clima de pesar, senão de luto. José, companheiro de Lia, ficou no quintal com seu filho menor. Deste modo procederam vários outros parentes e convidados. É verdade que a casa se resumia em um quarto e cozinha e que as amigas de Daniela se amontoavam no dormitório. Mas é também verdade que muitos, sobretudo os parentes, se sentiam envergonhados. Era um misto de vergonha e apreensão.

James nasceu a 14 de novembro de 1988, tendo começado aí o maior drama da vida cotidiana de Daniela. A princípio, Lia cuidava da criança para que Daniela pudesse trabalhar, mas depois as relações entre as duas foram se complicando, pois Lia também precisava contribuir com o orçamento doméstico, fazendo flores para fora e arranjos para cabelo. Embora Lia tivesse podido antecipar o ASI, não se conformava com o evento, tendo passado a "sofrer dos nervos". Isto complicou ainda mais suas relações com Daniela. Em circunstâncias econômicas difíceis, agravou-se a tensão entre mãe e filha, o que costuma ocorrer em famílias de pais sexualmente abusivos. As duas figuras culpam-se mutuamente. Foi isto que ocorreu entre Lia e sua filha. Daniela, então, resolveu sair de casa. Morou em algumas casas de cômodos e chegou a ter um barraco numa favela. Conta uma história estranha de que foi intimada por bandidos e narcotraficantes a deixar a favela. Conta, também, uma outra história de que estava morando perto da casa de uma tia paterna e precisou se mudar, porque estava sendo ameaçada de morte por amigos de seu pai. Passou a morar com uma senhora, cuja filha, solteira, tem mais ou menos sua idade. Ambas saíam juntas e Daniela namorava indiscriminadamente o primeiro que se aproximasse. Tampouco nesta casa sua convivência durou muito, pois passou a morar numa pensão em São Bernardo do Campo.

Levava uma vida bem difícil: entregava James na creche, na repartição pública em que trabalhava, antes de começar sua jornada e o apanhava na saída. Com os problemas de saúde do menino, Daniela o leva frequentemente ao médico. Só contava com a creche e, de vez em quando, com uma colega de trabalho, que levava James para passar com ela o fim de semana. Não dispunha de ninguém para guardar seu filho. Deixava-o dormindo com a senhora em cuja casa morava, a fim de passear e namorar. Acordado, ele não era aceito pela senhoria. Posteriormente, na pensão, não

pode contar com ninguém. Devia prover seu sustento e o de James, pagando aluguel.

Há pouco mais de dois anos, recompôs-se com sua mãe e passou a visitá-la. Lia ficava com o menino algumas vezes para Daniela passear, sem, contudo, aprovar a conduta da filha, que preferiria recatada. Dalton, então contra o pai, estava residindo com a mãe. Era tarde demais, porém. Já fez, há muito tempo, seu depoimento à polícia, isentando de culpa seu pai. As três pequenas casas de propriedade de Adão, em Diadema, estão alugadas. Lia e Daniela não se conformam de esta última não receber os alugueres como pensão para James. Embora não se conheça o paradeiro de Adão, afirmou Daniela que ele vai freqüentemente à casa de sua irmã, perto de suas casas de aluguel.

Este caso foi um dos primeiros do SAC (Serviço de Advocacia da Criança). Foi feito o inquérito policial no 26º Distrito Policial, bairro do Ipiranga, em São Paulo, tendo Adão sido indiciado. A 18/06/88, Daniela submeteu-se a exame no IML, tendo aquele acusado gestação no quinto mês. O inquérito policial (IP) durou mais de um ano. Em outubro de 1988, teve início um processo na Vara de Menores do Ipiranga, por iniciativa da advogada do SAC que acompanhava o caso, solicitando a destituição de Adão do pátrio poder. Daniela, sua mãe e seu pai foram entrevistados pelo Serviço de Psicologia do Fórum. Este processo encontra-se parado, aguardando o resultado final do processo criminal.

Depois de relatado no 26º DP, o processo criminal foi encaminhado para o Fórum central, em novembro de 1989. Novamente foram ouvidos a vítima, sua mãe, seu irmão e o agressor. Em julho de 1991, o Juiz percebeu que o delito havia sido cometido em Diadema. Fez-se nova transferência do processo e, mais uma vez, ouviram-se os implicados e as testemunhas de Adão, ou seja, sua atual mulher e um amigo seu. Dalton, naquele momento, era totalmente favorável ao pai. Como também neste sentido depuseram as testemunhas de Adão, a situação de Daniela complicou-se. Como Adão negasse a paternidade da criança, atribuindo-a a um namorado de Daniela, embora tenha confessado que manteve duas relações sexuais com ela, era necessário providenciar o exame médico.

Adão afirmou, dentre outras coisas, ter confessado sob coação haver mantido relações sexuais com Daniela:

Alguns dias depois que Daniela voltou pra casa da mãe dela, eu recebi um telefonema da Lia, no meu trabalho, pedindo a separação e exigindo a metade da casa onde eu estava morando. Nunca aconteceu nada comigo e Daniela. Eu saía de manhã, com meu filho, para o trabalho e voltava à noite pra casa, com ele. (Omitiu que Dalton estudava à noite). Eu acho que Daniela resolveu pôr a culpa em mim pra mãe dela conseguir aquelas coisas: o desquite e a metade da casa. Quando Daniela foi morar com a mãe, eu fui trabalhar em Paraibuna, onde fui preso por policiais e levado ao DEIC. Lá eles me bateram e falaram que não adiantava negar, que eu tinha estuprado minha filha, que se negasse só ia complicar as coisas. Falaram que se eu confessasse que tinha tido relações com minha filha, não me acontecia nada, eles me deixavam ir embora. Então, não vi outra saída e disse, naquele interrogatório (1988) que tinha tido relações com ela. Quero fazer qualquer tipo de exame pra provar que não sou o pai de James. Acho que o menino é filho dum namorado que ela arrumou lá perto de casa.

Efetivamente, Daniela diz haver conhecido um rapaz e ter ficado conversando com ele e toda sua família, numa noite, até as 2:00 h. Mas, diz que já estava grávida, não havendo, contudo, dito isto ao rapaz. Disse-lhe que já não era virgem, mas omitiu o nome de seu parceiro sexual. Afirma ter o moço desconfiado de sua gravidez e lhe ter feito uma pergunta a respeito disto. Diz ela que, na verdade, não chegou a namorar o rapaz; nem sequer tendo ficado a sós com ele.

A 08/06/92, a pesquisadora levou Daniela até as proximidades da casa de seu pai, a fim de anotar o endereço e fornecê-lo à justiça. Lembra-se que Adão está em lugar incerto e não sabido. Em seguida, foi ao Fórum de Diadema, tendo-se descoberto que o juiz solicitou exame de comprovação de paternidade. Como se trata do H.L.A., um exame que só se pode realizar no IMESC (Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo), foi

marcado para 28/07/93. O exame é acurado, merecendo seu resultado confiança total. Mas, era necessário esperar um ano a partir do momento em que fora agendado. Enquanto não estiver comprovada a paternidade de James, não se pode entrar com ação de alimentos. Infelizmente, nenhum advogado do SAC acompanhou o processo ao longo deste tempo, a fim de desafortá-lo, já que no SAC se conhecia o local do delito: Diadema. Adão não é obrigado a submeter-se ao exame. Porém, se se recusar a fazê-lo, dar-se-á por comprovada a paternidade de James. O problema é localizá-lo. Na tentativa de facilitar este processo, a fim de viabilizar, pelo menos, a ação de alimentos, a pesquisadora resolveu acompanhar Daniela e tomar nota do endereço. Consta que Adão vai àquele endereço receber os alugueres, todos os meses. Falou-se com o promotor sobre a necessidade que Daniela havia tido de mudar-se de Diadema para São Bernardo do Campo, em virtude das ameaças de morte por parte de bandidos, amigos de seu pai. O promotor aconselhou-a a fazer um B.O.

Adão não apenas nega a paternidade de James; afirma também não ter certeza de ser pai de Daniela, uma vez que ela nasceu depois de sua separação de Lia. Diz:

Tenho dúvida se Daniela é minha filha. Dalton eu tenho certeza que é meu filho. Quando eu sube que a mulher estava grávida, eu tava longe dela fazia dois meses e ela tava interessada em outro homem. Daniela namorou o vizinho e o filho é dele. Ela tá fazendo tudo isso pra me prejudicar, porque a Lia quer me prejudicar. Meu filho me contou que na escola todo mundo fala que Daniela é namoradeira. (...) Tive só duas relações com ela, mas não lembro quando. Quando ela foi morar com a mãe, eu lembro sabia que ela tava grávida. Nem fiquei sabendo quando teve o filho.

Sua historia é bastante incoerente: ora afirma que só confessou haver tido relações sexuais com a filha porque foi coagido a tal, ora admite tê-las tido, pelo menos duas vezes. Afirma não se lembrar nem do ano, o que é muito suspeito. Adão não apenas coloca em dúvida a honra de sua filha, como a de sua mulher. Ademais, suas datas de separação, de nascimento de filhos, de mudanças não coincidem com as fornecidas por Lia. As entrevistas com agressores sexuais têm demonstrado certas regularidades: negação sistemática

do ASI ou admissão, por estar preso e isto constituir evidência de prática do delito. No segundo caso, contudo, nunca o agressor admite culpa: ou ele foi "seduzido" pela filha: ou ela não é sua filha; ou ela já era sexualmente promíscua; ou a malvada de sua mulher lhe deu "comprimidos" no café, tendo ele cometido o crime inconscientemente. Isto significa que o agressor se considera titular do direito de usar sexualmente as fêmeas de sua família. Esta constitui uma maneira de tornar *normal* o ASI (Gordon, 1988). Com efeito, a cultura androcêntrica culpabiliza a mulher, inclusive quando ela é vítima, e isto integra o esquema de sua dominação-exploração pelo homem. É graças ao sentimento de culpa, dentre outros elementos de menor relevância, que se assegura a sujeição feminina. "A culpa é autodestrutiva, porque é raiva que não tem para onde ir senão para dentro da alma. A culpa é um ressentimento internalizado. A assim chamada "culpa", portanto, é uma 'emoção' extremamente conveniente para a sociedade falocrática. Desta forma, esta se recusa a desmistificá-la: mantendo a culpa viva e bem significa que as mulheres, assumindo a responsabilidade da realmente palpável culpa dos homens, disfarçada de proteção, estraçalham-se com o ódio invisível vindo à tona com a opressão enquanto mulher. Mulheres e meninas internalizam esta raiva, na medida em que expressá-la para fora é ameaçador (já que é tão grande) e não próprio da mulher (uma vez que não é 'bonito')"(Ward, 1985, p. 146). É este tipo de mecanismo que reproduz as relações de poder entre homens e mulheres e, por via de consequência, dá suporte ao *status quo*. A lentidão da justiça e a pequena eficácia de certos equipamentos de uso coletivo corroboram este processo. A presente pesquisa tem sido um fator de subversão de velhas estruturas, que condicionam velhos hábitos. Foram estudadas 50 famílias, vindo se fazendo o *follow up* de 18 delas, nas quais se inclui a de Daniela.

Esta menina, não obstante levasse uma vida muito difícil, obtendo pequenas ajudas de sua mãe para guardar seu filho, encontrava maneiras de namorar, tendo enveredado pela promiscuidade sexual. Em 1993, porém, começou a namorar um asiático, que lhe propôs casamento e, mediante o compromisso de ela não mencionar mais o abuso sofrido, ofereceu-lhe o reconhecimento da paternidade de James. Com este arranjo, Daniela desistiu do exame de comprovação de paternidade e passou a viver com seu namorado. Uma entrevista com Dalton, em 1994, revelou

que ela teve, recentemente, uma menina. Como ainda não se conseguiu localizá-la em seu novo endereço, não se pode adiantar se sua relação com Yan é estável. Seu irmão não soube informar sequer se ela desenvolve alguma atividade remunerada.

ASI E DIREITOS HUMANOS

A literatura feminista sobre violência física e sexual contra a criança começou a ser produzida mais recentemente que aquela sobre violência contra a mulher. Isto se deve, provavelmente, ao fato de que as mulheres precisavam ampliar a própria cidadania, a fim de lutar pelo alargamento da de outros seres humanos. Na medida em que o lar é o lugar mais perigoso para uma boa parcela de crianças, a perspectiva feminista é importante por dessacralizar a família. No momento em que Ward escreveu seu livro, o *Single Women's Refuge*, em Sydney, Austrália, estava funcionando havia quatro meses. Naquele momento, a experiência mostrava que 95% das adolescentes haviam fugido do 'incesto'. Elas viviam da prostituição e ou do tráfico de drogas.

Além de estudarem o assunto da óptica feminista, muitas mulheres têm lutado para criar e gerir serviços de acolhimento de vítimas destes crimes, inclusive proporcionando esquemas de psicoterapia, sem os quais dificilmente se superam os traumas da infância e ou adolescência.

A posição aqui assumida está muito longe de ser moralista. Pessoas capazes de manter uma relação *par* podem, sem violar direitos de outrem, estabelecer contactos sexuais, independentemente de parentesco consangüíneo ou por afinidade. Estarão, obviamente, infringindo uma norma social, mas não estarão cometendo um crime. Ao contrario, no ASI, violam-se direitos dos quais as crianças e os adolescentes são titulares. Desde 13/07/90, a lei 8.069, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente, assegura direitos aos seres humanos nestas fases da vida, dois dos quais convém mencionar.

Art. 3º - "A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. "

Art . 5º - "Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. "

Tomando-se apenas o art. 3º, pode-se esbarrar com aqueles que vêem a iniciação da criança pelo adulto como benéfica para a primeira. (Bender & Blau, 1973; Rascovsky & Raskovsky, 1950; Constantine & Martinson, 1984). Existem grupos radicais que institucionalizam determinadas idealizações, comprometendo a liberdade das crianças. Está neste caso a René Guyon Society que sob o *slogan* "sexo aos oito anos ou então é tarde demais", advoga a abolição das leis que proíbem ou circunscrevem o incesto e o ASI. Há muitos anos, esta associação dizia reunir cerca de dois mil pais e psiquiatras.

Tomando-se o art 5º, porém, verifica-se que a criança e o adolescente estão protegidos contra a imposição da vontade de outrem para fins de exploração. Ora, o adulto que usa sexualmente a criança, fá-lo para satisfazer a algum desejo seu: seja o desejo sexual, seja o desejo de poder, seja ambos. Não é preciso fazer muito esforço para ampliar o conceito de exploração: o adulto estaria, no ASI, sendo beneficiado, em detrimento da criança. Mas a criança não desfruta de nenhum benefício? É óbvio que a criança goza de benefícios marginais, excessivamente diminutos para compensar os transtornos psíquicos, traduzidos em condutas, que passa a ter durante a ocorrência do ASI e ulteriormente.

Isto, contudo, poderia ser considerado insignificante diante das conseqüências advindas do sentimento de culpa. Já se mostrou como a culpa constitui elemento nuclear da organização social de gênero e como ela tem conseqüências autodestrutivas. Falta explicitar, dentre estas últimas, a traição do corpo que, contrariamente ao recomendado pela aprendizagem das normas

culturais de interdição do incesto, pelo menos se excita, e até mesmo sente prazer. É a dissociação entre o sexo e o amor, já mencionada. O prazer do corpo constitui uma grande fonte de culpa. Melhor, a este respeito, será ouvir Viviane Clarac sobre ela mesma:

Porque era preciso que este corpo sentisse a menor sensação de prazer. Era por causa de seu corpo. De seu corpo de merda. Ele estava deformado. Agora, seu corpo jogava contra ela. Como seu pai. Lançando-a entre sensações de dor e de prazer. Ela sabia que era tão cruel consigo própria quanto seu pai era com ela. Ela era tão má quanto ele (p. 74).

Difícil pensar nisto. Difícil escrever sobre isto. Não, não é um sonho. Não, não é um sonho. É viscoso. Quente. Úmido. Está sobre suas mãos. Ah Não! Bom sanguei! Abra os olhos. Seu sexo contra tuas mãos. Mas desta vez teu corpo se mexe. Ele reage. Ele age. E teu pai, desta vez, se finge de morto. Teu corpo sai do leito. O banheiro. Ah não, não! Depressa. Água. Sabão. Lave-as bem. Que isto saia. E depois, vomitar, vomitar e ainda vomitar, até não ter mais nada para repelir. Vontade de se arrancar de sua própria pele. Uma ducha. Tome uma ducha. Depressa. Nunca mais. Nunca mais. Nunca Mais. Nunca Mais (P. 78).

Daniela teve, enquanto adolescente, seus direitos humanos violados através da violação de seu corpo. Este, entretanto, não fora avisado de que era proibido, numa relação incestuosa, sentir prazer. E a tal ponto o sentia, que ela teria continuado a viver maritalmente com seu pai, caso este houvesse aceito o nascimento da criança. Nascido James e havendo o corpo da garota retomado sua forma habitual, urgia experimentá-lo com outros parceiros sexuais. Era preciso que este corpo continuasse a responder à excitação provocada por outros homens. Era preciso lutar contra o roubo do desejo. Era, pois, preciso continuar desejando e se fazendo desejada. Com Ana ocorreu o mesmo processo. Viveu um período em promiscuidade sexual, tendo passado, há aproximadamente um ano, a viver com o namorado, de quem já tem um filho. Com 21 anos, recém entrada na vida adulta, já tem três filhos. Resistirão Daniela e

Ana a uma relação rotineira, sem as grandes emoções expressas pelo proibido, pelo perigoso, pelo marginal? Há grande probabilidade de que venham a engrossar as fileiras das famílias monoparentais femininas, que já ultrapassem 20% no país. A esta pergunta, contudo, somente um longo processo de seguimento do caso poderá responder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Lucia, SMIGAY, Karin von. Enigma do feminino, estigma das mulheres. In: COSTA, A. O. , BRUSCHINI, Cristina (eds.) *Rebelião e Submissão*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Edições Vértice, 1989. p. 177-194.

ALTERNATIVES to fear. Seattle, Wa., USA, 1981. Apud Clarac & Bonnin.

AMIR, Menachim. *Patterns in Forcible Rape*. Chicago: Chicago University Press, 1971. Apud L.R.C.C., 1984.

ARDAILLON, Danielle, DEBERT, Guita Grin. *Quando a vítima é Mulher: Análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio*. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

AZEVEDO, M.A. *Mulheres Espancadas: a violência denunciada*. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

AZEVEDO, M.A., GUERRA, V.N.A. *Pele de Asno não é só Estória: um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família*. São Paulo: USP, mimeo. 1987

BADINTER, Elisabeth. *Um é o outro*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

BARRY, KATHLEEN. *Female Sexual Slavery*. New York: New York University Press, 1984.

- BENDER, L., BLAU, A. The reaction of children to sexual relationships with adults. *American Journal of Orthopsychiatry* n.8, p.500-518,1937. Apud CONSTANTINE, L.L. & MARTINSON, F.M.
- BERLINER, LUCY. Child Sexual Abuse: What happens next? *Victimology: an international journal*, tomo 2, p. 327-331. Summer 1977. Apud Clarac & Bonnin.
- BRADY, Katherine, *Father's Days*. New York: Dell Publishing Co., inc. 1979.
- BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990. in
- BUTLER, Sandra. *A Conspiração do Silêncio: O trauma do in cesto*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1979.
- CIAMPA, Antonio da Costa. *A Estória do Severino e a História da Severina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- CHILDREN'S Hospital National Medical Center, Washington D.C., 1981. Apud Clarac & Bonnin.
- CLARAC, Viviane, BONNIN, Nicole. *De la honte à la Colère*, Poitiers: Les Publications Anonymes, 1985.
- CLARK, Lorenne M.G. Lewis, Debra J. *Rape: the Price of Coercive Sexuality*. Toronto: The Women's Press, 1977.
- CODE, Lorraine. Experience, Knowledge, and Responsibility. In: GARRY, Ann, PEARSALL, Marilyn (eds.) *Women, Knowledge, and Reality: Explorations in feminist philosophy*. Boston: Unwin Hyman, 1989.p. 157-171.
- COMBES, Danièle, HAICAULT, Monique. Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes. In: KATCHEVSKY-BULPORT, Andrée et alii. *O Sexo do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 23-43.

- CONSTANTINE, Larry L., MARTINSON, Floyd M. (eds.) *Sexualidade infantil: Novos Conceitos, Novas Perspectivas*. São Paulo: Livraria Roca Ltda., 1984.
- FACIO, ALDA. *Sexismo en el Derecho de los Derechos Humanos*. Santiago, Chile: Ediciones de las Mujeres n. 15, 1991, Isis Internacional. p. 117-134.
- FRANCIS, Vincent de (ed) *Sexual Abuse of Children*. Denver: Children's Division of the American Humane Association, 1967. Apud, L.R.C.C., 1984.
- FREIRE-MAIA, Newton. Effects of Consanguineous marriages on morbidity and precocity mortality: genetic counseling. *Am. J. Med. Genet.*, 1984.
- FREUD, Sigmund. *Totem y Tabu*. In: *Obras Completas*, tomo II. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1981. p. 1745-1850.
- GORDON, Linda. *Heroes of their own Lives: the politics and history of family violence*. New York: Penguin Books, 1988.
- HARDING, Sandra. Feminist Justificatory Strategies. In: GARRY, A., PEARSALL, M. (eds.) *Women, Knowledge, and Reality*, p. 189-201.
- HERMAN, J. *Father-Daughter Incest*. Massachusetts/UK: Harvard University Press, 1982.
- ISIS INTERNACIONAL. *La Mujer Ausente: Derechos Humanos en el Mundo*. Santiago, Chile: Ediciones de Mujeres n. 15, 1991.
- JAGGAR, Alison M. Love and Knowledge in Feminist Epistemology. In: JAGGAR, A. , BORDO, S. (eds.) *Gender/Body/Knowledge: feminist reconstruction of being and knowing*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1989. p. 145-171.

KELLER, Evelyn Fox. *Reflection on Gender and Science*. New Haven: Yale University, 1985.

———, Evelyn Fox. Women Scientists and Feminist Critics of Science. *Daedalus*, Cambridge: American Academy of Arts and Sciences, 1987. p. 77-91.

———, Evelyn Fox. Feminism and Science. In: GARRY, Ann, PEARSALL, Marilyn (eds.) *Women, Knowledge, and Reality*, p. 175-188.

KINSEY, Alfred et alii. *Sexual Behavior of the Human Female*. Philadelphia: W. B. Saunders, 1953. Apud Clarac & Bonnin.

LAURETIS, Teresa de. *Technologies of Gender*. Bloomington: Indiana University Press, 1987. Preface & Technology of Gender.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Petrópolis/São Paulo: Vozes/EDUSP. 1976.

LONDON Incest Survivors' Group. National W.A.V.A.W. Conference, London, Winter, 1981. Apud Clarac & Bonnin.

L.R.C.C. (London Rape Crisis Centre) *First Report*, 1977 Apud L.R.C.C., 1984.

L.R.C.C. (London Rape Crisis Centre) *Third Report*, 1982. Apud, L.R.C.C., 1984.

MASSON, Jeffrey Moussaieff (ed.) *A Correspondência Completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess 1887-1904*. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda., 1986.

MEDLICOTT. Lot and His Daughters - Parent-child Incest in the Bible and Mythology. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, Vol. 1, 1967. Apud Ward.

MEILLASSOUX, Claude. *Femmes, greniers & capitaux*. Paris: François Maspéro, 1975.

MS. p. 61. November 1981. Apud Clarac & Bonnin.

NCPCA - National Committee for Prevention of Child Abuse, Usa, 1984. Apud Clarac & Bonnin.

RASKOVSKY, M., RASKOVSKY, A. On consumated incest. *International Journal of Psychoanalysis* 31:42, 1950. Apud CONSTANTINE, Martinson.

RUBIN, Gayle. The traffic in Women: notes on the 'political economy' of sex. In: REITER, R. (ed.) *Toward an Anthopology of Women*. New York: Monthly Review Press, 1975. p. 157-210.

RYAN, William. The Art of the Savage Discovery: how to Blame the Victim. In: DRAPKIN, Israel, VIANO, Emilio (eds.) *Victimology*.

SAFFIOTI, H.I.B. Prefácio à edição Brasileira. in: LANGLEY, Roger, LEVY, Richard C. *Mulheres Espancadas: fenômeno invisível*. São Paulo: Editora GUCITEC, 1980. p. 9-20.

———, H.I.B. Um prefácio diferente, mas nem tanto. In: AZEVEDO, M.A. 1985, ob.cit. p. I - IV.

———, H.I.B. Relações de gênero: violência masculina contra a mulher. In: RIBEIRO, Helcion (ed.) *Mulher e Dignidade: dos mitos à libertação*. São paulo: Edições Paulinas, 1989. p. 25-42.

———, H.I.B. Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. In: *Mulher em seis Tempos*. Araraquara: UNESP, 1991.

———, H.I.B. *Circuito Fechado: abuso sexual incestuoso* Caxambu, MG, 1991a [Comunicação apresentada ao GT Relações Sociais de Gênero, XIV Encontro Anual da ANPOCS]

———, H.I.B. Rearticulando gênero e classe social, In: COSTA Albertina de Oliveira, BRUSCHINI, Cristina (eds.) *Uma questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183-215.

- , H.I.B. et alii. *Rotinização da violência: O lugar da práxis na construção da identidade*. São Paulo: America 92, agosto de 1992a.
- STEIN, Robert. *Incesto e amor humano: a traição da alma na psicoterapia*. São Paulo: Edições Símbolo, 1978.
- THOMAS, Eva. *A violação do silêncio*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1988.
- THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- WARD, Elizabeth. *Father-Daughter Rape*. New York: Grove Press, Inc., 1985.
- WILLIAMS, Gertrude J. Responsible sexuality and the primary prevention of child abuse. MS, November 1981. Apud Clarac & Bonnin.

AÇÃO PARA A IGUALDADE, O DESENVOLVIMENTO E A PAZ

Mulher e Saúde

ANA MARIA CANTALICE LIPKE*¹

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher convocada pela ONU para 1995, em Pequim, tem por objetivo continuar tratando dos problemas e propostas concernentes à metade da humanidade.

Em 1975, ano designado pela Assembléia Geral das Nações Unidas como o Ano Internacional da Mulher, realizou-se a I Conferência Intergovernamental sobre a Mulher, na cidade do México, que se ocupou dos mesmos temas a serem tratados em 1995: Igualdade, Desenvolvimento e Paz.

Copenhague e 1985 em Nairóbi), e a década de 76 a 85 foi considerada pela ONU a Década da Mulher. Na conferência, em 1995, será feito um balanço do que se conquistou em termos de Igualdade, Desenvolvimento e Paz.

A partir do início da década de 60, as publicações das Nações Unidas demonstravam a preocupação com a fome, a guerra fria, o desvario de gastos com armamentos, o consumo de milhões de dólares e de vidas.

A comunidade mundial passou também a dirigir sua atenção para o decréscimo de população nos países desenvolvidos e o crescimento populacional nos subdesenvolvidos.

Acentuaram-se os movimentos feministas de liberação da mulher; surgiram movimentos em defesa do meio ambiente,

1 * Representante da Rede Nacional Feminista na Comissão Nacional de Saúde da Mulher do Conselho Nacional de Saúde Médica.

Secretária Geral do Conselho Federal de Medicina (1984 - 89).

mostrando que os avanços tecnológicos após a Segunda Guerra Mundial trouxeram uma série de novos questionamentos éticos, políticos, sociais, econômicos, religiosos, psicológicos e existenciais aos seres humanos.

CONJUNTURA MUNDIAL ATUAL

Após a Segunda Guerra Mundial, novas fronteiras foram estabelecidas. Surge uma nova ordem mundial: mudam as relações de domínio e submissão entre países; formam-se novas interdependências políticas, tecnológicas e econômicas.

Apesar de tanto se apregoar a paz, em todas essas décadas vivemos conflitos regionais, nacionais, internacionais que eliminam vidas, destroem o meio ambiente. Chegamos às portas do século XXI com uma série de conquistas, derrotas, progresso tecnológico, (criamos até lixo inter-planetário). Parte da humanidade usufrui de conforto material, o que nem sempre significa boa qualidade de vida, e cerca de dois bilhões de seres humanos vivem como miseráveis; outros tantos estão em luta permanente pela sobrevivência, agredidos, em sofrimento.

Acostumamo-nos a admitir com naturalidade a existência de seres excluídos, acentuamos o nosso individualismo, apesar da globalização dos eventos, dos problemas. Relatórios mundiais revelam os custos desse "desenvolvimento" muito desfavorável a mais da metade da humanidade.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em 1992, no Rio de Janeiro, colocou frente a frente todos os Chefes de Estado que assinaram tratados e compromissos com os destinos de povos e países, apesar de muitas divergências e interesses em conflito. Nessa conferência ficou evidente que o tipo de desenvolvimento econômico e o consumo dos países do Primeiro Mundo são os mais responsáveis pela grande degradação ambiental do planeta e pela exaustão dos recursos naturais. Foi proposto que os países industrializados façam modificações no seu padrão de vida, evitando desperdícios.

Segue-se em 1993 a Conferência Mundial dos Direitos Humanos, em Viena, em que novas promessas de respeito à dignidade dos seres humanos são pactuadas, com especial destaque para os direitos das mulheres.

Preparamo-nos para a Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento, em 1994 no Cairo, a terceira conferência sobre o tema (Bucareste 1974; México, 1984).

Sem dúvida, os destinos da humanidade são traçados nessas conferências onde, geralmente, lideranças mundiais congregam-se com poder decisório sobre cada assunto específico.

A análise da situação mundial atual deve contemplar um amplo leque de variáveis: diferenças atuais de desenvolvimento econômico, social, político tecnológico, acesso e distribuição de recursos, geração de empregos, condições de saúde, educação, perspectivas médias de vida ao nascer, envelhecimento, urbanização, migração, fatores étnicos, raciais, religiosos e de classe, relações de gênero.

É chegado o momento de nos perguntarmos que tipo de desenvolvimento queremos; como abraçaremos todos os seres vivos nesse convívio tecnológico, sem discriminações, sem auto-destruição.

Procuramos entender a razão de nosso espanto quando assistimos às cenas de violência no cotidiano de nossas vidas. Esse espanto significa que ainda não nos desumanizamos de todo e que, portanto, há esperança.

Significa também que as desigualdades são agressivas por si sós, e fazem homens e mulheres despossuídos, de diversas raças e países, migrarem, buscando oportunidades que lhes são negadas nas suas terras de origem, o que lhes cria maiores problema nas terras mais desenvolvidas de outrem, que não os querem e os hostilizam, pois também enfrentam suas próprias dificuldades. Está alimentado o caldo de cultura para o crescimento das lutas raciais, étnicas, religiosas, e perde-se de vista a Paz.

Na década de 80 entraram 1.000.000 de pessoas nos Estados Unidos, vindos inclusive de países que experimentam um certo desenvolvimento industrial. A presença americana nesses países, e a conseqüente propagação de sua aparente maior prosperidade, atrai este tipo de migração para os Estados Unidos.

A migração tornou-se mais um sério problema, e comporta vários outros aspectos na sua origem; internacionalização da economia, mudança na produção, diversificação, adequação à demanda, descentralização das indústrias, nova organização empresarial, esvaziamento de velhas cidades industriais (Detroit, por exemplo), perda de emprego dos homens.

Observe-se que empregos na área eletrônica são dinâmicos e apesar de mal pagos competem com os de nível baixo e atraem trabalhadores de vários níveis.

Está ocorrendo a feminização das migrações e da força de trabalho, o desenraizamento de populações, o que vem também agravando a situação das mulheres no mundo. As mulheres migrantes acrescentam outras discriminações às que já sofrem ainda hoje.

Os países industrializados tentam bloquear as migrações, e um novo contingente de párias perambula diante de nossa impotência, incompetência e indiferença.

Novos conflitos raciais surgem, valores culturais perdem-se, e esperamos que essa mescla resulte em mais tolerância e aprendizagem entre os povos.

Desde a década de 60 as nações desenvolvidas preocupam-se com o crescimento populacional e responsabilizam, indevidamente, as altas taxas de fecundidade de mulheres de países sub-desenvolvidos atreladas à pobreza e à degradação do meio ambiente.

Tentam ressuscitar as teses de Malthus, que já estão sobejamente desmoralizadas e arquivadas ao relacionarem a fome no mundo à superpopulação e não à má distribuição de recursos.

Esqueceram-se do potencial existente de produção de alimentos (pelo melhor aproveitamento e distribuição de terras, pelo avanço tecnológico na produção de sementes, fertilizantes, equipamentos agrícolas, exploração de vida e alimentos oceânicos, etc.).

A explosão demográfica, que serviu como propulsor para o desencadeamento de políticas agressivas em relação ao controle de natalidade nos países do Terceiro Mundo, e que foi motivo de pressão política quanto ao controle populacional, acabou não ocorrendo, e hoje vemos que o desequilíbrio demográfico estimula políticas natalistas no Primeiro Mundo, embora mantenham-se as propostas controlistas para o Terceiro Mundo.

A taxa de densidade demográfica de todos os países era de 30 habitantes por km², variando entre 80 hab/km² na Ásia, a 16 hab/km² na África.

A África, muito abaixo das cifras mundiais de densidade populacional e há anos enfrentando doenças e guerras que dizimam sua população, continua sendo vítima de programas intensivos de controle da natalidade, em que é largamente utilizada a esterilização masculina.

Países como Japão, Holanda, Bélgica, que têm as maiores taxas de densidade populacional não se utilizaram de controle da natalidade para se desenvolverem. Consideram, como realmente é fato, que sua população constitui-se em patrimônio, também econômico. Com o conseqüente crescimento econômico, surge o aperfeiçoamento do nível cultural e de informação da sociedade, o que leva a um espontâneo planejamento familiar.

Sabemos que fatores demográficos têm influência econômica, algumas vezes positiva, mas sabemos que também são influenciados pelas condições sócio-econômicas.

As altas taxas de mortalidade causadas por desnutrição e pelas péssimas condições gerais de saúde são testemunha de que os problemas sociais dos países subdesenvolvidos devem ser tratados sob diversos aspectos, buscando-se soluções para suas causas reais, e não apenas através do controle da natalidade. Um exemplo disso é o Brasil, país em que declinou acentuadamente a taxa de fecundidade (década de 70 - 4,7 filhos por mulher, década de 90 -2,7), tendo-se exarcebado, durante a década de 80, a concentração de renda e os níveis de pobreza.

É necessário enfatizar que a pobreza não é consequência de fatos naturais, e que, portanto, pode ser erradicada.

Fazem-se necessárias políticas mundiais que prevejam uma distribuição mais justa dos recursos do planeta, um investimento social nas regiões menos desenvolvidas, garantindo-se saúde no seu conceito mais amplo de alimentação, assistência médica, educação, habitação, saneamento, trabalho, lazer.

Fazem-se necessárias medidas que reduzam a discriminação social e que distribuam não apenas as riquezas, mas o poder, entre os diversos países e no interior de cada um deles, entre as diversas camadas de sua população, entre grupos raciais e étnicos, homens e mulheres, com a conquista plena da cidadania e da democracia.

O nosso futuro comum exige que todas as nações se unam com a responsabilidade de enfrentarmos as desigualdades atuais, prepararmos melhores perspectivas para as gerações vindouras e resgatarmos a dignidade dos seres humanos.

É propício o momento para dizermos que tipo de desenvolvimento queremos para preservar a vida. Os seres vivos são o alvo de toda a atenção, em benefício dos quais devem caminhar a ciência e o progresso tecnológico.

CONJUNTURA DA AMÉRICA LATINA

O continente sul-americano traz em sua história poucos períodos de democracia plena. Até mesmo países cujas populações sempre tiveram maior nível de politização (Chile, Uruguai) viveram vários anos sob regimes de exceção . As décadas de 70 e 80 caracterizaram-se pela quebra da normalidade democrática em que toda a América do Sul presenciou violenta repressão às manifestações da sociedade contra o **status quo** de miséria, contra a excessiva concentração de renda, contra a necessidade de mudanças.

As populações dessa região apresentam um dos piores indicadores sociais do mundo, principalmente nas áreas de saúde, educação, saneamento, habitação, empregos. As disparidades regionais, as realidades sociais heterogêneas , o desenvolvimento econômico e tecnológico desigual, dificultam um projeto único de saída para essa perene crise. Os países têm em comum sua falência social, e dívida externa e a falta de perspectivas de crescimento. O Brasil situa-se nesse contexto de forma mais privilegiada do ponto de vista econômico e científico, porém com uma das maiores dívidas sociais.

A partir da segunda metade da década de 80 foram ocorrendo os processos latino-americanos de redemocratização e, embora expressassem um desejo universal, levaram apenas a uma pequena participação da cidadania na vida política desses países. Hoje a população pode assumir um papel nos destinos de seus países, através de eleições diretas para o executivo e o legislativo.

Muito há que caminhar para que se alcancem regimes verdadeiramente democráticos, nos quais os eleitos surjam de todas as camadas sociais, e não representem apenas interesses de uma classe dominante, o que poderá ocorrer quando houver maior índice de politização e oportunidades de participação em condições mais igualitárias.

Regimes democráticos devem eliminar as discriminações de raça, etnia, gênero, e desenvolver um modelo econômico que não aumente a indigência, não acentue a concentração de rendas. Enfrentar o desafio de um desenvolvimento mais igualitário, resgatando a dívida social com a incorporação da maioria da

população excluída, além de apropriar-se de tecnologias, é o que se exige dos novos governantes, e do pacto que fizeram com a sociedade em busca dessa meta.

CONJUNTURA NACIONAL

A situação do Brasil, país continente com imensos recursos naturais, reflete sua história que começou através de capitânicas hereditárias distribuídas entre os amigos do rei. Desde então, vem sendo submetido à vontade política de uma oligarquia rural, em parte substituída no poder por uma oligarquia urbana, intercalando uma série de períodos ditatoriais com alguns períodos de democracia.

Entretanto, várias transformações políticas, econômicas, sociais, culturais, religiosas vêm se processando. A partir dos anos 50, uma rápida industrialização mudou as características de perfil de sua população, com desenvolvimento social, melhores condições de vida e, embora com muitas mazelas, melhoria dos índices de saúde.

A década de 80 foi, entretanto, considerada a década perdida no que diz respeito a qualquer ângulo do desenvolvimento social: aumentou a pobreza e a concentração de renda, diminuiu a fecundidade das mulheres com conseqüente redução das taxas demográficas, decresceram as taxas da indústria, pioraram os níveis de emprego e salários, cresceram as atividades informais e os índices sanitários envergonham qualquer estatística. A deterioração do padrão de vida causa o aumento das manifestações de violência, com grande desagregação do tecido social.

Os dados do IBGE (1994) revelam que 1,9 milhão de crianças trabalham, 5,2 milhões de trabalhadores não recebem salários, 12,3 milhões de trabalhadores recebem menos de um salário mínimo, 2,4 milhões estão desempregados, 31 milhões não contribuem para a Previdência, as mulheres recebem 57% do salário dos homens, ainda que desenvolvam as mesmas atividades, e o trabalhador negro recebe a metade do salário do trabalhador branco. As mulheres negras ainda estão em pior situação salarial que as brancas. É o **apartheid** salarial. O poder de compra do salário mínimo caiu 35,7% em 90 em relação a 89 e 38,3% em relação a 81. A renda média dos brasileiros ocupados caiu 18% em 1990.

Os dados da Cepal referentes a 1990 mostram que 69,8 milhões de brasileiros viviam na linha de pobreza, 34,8 milhões foram classificados como indigentes, e 45,8 milhões moram em áreas urbanas. Quando se analisam dados referentes à distribuição de renda, o contraste se acentua.

As mulheres brasileiras, assim como os negros, enfrentam as adversidades em desvantagem face às leis e práticas discriminatórias de nossa sociedade.

Nas duas última décadas, têm aumentado sua participação no mercado de trabalho e já constituem 35% da População Economicamente Ativa. São chefes de 20.1% do total de famílias. Porém, ainda são as mais atingidas pelo subemprego, pelos salários mais baixos, pelas piores condições de trabalho. Conseguiram melhorar consideravelmente seu nível educacional, chegando a igualar-se com o dos homens, mas estão muito longe de atingir cargos de poder, sejam executivos, legislativos, judiciários, tanto em empresas públicas quanto privadas.

O processo de redemocratização do país contou com a participação permanente das mulheres brasileiras, organizadas ou não em movimentos feministas, sindicais, em associações de moradores, em partidos políticos, organizações não governamentais.

Foram criados Conselhos Estaduais dos Direitos da Mulher e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher que cumpriram importante papel na elaboração das Constituições Federal e Estaduais, conseguindo a aprovação de grande parte das propostas feministas. Ainda faltam ser assegurados esses direitos, através de regulamentação por leis.

A violência física, psíquica e sexual contra as mulheres vem sendo enfrentada através das mais diversas formas de luta e, embora timidamente, podem ser contabilizadas algumas vitórias, uma delas a criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher Vítima de Violência, o que trouxe mais coragem e atenção às mulheres atingidas, e maior repressão aos agressores.

As condições sanitárias do país, e especificamente a das mulheres, serão consideradas em capítulo especial.

Buscam-se novas soluções para a crise, apesar do predomínio do desencanto, da violência. Tenta-se revitalizar o país. A violência do modelo econômico vigente, que exclui a maioria, depauperando-a progressivamente, gera todos os outros tipos de violência: a fome, o desemprego, a doença, o *apartheid* social, o narcotráfico, com uma ruptura progressiva e perigosa dos mais puros valores dos seres humanos.

PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE

As mulheres ao longo da história da humanidade têm contribuído com seu trabalho e suas energias, tanto nas tarefas domésticas quanto nas externas à casa, para o desenvolvimento social, pela paz, e pela democracia, enfrentando em piores condições que os homens, face às discriminações de gênero que sofrem, as desigualdades impostas pelo crescimento desarmônico concentrador de renda, gerador de excluídos.

A partir dos anos 60 reacenderam-se os movimentos feministas, acentuando-se as lutas por direitos iguais entre mulheres e homens, contra as desumanas discriminações. Na escala de valores dessa sociedade excludente, as mulheres são a maioria subalterna e oprimida.

Em todas as épocas, em qualquer lugar do planeta, a violência contra as mulheres se expressa das mais diversas formas: físicas, psíquicas, econômicas, sociais, culturais, religiosas. Portanto, falar em direitos das mulheres é falar em direitos humanos.

É preciso observar que o discurso feminista por igualdade tem sido apropriado, assim como o discurso ecológico, por aqueles que detêm o poder e que buscam justificar a pobreza, a fome, os desastres ecológicos pela superpopulação, pela explosão demográfica que não existe, omitindo-se de avaliar suas verdadeiras causas.

O discurso feminista, a luta das mulheres por igualdade de oportunidades elevando seu grau de instrução, sua maior participação no mercado de trabalho com a divisão das tarefas familiares e domésticas, propiciando sua real emancipação e possibilidade de parceria, sem discriminações de qualquer espécie, é estimulado pelos que só as vêem como reprodutoras de espécie humana, pois sabem que, estando no mercado de trabalho, naturalmente as mulheres desejam ter menos filhos. *Não é o verdadeiro crescimento das mulheres que os move, daí a diferença essencial com o que realmente desejamos.*

Após avanços e retrocessos, na virada do século XXI, temos nós, mulheres, a oportunidade de expor a ótica feminista para o mundo que queremos: um mundo em que o ser humano e demais seres vivos respeitados sejam a prioridade: um mundo de justiça, criatividade, harmonia com a natureza, em que a vida possa explodir em toda sua pujança, um mundo de Paz.

SAÚDE E DOENÇA COMO FENÔMENOS SOCIAIS

A organização Mundial de Saúde define saúde como uma condição de bem estar físico, psíquico e social.

Somente estando nesta situação o ser humano pode sentir-se em condições de exercer o seu papel na sociedade: criador, transformador e em equilíbrio com a natureza.

A sua dimensão social prevê a integração do indivíduo à família ou ao seu grupo social, numa inter-relação permanente, em que ele tem uma influência subjetiva consciente, livre. O social e o individual confrontam-se de maneira dialética.

O Ser é um elemento ativo do processo de determinação, transformando-se a si mesmo e às condições que o cercam. A possibilidade de utilizar-se de suas potencialidades naturais depende do nível de desenvolvimento da sociedade e da sua atividade enquanto indivíduo, numa determinação histórico-sociológica. Toda conduta individual é uma resultante de suas funções sociais, e toda

modificação da conduta é resultado do processo de desenvolvimento da prática social.

A conexão com o social impede que os fatores subjetivos se tornem absolutos, e revela a posição do indivíduo e o seu valor funcional. Pensar, sentir e interagir com o meio ambiente são ações da luta diária nas diferentes formas da prática social. O ser humano é um ser político, não pratica atitudes isoladas, desligadas de um contexto político e social. Deve ser estudado de modo integral, não podendo haver uma desvinculação entre análise sociológica, econômica e política da sociedade. Somente esse enfoque multidimensional ressalta a sua essência.

No processo saúde-enfermidade são decisivos os aspectos bio-psico-sociais.

O desenvolvimento da medicina se caracterizou pela aplicação de enfoques e trabalhos procedentes das ciências naturais, o que levou a uma ênfase unilateral, acentuando-se a dimensão orgânica e biológica dos indivíduos. Por essa razão, os problemas de saúde e enfermidade muitas vezes só são vistos à luz das ciências naturais, o que é um erro.

Não é possível afastarmo-nos das causas sociais e político-econômicas de saúde e enfermidade. Assim é que podemos dizer que saúde é um direito de todos e dever do Estado, da Sociedade. E não, como tentam colocar os partidários de uma filosofia individualista, que a busca da saúde é de responsabilidade do indivíduo. Como pode esse indivíduo estar isolado, solto na sociedade?

Nos séculos XVIII e XIX surgiram pesquisadores que já mostravam as relações sociais da saúde e da enfermidade. As diferenças de taxa de mortalidade entre as distintas classes sociais começaram a ser demonstradas. Surge em 1848 o conceito de medicina social, através de Guérin. Não só muitas enfermidades têm sua origem primária em causas sociais, mas também um número significativo delas é influenciado em sua evolução, favorável ou não, por circunstâncias sociais: são elas as condições materiais básicas de vida, determinadas pelo sistema social e sobre as quais se pode influir. Essa é a essência do problema.

Ao mesmo tempo em que o ser humano consegue atuar sobre a natureza, deve também obter o domínio sobre suas próprias relações sociais.

Para se chegar a uma melhor condição de saúde, procura-se conseguir alimentação adequada, vacinação, saneamento básico, trabalho, lazer, assistência médica, boas condições de habitação, transporte.

Com o avanço das condições materiais de vida, com as maiores possibilidades da ciência médica, estendendo-se a assistência médica a frações cada vez maiores da população, elevou-se nos países desenvolvidos a expectativa média de vida. Esse processo conduziu a uma importante modificação estrutural da morbidade.

Nos países subdesenvolvidos as diferentes situações sanitárias, decorrentes de desenvolvimento social desigual justificam os diversos perfis de morbi-mortalidade. Acresce-se a isso uma estrutura de atenção à saúde elitista que acentua mais as desigualdades, diminuindo a expectativa de vida dos indivíduos mais pobres e negros.

No Brasil essas afirmativas são largamente demonstradas pelas estatísticas. O abastecimento de água do país é feito pela rede geral em 66,2% das habitações sendo que 85,6% correspondem à zona urbana e 7,4% à rural.

Existe rede de esgoto para 30,8% de moradias (40,5% na zona urbana e 1,3% na zona rural), fossa rudimentar em 31,8% (29,6 na zona urbana e 36% na zona rural), sem qualquer sistema 17,2% (5,5% na zona urbana e 52,7% na zona rural).

A desnutrição em menores de 5 anos de idade atinge a 51,5% de crianças e a ingesta diária por habitante é de 2.580 calorias e 62,5g de proteínas.

A mortalidade infantil é maior em famílias onde é menor o grau de escolaridade das mães e entre as de raça negra.

A transição demográfica, passando de população jovem à mais idosa também influi na morbi-mortalidade. De 1950 a 1980 vem diminuindo a taxa de mortalidade infantil (42,6/1000 a 27,7/1000) e aumentou a mortalidade na faixa etária de 20 aos 59 anos (8/1000 para 26,4/1000). Perderam peso as doenças infecciosas (digestivas -17,3% e respiratória - 11,8%) e ficaram mais evidentes as neonatais (45,8%).

QUADRO BRASILEIRO DE CONDIÇÃO DE SAÚDE

O Brasil caracteriza-se pela heterogeneidade entre suas diversas regiões, sob vários aspectos: demográfico, de desenvolvimento econômico, social, sanitário.

A maior parte da população brasileira mora na Região Sudeste (43,6%), 68 hab/km², que detém as melhores condições sanitárias.

Dados Estatísticos por regiões:

1 - Região Sudeste - 32% de menores de 15 anos, predominantemente homens. 30,9% das mulheres têm menor de 15 anos.

Taxa de fecundidade - 3 (1984);

Ocupação - 5,9% agricultura, 16,6% indústria, 77,5% serviços (1988);

Taxa de analfabetismo - 12,3%;

Taxa de mortalidade materna - 67/100 000 (1980):

Parto hospitalar - 93,9% (1981);

Esperança de vida - 67 anos (1980);

Vacinação urbana - 62,9% (1981).

2 - Região Nordeste (28,6% da população; 26 hab/km²).

População muito jovem - menos de 15 anos, 40% da população geral; 39,4% do total de mulheres com menos de 15 anos;

Taxa de fecundidade - 5 (1984);

Taxa de mortalidade materna - 47/100000(1980) obs: sub-notificação;

Ocupação - 28,2% agricultura; 8,8% indústria, 63% serviços (1988);

Taxa de analfabetismo - 33,8%;
Parto hospitalar - 59,8% (1981);
Esperança de vida - 54 anos (1980);
Vacinação urbana - 24,7% (1981).

3 - Região Sul (15,2%) - 38 hab/km²
33% da população geral menores de 15 anos;
32,6% das mulheres têm menos de 15 anos;
Taxa de fecundidade - 3 (1984);
Ocupação - 25,4 agricultura, 13,3% indústria, 61,3% serviços (1988);
Taxa de analfabetismo - 12,3%;
Taxa de mortalidade materna - 61/100 000 (1980);
Parto hospitalar - 88,8% (1988);
Esperança de vida - 71 anos (1980);
Vacinação urbana - 39,1% (1981).

4 - Região Centro Oeste (6,8%) - 7hab/km²
37% de menores de 15 anos, sendo 36,7% das mulheres;
Taxa de fecundidade - 3,4 (1984);
Ocupação - 4,4% agricultura, 6% indústria, 89,4% serviços (1988);
Taxa de analfabetismo - 16,2%;
Taxa de mortalidade materna - 65/100 000 (1980);
Parto hospitalar -82,1% (1981);
Esperança de vida - 69 anos (1981).
Vacinação urbana - 44,6% (1980)

5 - Região Norte (5,8) - 6 hab/km² - sofre a maior migração aumentando em 40%, com busca de novas fronteira agrícolas.
População muito jovem - menores de 15 anos - 40%;
39% das mulheres têm abaixo de 15 anos;
Taxa de fecundidade -?;
Ocupação - 2,3% agricultura, 10,2% indústria, 87,4% serviços (1988);
Taxa de analfabetismo - 12,2%;
Taxa de mortalidade materna - 125/100 000 (1980);
Parto hospitalar - 76,7% (1981);
Esperança de vida - 67 anos (1980);
Vacinação urbana - 30,9% (1981);

As mulheres apresentam um crescimento maior em número nas faixas etárias acima dos 20 anos, variação sofrida no período de

1950 - 1970, o que vai mudar o perfil epidemiológico (7,4% do total da população feminina está acima dos 60 anos).

Aumentou o peso relativo das mães jovens (entre 15 e 25 anos, que deram à luz 39,2% dos filhos nascidos a cada ano). A faixa mais fecunda ainda é a de mulheres dos 25 anos aos 30 anos.

A taxa de fecundidade é maior nas mulheres das zonas rurais, com menor escolaridade e de nível sócio-ecômico mais baixos.

A migração da população feminina é maior do que a masculina (75,6% vivem na zona urbana).

Apesar de os dados referentes à etnia serem camuflados pela mestiçagem que ocorre no Brasil, e a declaração sobre cor da pele nem sempre expressar a realidade, 56,5% das mulheres brasileiras se consideram brancas, 5% negras, 38% pardas, 0,5% da raça amarela, sendo que a raça negra apresenta taxas menores no Sudeste (7%) e no Nordeste (7%). As mulheres negras têm uma esperança de vida menor que as pardas e brancas, estão mais sujeitas às doenças cardiovasculares, miomas uterinos e algumas têm uma doença por alteração genética, anemia falciforme.

A composição da ocupação feminina é diferente da dos homens: por setores de atividade, categorias ocupacionais, grupos profissionais. Está aumentando a participação das mulheres no setor de serviço (72,88% em 1988). As mulheres têm diminuído sua atividade na agricultura (14,7% em 88), com participação mais ou menos estável na indústria (12,7% em 88). Exercem atividades mais como assalariadas do que os homens, têm menos cobertura de previdência social e representavam em 1980 apenas 11% dos empregadores. Em 1980, constituíam-se em 57% do conjunto de profissionais e técnicos, 45% dos empregados de escritórios, 15% dos trabalhadores não-agrícolas e 13% dos gerentes.

Na área da saúde 78,4% dos enfermeiros e auxiliares de enfermagem são mulheres, 31,4% são médicas, dentistas, farmacêuticas.

Explicadas as variações da estrutura demográfica, das condições sócio-econômicas podemos entender o perfil epidemiológico do país no seu todo e por região, o qual se tem modificado de forma dinâmica e diversa.

Esses fatores deverão nortear as propostas de política de saúde para o país, em uma tentativa de acabar com as desigualdades na oferta de serviços às diversas regiões.

POLÍTICAS DE SAÚDE

O Sistema de Saúde brasileiro sempre privilegiou a doença, com investimentos na criação de leitos, principalmente na rede privada (75% dos leitos) com recursos públicos, em detrimento de ações preventivas de vacinações (a cargo da rede pública) e de atendimentos ambulatoriais (que dariam conta de 80% das necessidades de atenção à saúde).

Outra característica perversa do Sistema de Saúde no Brasil é o seu aspecto centralizador, não único, com divesas esferas de governo atuando de forma não-integrada, muitas vezes superpondo-se ações, gerando altos custos e desperdício de recursos.

A necessidade de uma reforma sanitária vem sendo sentida desde a 3^a Conferência Nacional de Saúde (1961), mas apenas em 1986, 8^a Conferência Nacional de Saúde, formularam-se democraticamente propostas com a participação de 5000 delegados escolhidos em conferências municipais e estaduais de todo o país. Tais propostas constam da Constituição Brasileira: Saúde é direito de todos e dever do Estado. O Sistema Único de Saúde será universalizado, descentralizado, hierarquizado, regionalizado. Foram criados os Fundos Nacional, Estaduais e Municipais de Saúde, com verbas específicas, e os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Saúde, órgãos de controle social de caráter deliberativo, constituídos por 50% de usuários, 25% de profissionais de saúde e 25% de autoridades.

A 9^a Conferência Nacional de Saúde referendou o modelo de Sistema Único de Saúde (SUS) proposto.

O Sistema Único de Saúde é hoje motivo de grande polêmica, não está sendo implantado como era de se esperar e sofre ataques os mais diversos, desfigurando-se . Está ameaçado por várias propostas de emendas constitucionais.

A unicidade está ameaçada pela proposta de pluralidade de sistemas (saúde pública, privada).

A descentralização sofreu retrocesso, o Ministério da Saúde continua centralizado, em alguns casos porque Estados e Municípios não assumiram suas responsabilidades e, na época do governo Collor, por orientação do próprio poder central. A assinatura de convênios entre governos federal, estaduais e municipais fere a Lei Orgânica de Saúde (Lei 8090/90) que estabelece gestão automática das unidades de saúde por parte do poder local, com comando único.

A universalização está longe de ser alcançada quando grandes contingentes de brasileiros não têm sequer como alimentar-se e muito menos a possibilidade de serem atendidos no sistema de saúde, com acesso muito dificultado pela falência da assistência médica que se traduz em postos de saúde e hospitais desaparelhados, sucateados, com profissionais em número insuficiente, despreparados, desmotivados pelos péssimos salários e condições de trabalho.

As ações governamentais continuam centralizadas e desordenadas, a privatização e o clientelismo político-partidário é evidente, permanece o modelo de atenção baseado na cura de doenças e na hospitalização, a ausência de controle sobre os prestadores de serviços, o desperdício de recursos e uso inadequado de técnicas e equipamentos. Os produtos de interesse para a saúde, o meio ambiente e o local de trabalho não são objeto da regulação e controle, o que certamente gera agravos à saúde e aumento dos gastos.

A gestão descentralizada permite maior participação local e controle social envolvendo tanto os profissionais como os movimentos sociais organizados, o que nunca existiu nos sistemas anteriores e que se tenta implementar no SUS.

A gestão descentralizada democratiza as decisões o que leva a uma adequada definição de prioridades em favor da população assistida, com melhor aproveitamento de recursos. Prevê a utilização de estudos epidemiológicos para nortear as políticas públicas.

Um Sistema de Controle de Custos e Avaliação descentralizado permite maior transparência e acesso às informações. O modelo de Sistema Único proposto consolida um perfil federativo e municipalista.

O financiamento é feito de forma mais irregular. Ao longo dos anos, o governo federal vem sendo a maior fonte de recursos para a saúde (faixa de 71% a 78% dos gastos), representando em 1990, 65% do total.

Estudo elaborado por André Médici demonstra que de 1980 a 1990 caiu o quantitativo de verbas destinadas à saúde em todos os níveis de governo, mais acentuadamente de governos estaduais.

A crise econômica dos anos 80 acentuou a queda dos recursos para a saúde com pequena recuperação da economia e dos recursos em 1985 e 1986. A Nova República apresenta o período de maiores gastos na saúde, com grande transferência da Federação para os Estados (chegando em 1987-1988 a quase 17% da receita total da União). E em 1987 e 1988 começa um declínio dos gastos estaduais. Em 1988 pode-se dizer que em termos líquidos, os Estados nada gastaram, chegando a acontecer, em alguns deles, que parte da verba para a saúde transferida pelo governo federal foi aplicada em outras áreas, pela política de caixa única perpetrada por alguns governantes estaduais. Mais recentemente (1989 - 1990) os Estados voltaram a investir com seus recursos próprios e de 1990/92 houve queda acentuada.

Houve um crescimento dos gastos líquidos municipais, ocasionado principalmente pela partilha dos dois principais impostos federais (Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados) para esferas locais de governo que variou de 33% em 1987 para 43,5% em 1990.

Conclui-se que as esferas Federal e Municipais foram as únicas que aumentaram sua participação na área de saúde no período de 1980 - 1990, ao contrário dos Estados, o que demonstra o desinteresse da maioria dos governadores pela saúde.

A partir de 1987 vem declinando as despesas com a saúde, tornando-se nitidamente menores a partir de 1990 (13,2% em relação à receita em 1992).

Pelas razões expostas, também a hierarquização e regionalização das ações de saúde não são implementadas.

OPERACIONALIZAÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

GESTÃO

O Ministério da Saúde constituiu o Grupo Especial de Descentralização (GED) com o objetivo de elaborar propostas, viabilizando a descentralização e através da Portaria MS 545, de 20 de maio de 1993 estabeleceu a Norma Operacional Básica - SUS 01/93, regulando a descentralização das ações e serviços de saúde.

O GED explicitou alguns pressupostos:

- a) "a descentralização tem que ser compreendida como um processo de transformação que envolve redistribuição de poder e recursos, redefinição de papéis das três esferas de governo, reorganização institucional, reformulação de práticas, estabelecimento de novas relações entre os níveis de governo e controle social";
- b) É necessário diálogo, negociação e pactuação entre os diversos atores;
- c) É necessário que a implantação do Sistema Único se dê de forma flexível, gradual, sem rupturas bruscas que desagreguem o precário sistema existente; que se passe por um período de transição, certamente diferente para cada região, obedecendo às características

regionais de população, problemas epidemiológicos, rede instalada, etc.

A proposta do SUS estabelece o que compete a cada nível de governo:

1 - esfera federal - funções típicas nacionais, planejamento, normatização, avaliação e controle do sistema no seu âmbito, apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico e de recursos humanos; coordenação das ações de educação para a saúde de abrangência nacional; cooperação técnica e financeira com estados e municípios; regulação das relações público-privado; regulação da atividade privada; acompanhamento e análise de tendências do quadro sanitário nacional; regulação dos padrões éticos de pesquisa; regulação e registro de processos e produtos; coordenação a nível nacional do Sistema de Informações em Saúde; articulação intersetorial na esfera federal;

2 - esfera estadual - formulação da política estadual de saúde, coordenação e planejamento; coordenação da rede de referência estadual e gestão do sistema de alta complexidade; coordenação estadual das ações de vigilância sanitária, epidemiológica, de educação para a saúde; supervisão e cooperação técnica e financeira a municípios e supletivamente, a execução, controle e avaliação de alguns serviços;

3 - esfera municipal - provisão das ações e serviços de saúde, formulação de políticas de âmbito local; planejamento, execução, avaliação e controle de ações e serviços de saúde.

Para desencadear uma transição gradual criaram-se comissões que devem desenvolver ação integrada entre os gestores do sistema no três níveis de governo, com articulação permanente entre o Ministério da Saúde (MS), o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS).

A nível federal esse papel cabe à Comissão Tripartite Intergestores e a nível de cada estado, às Comissões Bipartite Intergestores.

É imprescindível suporte técnico, apoio político e adesão institucional para vencer as diversas etapas de transição para a descentralização. A participação do controle social em todas as etapas é condição para assegurar o sucesso da proposta. Daí ser imperioso estabelecer claramente a forma de relacionamento entre as Comissões Bipartites e a Comissão Tripartite e destas com os Conselho Estaduais e Nacional de Saúde. Toda atenção deve ser dada a esses níveis de decisões, uma vez que nossa prática democrática ainda é incipiente e podem surgir conflitos por falta de clara definição de papéis e falta de compromisso com a descentralização e a distribuição de poder.

CONTROLE SOCIAL

O exercício da cidadania requer o cumprimento do controle social e exige a presença de organizações representativas dos mais diversos segmentos sociais nas decisões e definições das prioridades em todas as áreas do governo, e no caso específico, no Sistema Único de Saúde.

A Constituição, a lei Orgânica de Saúde (8080/90) e a lei 8192/90 estabeleceu de forma clara o controle sobre as ações do Estado.

Foram criadas instâncias representativas:

1 - a Conferência de Saúde - a quem cabe propor diretrizes para a formulação da política de Saúde nas esferas correspondentes, convocada pelo Poder Executivo ou extraordinariamente pelo Conselho de Saúde, e

2 - o Conselho de Saúde - órgão colegiado constituído por representantes do governo e prestadores de serviços (25%), profissionais de saúde (25%) e usuários (50%), de caráter permanente e deliberativo. Formula estratégias e controla a execução da política de saúde na instância correspondente, em todos os seus aspectos, inclusive econômicos e financeiros.

Para que se viabilizem na prática essas instâncias é necessário que sejam criados os seguintes mecanismos:

1 - previsão de recursos orçamentários para instalação dessas instâncias, possibilitando infra-estrutura para sua existência e seu funcionamento, e

2 - pleno acesso às informações que dêem visibilidade aos atos dos gestores, permitindo o efetivo controle, seja através de boletins ou de outros sistemas que facilitem o fornecimento de dados de gestão e execução financeira.

A democracia participativa requer distribuição de poder, de informações e de responsabilidades.

O movimento de mulheres embora não suficientemente organizado, já tem condições de exigir sua participação em todas as instâncias de decisão sobre políticas de saúde. Sabem as organizações feministas que somente com sua participação pode ser mudado o quadro atual e se imprimir uma perspectiva de gênero às políticas públicas, desde a formação de profissionais até a execução nas práticas que buscam saúde.

Existem diversos mecanismos de controle social que devem ser colocados em prática: as organizações sociais, os Conselhos de Saúde, o Ministério Público (Constituição Federal, art.127), a Comissão de Seguridade Social do Congresso Nacional e das Assembléias Legislativas (Constituição Federal, art.58), Tribunal de Contas (Constituição Federal, art. 74), o direito de petição (Constituição Federal, art. 5º, XXXIV), o mandato de segurança, individual e coletivo (Constituição Federal, art. LXIX e LXX), mandato de injunção (Constituição Federal, art. 5º, LXXI), *habeas data* (Constituição Federal, art 5º, LXXII), ação popular (Constituição Federal, art, 5º, LXXIII), direito dos consumidores (Constituição Federal, art. 5º, XXXII) e art. 190, V e Código de Defesa do Consumidor - lei nº 8078, 11/09/90), Defensoria Pública (Constituição Federal, art. 134).

Saber desses direitos e dos seus instrumentos de defesa tão bem definidos, que estabelecem de forma inquestionável os deveres

e obrigações dos Poderes Públicos é motivo mais do que suficiente a ser agregado ao motivo maior de que "Saúde é direito de todos e dever do Estado", para que não nos resignemos à omissão.

O exercício desses direitos certamente mudará a conduta dos gestores públicos e vai ajudar a recuperar a cidadania.

FINANCIAMENTO

Para se garantir a universalização e a eqüidade em um modelo descentralizado, além das reformulações de caráter estrutural e operacional, faz-se necessário rever a forma de financiamento para a saúde.

Impõem-se o reordenamento das prioridades, a elevação de recursos para atender à demanda, e a melhor utilização dos recursos, erradicando-se os desperdícios e fraudes.

"O financiamento das ações de saúde é responsabilidade a ser compartilhada pelos três níveis de governo, devendo-se assegurar regularmente o aporte de recursos fiscais aos Fundos de Saúde (GED)".

As verbas devem ser aumentadas através de:

- 1 - elevação de recursos por parte da União com repasse para as esferas locais;
- 2 - redistribuição dos tributos elevando as receitas e encargos locais, e
- 3 - elevação dos gastos locais para cerca de 20% de suas receitas próprias.

É necessária articulação com os Ministérios do Planejamento, da Fazenda, da Previdência Social, do Trabalho e com o Congresso Nacional.

As verbas destinadas à saúde são específicas, depositadas nos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais de Saúde e não podem ser utilizadas para outras ações governamentais.

A distribuição de recursos para a saúde deve obedecer critérios que avaliem perfil demográfico, epidemiológico, características quali-quantitativas de serviços, desempenho no período anterior (técnico, econômico e financeiro), previsão do plano quinquenal de investimentos.

PAISM - POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER

Continuando o processo de redemocratização do país e com o maior grau de participação da sociedade organizada, também as mulheres, através de suas representações autônomas, a partir de 1981, começaram a elaborar suas propostas específicas de saúde que culminaram em 1983 com a aprovação do PAISM (Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher) pelo Ministério da Saúde.

O PAISM foi o primeiro programa elaborado sob uma ótica feminista e pretende alcançar as mulheres em todas as fases de suas vida, com ênfase na questão reprodutiva.

É ainda a nossa principal bandeira de luta, desde que seja uma política, infelizmente não implantada como deveria estar devido à falência da assistência à saúde, pela ausência de poder decisório das mulheres na gestão de políticas públicas de saúde, pela falta de vontade política dos governantes em priorizar a saúde e, especificamente a saúde da mulher, que nem mesmo tem tido uma previsão orçamentária ao longo desses anos.

A Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher só pode ser efetivamente cumprida dentro de um Sistema Único de Saúde eficiente, real.

Hoje, busca o movimento feminista definir não um programa , mas uma ampla política de saúde da mulher que reduza os riscos específicos à saúde da mulher trabalhadora, à saúde reprodutiva e à saúde mental.

A mulher tem sido uma das principais vítimas da medicalização imposta pelas indústrias através de suas novas tecnologias, principalmente no que se refere à reprodução humana, campo em que se transformou à sua revelia, em cobaia, sem qualquer proteção determinada pelos tratados internacionais de pesquisa em seres humanos (Helsinque II, Manilha e outros).

Diversos organismos internacionais (IPPF, Pathfinder Foundation, Associação Internacional para Esterilização Voluntária, etc) através de mais de 150 entidades brasileiras associadas à ABEPF (Associação Brasileira de Entidades de Planejamento Familiar), além da Bemfan têm atuado impunemente no país, utilizando métodos anticonceptivos (preferentemente os anovulatórios e a esterilização) sem qualquer critério de proteção à saúde da mulher.

Somente a atuação intensa desses organismos pode explicar a queda acentuada das taxas de fecundidade brasileira em tão pouco tempo (de 1967 até hoje).

Através dessas entidades, em convênio com algumas Universidades Brasileiras foram utilizadas, sem o mínimo respeito aos direitos humanos e de cidadania, sem cuidado e rigor científico, drogas como o Norplant que até ser proibido o seu uso trouxe danos à saúde de muitas de suas usuárias, a maioria sem saber a que estavam expostas. Novas tecnologias na área de reprodução estão em pleno uso no país sendo necessária uma ampla discussão envolvendo aspectos éticos, jurídicos, sociais, antropológicos, demográficos, econômicos, teológicos, filosóficos uma vez que essas descobertas científicas têm influído nas relações humanas, afetando liberdades individuais e políticas sociais. Mulheres e homens ainda não se deram conta de que estão sendo transformados em óvulos, espermatozóides, úteros, seus corpos não lhes pertencem, e pouco se tem falado sobre as pessoas, fruto desses processos reprodutivos.

Ainda na questão de direitos reprodutivos precisamos tratar da gravidez não desejada. O aborto é sem dúvida um grave problema de saúde pública, ceifando milhares de vidas de mulheres e a sua descriminalização se faz necessária. A sociedade entende que esse

não é um problema seu e sim das mulheres, por isso as deixa entregues à própria sorte. Mas a mesma sociedade que finge desconhecer o problema incrimina, de forma hipócrita as mulheres pelo aborto. Segundo estatísticas de 1986 o aborto representou 13,3% das causas de mortalidade materna. É importante lembrar a sub-notificação de casos de aborto, o que nos faz pensar em índices maiores.

Os direitos reprodutivos não estão garantidos às mulheres que desejam fazer um planejamento familiar seguro e inócuo à sua saúde. As unidades de saúde não oferecem profissionais preparados e recursos materiais adequados com todos os métodos disponíveis.

Também não estão garantidos quando são negadas assistência ao pré-natal, parto e puerpério. A mortalidade materna e peri-natal constituem-se nos piores indicadores sanitários do país. Sabemos que está intimamente relacionada às baixas condições sócio-econômicas e à má assistência. A taxa média de mortalidade materna no país é de 150 mortes/100 000 nascidos vivos, variando de 35/100 000 a 300/100 000, conforme a região.

Os comitês de Prevenção e Controle de Mortalidade Materna criados apenas em alguns Estados mas que contam atualmente com o apoio do Ministério da Saúde para existirem devem prestar um grande auxílio na identificação de problemas e nas propostas de soluções.

Preocupa-nos a baixa cobertura de prevenção de câncer ginecológico (cérvico uterino e de mama - apenas para 3% da população feminina) e a mortalidade daí resultante.

Um dos mais aflitivos problemas atuais é o crescimento das doenças sexualmente transmissíveis e Aids. As doenças sexualmente transmissíveis (DST) vêm atingindo principalmente adolescentes e produzindo o crescimento de sífilis congênitas (pré-natal mal feito ou inexistente).

Aids cresce em progressão geométrica entre a população feminina que está longe de perceber os riscos que a cerca. Hoje Aids atinge cinco homens para cada mulher, enquanto em 1986 a

proporção era de 126 / 1. As campanhas publicitárias enfocam mal o problema e as práticas educativas atingem um número muito reduzido de indivíduos.

O Climatério não tem recebido qualquer atenção e a falta de orientação às mulheres, as quais na sua imensa maioria preservam temores e preconceitos, afasta-se de exames ginecológicos periódicos.

As doenças que mais acometeram as mulheres em 1986 foram em primeiro lugar as cardíacas (22,8%), seguidas de morte por doenças cerebrovasculares (13,4%), tumores malignos (12,6%), perinatais (7,3%), pneumonias (6%), acidentes (5%) e outras (32.2%).

Dos tumores malignos, 28% ocorreram no aparelho reprodutor.

Entre os 15 e 44 anos a mortalidade materna assume relevância e passa a ser a terceira causa de morte dos 15 aos 24 anos (90% de mortes evitáveis) e a quinta causa de morte dos 25 aos 45 anos.

As mulheres brasileiras das regiões Sul e Sudeste apresentam índices epidemiológicos bem próximos aos dos países do Cone Sul da América enquanto as da região Norte e Nordeste têm índices correspondentes aos das regiões mais atrasadas do Continente.

PROPOSTAS

Diante do quadro epidemiológico traçado são necessárias as seguintes medidas sanitárias:

1 - saneamento básico que inclui tratamento da água servida nas habitações, esgoto tratado com eliminação de valas abertas, despoluição de bacias hídricas, do meio ambiente em geral e tratamento de lixo;

2 - proibição do uso de agrotóxicos, tratamento das zoonoses;

3 - vacinação dos seres humanos e animais para erradicar as doenças transmissíveis, por hospedeiros intermediários e por contaminação direta;

4 - oferta de moradia em condições de habitabilidade a todos os indivíduos;

5 - alimentação adequada, composta de calorias, proteínas, vitaminas e sais minerais necessários ao perfeito desenvolvimento biológico;

6 - emprego e renda familiar que permitam o sustento das pessoas, com total satisfação de suas necessidades básicas, lazer e tranqüilidade;

7 - implantação plena do Sistema Único de Saúde em todo o território nacional que permita o acesso universal aos serviços de atenção à saúde;

8 - investimentos nas unidades de saúde conforme perfil epidemiológico das regiões e eliminação das causas de doenças; pesquisar quais os serviços desejados e priorizados pelas mulheres;

9 - implantação do PAISM (Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher) respeitando-se seus princípios, com proposta orçamentária definida para esse fim. Oferta de métodos contraceptivos e anti-contraceptivos seguros, com redução das taxas de esterilização, prevenção de câncer ginecológico, boa assistência ao pré-natal, parto e puerpério, ao climatério, às doenças sexualmente transmissíveis e Aids. Priorizar o desenvolvimento de métodos que possam ser controlados pelas próprias mulheres. Prevenção, tratamento e reabilitação das doenças cardiovasculares, prevenção e diminuição da violência contra as mulheres. Prevenção das doenças profissionais, abolindo-se a insalubridade nos locais de trabalho, e

10 - fim das discriminações de etnia e gênero. Ações de governantes, profissionais e usuários sob uma perspectiva de gênero feminino, abolindo-se modelos masculinos. Desenvolvimento de práticas educativas referentes às condições que levam à saúde. Programas

de capacitação para despertar em todos os membros da equipe de saúde a sensibilidade para os problemas de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saúde da mulher tem despertado tanto interesse não porque atinge a mais da metade da humanidade, mas certamente porque os governantes têm dado ao tema um tratamento sob a ótica de políticas econômicas, demográficas, sociais, religiosas e culturais, e não sob uma visão de gênero.

Ações anti-éticas e altamente danosas à saúde física e psíquica das mulheres têm sido desenvolvidas ao longo de décadas, direitos humanos têm sido desrespeitados sem serem questionados nem mesmo pelas mulheres que só há algum tempo levantaram suas vozes, ainda não suficientemente firmes, às quais se juntam as de homens com visão humanista.

As mulheres, cansadas de permanentes e variadas formas de discriminações, definem-se como sujeitos da história e pretendem influir em todas as instâncias de decisão. Repudiam o paternalismo e o autoritarismo presentes em todos os momentos de suas vidas, em séculos de submissão.

Defendem o princípio da integridade dos seres que buscam desenvolver suas potencialidades, vivendo em perfeita harmonia.

As próximas Conferências Mundiais sobre População e Desenvolvimento-Cairo/94 e sobre Mulher-Pequim/95 não poderão concluir que serão necessárias mais intervenções sobre o corpo, a saúde e a vida das mulheres para que se execute qualquer modelo de desenvolvimento, ainda que esteja contemplado dentro das propostas feministas.

As vozes das mulheres se farão ouvir e certamente propostas de um mundo plenamente humanizado surgirão, incluindo todos os seres, em defesa da vida e pela Paz.

BIBLIOGRAFIA

1 - CONFERÊNCIA Mundial do Ano Internacional da Mulher - México - 1975 - Plano de Ação para Implementação dos Objetivos do Ano Internacional da Mulher;

2 - CONFERÊNCIA Mundial de Copenhagem - 1980 - Programa de Ação;

3 - CONFERÊNCIA Mundial de Nairóbi - 1985 - Estratégias de Nairóbi para o desenvolvimento da Mulher;

4 - CIOMS International Conference - Ethics and Human: Values in Family Planning - 1988 - Bangkok - Thailand - Lipke, Ana;

5 - CONFERÊNCIA de Direitos Humanos - Viena - 1993;

6 - ENCONTRO Nacional Mulher e População - Carta de Brasília - 28 de setembro de 1993;

7 - VOZES das Mulheres para 1994 - Declaração das Mulheres sobre Política de População;

8 - DIREITOS Reprodutivos e Justiça - Conferência Internacional de Saúde da Mulher para o Cairo 1994 - Rio de Janeiro 1994;

9 - SEMINÁRIO Pobreza e Desenvolvimento - IPEA - 19, 20 de maio de 1994;

10 - CONFERÊNCIA sobre Projetos Estratégicos para o Brasil - maio de 1994 - Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ;

11 - AMOSTRA PNAD - IBGE - 1986;

12 - DADOS da CEPAL - 1990;

13 - DADOS do IBGE - PNAD - 1990;

14 - MULHERES Latino Americanas em Dados - 1993 - Instituto da Mulher - Ministério de Assuntos Especiais da Espanha e Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO.

15 - CARTA da Mulher Brasileira aos Constituintes.

16 - PAISM - Uma Política de Assistência Integral à Saúde da Mulher a ser resgatada - Ana Maria Costa. *Caderno da Comissão de Cidadania e Reprodução*.

17 - SANTOS, Lenir; CARVALHO, Gricho Ivan de. Das Formas de Controle Social Sobre as Ações e Serviços de Saúde. *Saúde em Debate* n. 34/abril, 1992.

18 - MÉDICE, André César. Gastos com a Saúde nas três esferas de Governo - 1980 - 1990. *Saúde em debate* - n. 40/setembro,1993.

19 - CARVALHO, Gilson de Cassi Marques de. O caos no Financiamento da Saúde...no Fundo do Poço. *Saúde em Debate* - n. 33/dezembro, 1991.

20 - *Saúde em Debate* n. 31/março, 1991.

21 - *Informe Epidemiológico do SUS* - Ano II - julho - 93.

Racismo e sexismo –concepto imaginario e real

Thereza Santos

APRESENTAÇÃO

Ser mulher é, antes de tudo, enfrentar alguns preconceitos que não são obviamente de hoje: arrastam-se séculos afora, exigindo um contínuo estado de alerta como se ao sexo frágil pechas discriminatórias lhe fossem impingidas. Quando falo do gênero feminino, remeto necessariamente à história de todas nós, mulheres envolvidas por um silêncio que aos poucos vem sendo arrebatado. Há que se admitir que a História da Mulher é uma História de Silêncios, muitas vezes entremeados de gritos mudos de contestação. Calcada numa socialização deformada, a mulher introjeta um modelo distorcido da realidade a evocar a máxima beauvoiriana "ninguém nasce mulher, torna-se". O "tornar-se" equivale a uma longa jornada cheia de pedras no caminho, como diria Drummond. Os óbices são muitos. As dificuldades, idem. A cada vereda, uma nova perplexidade. E de perplexidade em perplexidade, a estrada se afunila em parcos horizontes. Mas, o imaginário feminino não cansa de renovar e questionar os estereótipos que lhe foram instados. E a luta

começa todos os dias , como se as frestas da janela indicassem luzes renascedouras. Auroras que se repetem na tentativa de sugar esperanças e ilusões da criança ainda imberbe de desencantos. As idiosincrasias sociais reclamam confrontos que se dão em meio à turbulência de múltiplas indagações. Urge que o ser humano seja elevado à verdadeira e única condição , aquela condigna à sua natureza frágil e efêmera , porém hercúlea na capacidade de segurar rosas.

Se a mulher branca advém de um processo discriminador , o que dizer da mulher negra abafada por outras opressões : a de gênero, a de raça quando não também a de classe. Procurando discutir a problemática sob o ângulo étnico-social , o IV Congresso Afro- Brasileiro (IV CAB), realizado na Fundação Joaquim Nabuco , Recife, Pernambuco, Brasil, entre 17 e 20 de abril de 1994, procurou adotar uma linguagem versátil de modo a congregar acepções as mais variadas. Para tanto, percorreu aspectos pertinentes à situação da mulher, abrangendo temas diversos. A idéia recaiu na necessidade de enfocar múltiplas variáveis que perpassam a ideologia da submissão feminina, estendendo-a à categoria étnica, para , desta maneira, abraçar um leque pluralista que retratasse com fidedignidade a moldura de um rosto há muito dirimido pelo traçado

social. Atitudes reducionistas foram afastadas. Impossível seria esboçar o perfil da mulher negra adotando uma metodologia unilinear, apegada a conservadorismos infecundos e à miopia de visões limitadas. Na verdade, de tudo foi feito para que, com o máximo de realismo, o IV CAB atendesse aos seus objetivos precípuos, ou seja, aos princípios básicos do I Congresso Afro-Brasileiro, acontecido no Recife, em 1934, sob a égide de Gilberto Freyre. Naquele evento pioneiro, observou-se a maciça participação da sociedade através da adesão de acadêmicos, babalorixás, militantes e estudiosos das questões afro/africanistas. À semelhança de 34, o IV Congresso Afro-Brasileiro priorizou os vieses multifacetários das relações étnicas, com tônica predominante no negro, trazendo à luz uma gama complexa de discussões.

Este livro, o primeiro de uma série de quatro (série IV CAB), ancora-se na dinâmica do Evento e agrega opiniões de acadêmicos e militantes, visando corresponder à natureza plural do Encontro, que conseguiu carrear no seu bojo a noção de complexidade ao anelar-se em tempos, em vidas e em portos diferentes.

Uma pergunta merece ser realçada: qual o papel da mulher negra numa sociedade hierarquizada em classes

econômicas sociologicamente estruturadas? A concentração de renda por si só já acarreta sérias exclusões provenientes de um modelo perverso, no qual pobres são marginalizados, situando-se na base da pirâmide do poder. O ápice corresponde às elites dominantes, que asseguram as suas vantagens em detrimento de posturas igualitárias capazes de minimizar fossos sócio-culturais. Acentuam-se os hiatos, e a mulher negra parece ocupar os veios menos favorecidos desta sociedade, secularmente defensora de valores masculinos, arianistas e capitalistas. Categorias como gênero e raça se associam em parâmetros dualistas; o homem se locupleta de emblemas vitoriosos enquanto a mulher se defronta com "lições" inferiorizantes que a fazem objeto de uso e consumo de uma circular marginalidade. O trinômio gênero, raça, classe congrega raízes de sujeição emanadas de um passado prospectivamente impulsionador de um futuro próximo ou distante.

Às portas do século XXI, as contradições persistem. Persistem na apologia de sistemas paradigmáticos e, persistem, principalmente, nas diferenças que vão incidir sobremaneira no sexo e na cor. Ao se falar em macho X fêmea, seguramente há que se remeter às diferenças que ressaltam especificidades antes enaltecidas que menosprezadas. Mas ser

diferente não é ser desigual. Heleieth Saffioti descreve com clareza e lucidez: "Ocorre que todas as sociedades conhecidas apresentam , em maior ou menor grau, o fenômeno da supremacia masculina. Isto equivale a dizer que as diferenças existentes entre homem e mulher são convertidas em desigualdades , em detrimento da mulher , pólo dominado- explorado , embora longe de ser passivo (Saffioti e alii, 1992a; Gordon , 1988). " O fenômeno da conversão das diferenças em desigualdades apresenta natureza *social e não -natural* , o que abre ilimitadas possibilidades de transformações. Em outras palavras, o *masculino* assim como o *feminino* , são socialmente construídos." (Saffioti, 1994, pg 2). Com base no retardar das mudanças , continua Heleieth: "a ideologia de gênero tenta naturalizar práticas discriminatórias contra a mulher , socialmente construídas ao longo de milênios. O processo de naturalização do social , não exclusivo do gênero , mas comum às relações de raça/etnia e de classes sociais , oculta possibilidades de transformação . Na medida em que se apresentam as inferiorizações femininas como naturais , elas deixam de ser passíveis de mudança".(Op. cit. pg 7,8). Do que se conclui que essa naturalização do social ratifica construções culturais sinalizadoras de dualismos . As oposições se firmam, postergando alternativas conciliadoras . De um lado, a superioridade de figurinos

machistas , tão falocráticos e egolátricos; do outro, a ciranda epidérmica a definir fotografias racistas , preconceituosas e dicotômicas. Neste palco de diferenças/desigualdades, a mulher negra recebe um grande fluxo de incongruências , o que provoca um acirramento nas diferenças acentuadas pelo processo de introjeção. Desde criança , o seu mapa cognitivo acolhe discrepâncias as mais exóticas com vistas a corroborar o **status quo** vigente , aquele que beneficia os preceitos machistas e depaupera o já pálido modelo feminino. A luta da mulher é uma luta permanente ;a da negra ainda mais contundente porquanto se apóia em elementos discriminatórios , duplamente ou triplamente - se for pobre- distanciados da mística humana.

Não são poucas as diferenças imputadas ao gênero e à raça. Diferenças que deveriam existir para exaltar as particularidades do ser e não para diminuir as suas potencialidades . Enquanto a sociedade conviver e aceitar ditames longínquos de qualquer justiça social , as fendas serão robustecidas e colaborarão para aumentar as distâncias que já ocorrem. Vale rever o passado e acender lamparinas nos corredores escuros; vale recriar a história que foi contada e acreditar na força de cada um , sujeito de grandes transformações; vale homenagear o riso da infância para, a partir daí,

adubar o canteiro de açucenas ; vale olhar para o céu e distinguir as estrelas que alumiam a noite na esperança de reavivar as próximas alvoradas; vale redefinir modelos arcaicos , avaros de felicidade; vale exaltar hinos de amor , unindo ideologias de homens e mulheres , que, juntos, edificarão mundos mais equânimes; vale sorrir, mesmo que os crepúsculos se prolonguem em tardes intermináveis. Não há noites eternas nem dias infinitos. A menor partícula do oceano se renova na erosão do vento e das águas que não param de dançar a coreografia da esperança. O tempo não estanca as pegadas do caminho. Elas vão e voltam a delinear imagens que se fixam na memória de cada um. Do ontem ao hoje , conquistas acontecerão e hão de acontecer através do sonho que jamais deve ser olvidado.

Acredito no sonho. E como acredito! Se no agora os conflitos entristecem as alvoradas , no amanhã, delas eclodirão momentos outros , às vezes diametralmente opostos e repletos de expectativas prazerosas. Que as utopias alimentem o barco, que não se cansa de fustigar alento para prosseguir na peleja da contextualização. As circunstâncias , orteguianamente exaltadas, existem e consubstanciam fragmentos que são parte da humanidade. Simbolizam a particular essência da individualidade coletivizada no imaginário junguiano.

A plagiar Unamuno , os preconceitos me doem .
Como a Espanha lhe doeu. Dor que se infiltra lá dentro da alma a reclamar o diálogo entre os homens ; a exigir o aperto de mão entre machos e fêmeas, entre brancos e negros. Que mais poder-se-á cobiçar senão o sonho de recriar o mundo ou de reinventá-lo à Cecília Meireles ? Não . Não quero acreditar que os dualismos se perpetrem no século XXI, quando os olhos se cruzam e denunciam as discriminações quase a rogar por preces ecumênicas que afaguem o cabelo dos carentes, dos humildes, dos oprimidos...

Há que se ter esperanças . Cultuá-las com o mesmo ardor de quem reza a fé no advir. A todos nós cabe uma parcela de responsabilidade. A omissão é o maior dos pecados e a mais cômoda das posições. Deixar de ver o que se apresenta meridianamente claro é deixar de viver, é sentar na platéia e aplaudir o espetáculo como se os personagens apenas interpretassem a ficção, longe de qualquer realismo. Mas, a arte imita a vida. E a vida imita a arte. Em nenhum momento se afastam , antes se confraternizam num encontro verdadeiro. Da arte e da vida explodem emoções que devem ser dramatizadas ou comediatizadas na tristeza ou na alegria do ato existencial. Que as conquistas continuem consolidando a dialética dos sexos e das raças. Que as discriminações diminuam e ofertem lugar à

eugenia de sentimentos. Que os paradoxos sirvam para celebrar a unidade e não para aplaudir paralelismos , poços de ortodoxias imutáveis na sua natureza imprópria e irreduzível.

É preciso transformar. Transformar os valores; reanimar sentimentos; fortalecer solidariedades. O mundo sem preconceitos será vitoriosamente um mundo melhor , aconchegante e receptivo a todas as raças e a todas as gentes . Taças se levantem e brindem os encontros numa atitude simbólica de arroubos confiantes no espírito original da humanidade.

Com enfoques diversos , todos remetendo a questões da mulher negra, aviltada na sua condição de raça , de gênero e, algumas vezes, de classe , este livro reúne textos dos mais variados autores que participaram do IV Congresso Afro-Brasileiro. Corresponde a um painel rico de informações com matizes atenuados ou contundentes do mundo afro/africano: suas raízes, sua estrada, suas glórias ,suas derrotas, seus desejos, seus sonhos, suas utopias... A Tereza Santos, a Hélio A. de Moura, a Delcele Mascarenhas Queiróz, a Aurélio Molina, a Vera Cristina Souza, a Michel Adam, a Lucidalva Maria do Nascimento, a Suely Carvalho, a Yêda Pessoa de Castro, a Edileuza Penha Souza, a Dayse Reis, a Eliúde Alves Ferreira da Costa, a Inaldete Pinheiro de Andrade, a Alzira Rufino, a Ana Rosa Lehman

Carpozov, a Islene Carvalho, a Heleieth Saffioti, a Ana Maria Cantalice Lipke, os meus mais profundos agradecimentos.

Um especial agradecimento à Fundação MacArthur, que, sempre na inquietação de entender a sociedade, aliada à capacidade de mergulhar no âmago do fenômeno sociológico, não mediu esforços para que o IV Congresso Afro-Brasileiro se concretizasse, vez que a problemática étnica/ negra se insere entre as suas grandes preocupações.

Ainda devo um agradecimento: a Anatailde de Paula Crêspo, Assistente de pesquisa do Instituto de Pesquisas Sociais (INPSO), da Fundação Joaquim Nabuco, que, com sua competência, inteligência e amizade, ajudou na copidescagem dos textos aqui reunidos. O aceno solidário e a incondicional presteza consolidam-se num profissionalismo inigualável que faculta à sua personalidade um caráter íntegro, sempre atento à euforia e à lágrima de todos os que quotidianamente atravessam os obstáculos da vida. A colaboração da querida Anatailde foi inestimável.

Por fim, mas não por último, a maior das minhas homenagens: a Cheiwa Spindel, mulher notável que, com uma sensibilidade à flor da pele, consegue acolher os sentimentos do mundo em gestos de puro humanismo. Tenho por ela uma admiração

que escapa à magia das palavras. Rendo-me à simplicidade de dizer apenas que os flamboyants desabrocham os meus afetos num terno abraço de reconhecimento.

Não poderia deixar de encerrar sem recorrer a palavras que não são minhas, mas que metaforizam imagens belíssimas na força linguística de um Fernando Pessoa:

"Se em certa altura
Tivesse voltado para a esquerda em vez de para a direita ;
Se em certo momento
Tivesse dito sim em vez de não , ou não em vez de sim ;
Se em certa conversa
Tivesse dito as frases que só agora , no meio-sono , elaboro-
Se tudo isso tivesse sido assim,
Seria outro hoje, e talvez o universo inteiro
Seria insensivelmente levado a ser outro também."

Fátima Quintas

Casa-Grande das Ubaías
Recife, 16 de dezembro de 1994.

RACISMO E SEXISMO - CONCEITO, IMAGINÁRIO E REAL

Thereza Santos^{*0}

É em Aristóteles que vemos a primeira expressão de racismo como justificativa para diferenças entre classes. Esse mesmo princípio pode ser observado na segunda metade do século XIX e início do século XX, período áureo do racismo, quando se tentou explicar a superioridade dos governantes por diferenças encontradas no tamanho dos crânios humanos.

Mas, o expoente maior do racismo do século XIX surge na figura do conde Gobineau, que pretende escrever uma filosofia da história a partir de características raciais: a raça superior é a ariana, da qual faz parte a nobreza francesa, enquanto os servos seriam da raça greco-romana. As suas verdades são, conforme sua teoria, facilmente provadas: segundo ele, se a China teve um período de desenvolvimento da civilização, isso só pode ser explicado pela presença de um núcleo da raça branca, pois os amarelos seriam incapazes de criar a civilização.

Sua teoria é, sem dúvida, absurda, mas justifica a supremacia e o desejo do domínio europeu sobre os países menos desenvolvidos. Essa justificativa era mais sutil do que parece. Num primeiro momento, o europeu não chegava a sentir conflitos ideológicos com seus ideais democráticos e liberais porque, afinal, era uma diferença natural.

Em segundo lugar, o racismo parecia justificado pela teoria evolucionista de Darwin e também sob este aspecto se harmonizava com o pensar europeu. Já que o homem resultava de uma longa evolução, na qual sobreviveram os mais capazes, várias raças estariam em estágios diferentes de evolução, e as menos capazes deveriam ser destruídas pelas mais fortes e aptas.

0 * Membro do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo.

Assessora de Cultura Afro-Brasileira da Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo.

Como contraponto a estes conceitos, temos a realidade da⁰ civilização africana que, contrariando esse pensamento europeu, apresentava, desde o século V, um enorme desenvolvimento sócio-econômico, e, de maneira grandiosa, mostrou-se, enquanto raça, poderosa e forte a ponto de resistir a todas as adversidades que lhe foram impostas, negando, na prática, o modo de pensar hegemônico do século XIX.

Essa teoria vai nortear todo o século XIX, e infelizmente, o conceito e reflexo dessa linha de pensamento perduram até hoje.

Vimos essa teoria bem desenvolvida em Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, e a vimos melhor descrita no romance naturalista brasileiro *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo, publicado em 1880.

Azevedo reserva a um dos personagens centrais da célula narrativa - o português Jerônimo - todos os atributos conferidos à raça superior branca, como força, persistência, previdência, gosto pelo trabalho, competência profissional etc... No entanto esse imigrante vai se envolver com Rita Baiana - mulata luxuriosa, alegre dançarina, de carne dura, nádegas proeminentes que representavam um verdadeiro convite ao prazer. Rapidamente, Jerônimo, ao se vergar ante a sua sensualidade de mulata, vai sendo contaminado pela sexualidade livre e pelo arrebatamento apaixonado que só aquela "fogosa" podia lhe dar. Ao se amasiar com Rita, ao se "aclimatar" ao país (troca o fado pelo samba), torna-se dengoso, malemolente, amigo das extravagâncias, acomodando seu espírito de luta e ordem e passando a valorizar o prazer e, conseqüentemente passando a ser desprezado pelos seus.

É importante verificar os valores que se atribuem às relações raciais. Enquanto Jerônimo mantinha relações assépticas e comportadas do ponto de vista da moral cristã, com sua esposa portuguesa, era um respeitado; era um bom português. No momento em que foi seduzido pela envolvente beleza e alegria de Rita Baiana, passou a ser marginalizado e durante todo o romance perpassa essa

questão: sexo/raça. Ao se abrigar, não consegue mais vencer na vida e permanece mulato junto à população mestiça do cortiço.

Envolver-se com negros, mulatos ou mestiços é, a um só tempo, prazeroso e pecaminoso. Na senzala as boas e gordas negras vinham aleitar os filhos dos brancos na casa-grande com seus fartos seios, enquanto as negrinhas jovens e bonitas iam sendo "abatidas" pela fúria sexual do branco colonizador europeu, que desenvolvia toda sorte de fantasia erótica.

E não ficava só entre os homens. As mulheres brancas, em geral mal-amadas por seus diletos e respeitosos maridos, ardiam de desejos pelos viçosos negros que lhes prestavam serviço. Não é por acaso essa máxima que até hoje vive entre nós; "todo negro é bem-dotado e bom de cama". A fama de ganhão e amante ardoroso ainda reina.

Objeto de prazer e sevícias dos senhores de escravos, a única mudança foi de dono: continuamos levadas a viver por séculos nossa sexualidade no silêncio sem direito a desejos e prazeres, e continuamos assistindo aos homens a dissertarem sem nenhuma dúvida ou constrangimento as técnicas de nos transformarem em fêmeas felizes e saciadas. Mas, ao mesmo tempo, utilizando-nos e explorando-nos.

Vítima constante de violação, discriminação e racismo, a mulher negra não tem base de apoio para reagir, já que o movimento negro dirigido, via de regra e por falta de uma maior visão política, ainda reproduz o conceito machista.

As instituições governamentais não possuem qualquer compromisso com o povo, com as reivindicações dos movimentos populares; são elites e refletem o pensamento da sociedade que representam. Portanto, quando assumem qualquer postura é de fachada, forma de responder aos reclamos dos movimentos populares.

A delegacia contra a discriminação, em São Paulo, é um exemplo. Criada como defesa contra a discriminação de toda espécie, tem pautado sua atuação na preocupação primordial da descaracterização do crime racial, apesar da Constituição.

Só recentemente, o negro conseguiu ter consciência de uma forma de preconceito e discriminação desenvolvida pela sociedade e, portanto, não consegue ainda ter uma dimensão da violência mental, acabando por tutelar mecanismos premeditados de discriminação. A tutela é repetida exaustivamente.

Algumas considerações :

- Quem iniciou o processo de desunião dos negros logo à chegada no Brasil ? Foi o elemento branco dominante, evidentemente com o objetivo de dificultar a comunicação e, conseqüentemente, a rebelião contra a sujeição escravagista.

- Quando os brancos estão unidos, afora atuarem em conjunto contra a ascensão sócio-econômica do negro, vivem mais separados que os negros. Exemplo disto é : a criação de vários partidos políticos, que demonstra claramente a sua divisão. Ou foram os negros que inventaram as divisões partidárias?

Existem alguma fórmulas quando se trata da participação da mulher negra na publicidade, todas baseadas no dito popular racista: "Branca é para casar, mulata para fornicar e negra para cozinhar".

Esta visão confirma a idéia de que a mulher negra de pele mais escura deve estar eternamente confinada à cozinha, escravizada, portanto, enquanto a negra de pele mais clara é objeto de prazer sexual, uma máquina contínua de orgasmos. O Brasil da democracia racial transformou a imagem da mulher negra "mulata" em objeto sexual, próprio para o " marketing " do país. Hoje é o cartão postal do Brasil em vídeos que associam o carnaval brasileiro à orgia sexual da "mulataria".

A Constituição afirma a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Este princípio no entanto, não é respeitado:

* **Na área da família**, a representação "legal" é do homem; a administração dos bens do casal compete "consensualmente" ao marido. O pátrio poder é exercido preponderantemente pelo marido, o

qual provê a manutenção da família, embora a mulher seja obrigada a contribuir para as despesas do casal com o rendimento dos seus bens.

* **Na área de trabalho**, vivemos a realidade do trabalho igual x salário desigual, baseada na realidade sociológica do mito da inferioridade da mulher. Ancorado na lei não escrita ou assumida do racismo, a mulher negra é a mais violentada nas desigualdades praticadas no mercado de trabalho, tendo que se sujeitar ao trabalho na escala mais inferior da pirâmide social.

Na aplicação do direito criminal, principalmente nos crimes passionais, na violência física contra a mulher, vigoram os valores machistas, trazendo em consequência a impunidade, acobertada pela "honra" do homem.

Além da violência de não sermos senhoras do nosso corpo, somos massacradas pela violência biológica através do controle de natalidade, vez que somos responsabilizadas a assumir o controle do planejamento familiar e, conseqüentemente, do método de contracepção que, via de regra, leva ao uso habitual das "pílulas" , o que pode acarretar numa maior incidência do câncer de mama e do útero e de esterilidade da mulher. Ficam demonstrados os efeitos perversos em seus diversos aspectos da ideologia machista, assim como do sexismo, tanto quanto do racismo. Sinalizam componentes de massacre da mulher negra.

Isto nos leva a perceber a forma de violência psicológica enfrentada pela mulher negra, que vem de um processo sistemático de destruição de sua identidade e valores. Não temos espelho e os meios de comunicação são o maior agente desta violência, dado que, via de regra, nas novelas não existem famílias negras e raramente, quando aparecem, são de forma esterotipada, com valores irreais. Enfim, mostram-se baseados numa visão racista já que os meios de comunicação sempre estiveram nas mãos da classe dominante, portanto refletindo a postura e visão da elite.

Na base dos valores defendidos pela sociedade brasileira, o negro deve estar sempre colocado na posição de dar sem nada receber. A publicidade reflete esta visão porque espelha esta sociedade, e ela não é revolucionária, já que se alimenta destes

valores, sendo, portanto, preconceituosa. O conceito publicitário em relação aos negros é baseado na seguinte regra: **Preto não vende, preto não compra**. Não considerado nos escalonados tipos de consumidores, com base no racismo arraigado contra o negro, fortalecem os estigmas da mulher negra, duplamente discriminada.

O conceito da "tutela" nos leva ao sentimento de inferioridade, que leva à subordinação e à conseqüente perda da identidade racial.

Qual é a cara do Brasil ? Se a questão for baseada nos dados oficiais fornecidos pelo IBGE, em levantamento apurado em 1992, o universo da população brasileira estaria assim distribuída : 5% de "pretos" ,55% de "brancos" e 39% de uma raça estranha, classificada como parda. Em 1990, a população negra oficial, segundo o mesmo IBGE, era de 6%. Isto nos leva a perceber que o Brasil consegue "embranquecer" com uma velocidade espantosa, com o auxílio da metodologia da auto-classificação usada pelo IBGE, porque dentro da ideologia do branqueamento, o Brasil "oficial" escolheu a figura branca como a representante ideal do povo brasileiro. Este mecanismo racista desenvolvido pelo poder dominante é, na realidade, uma clara manobra de destruição da identidade racial.

Na luta pela sobrevivência fomos levados a renegar nossa cor, valores e origens, obrigados que somos a assumir os ideais de outro povo.

Fruto deste processo, temos um movimento negro em total imobilidade , sem condições de dar respostas às necessidades básicas da comunidade afro-brasileira, o que significa a total falta de condições para ampliar o papel para o qual aparentemente foi criado.

Precisamos ter consciência e coragem para resgatar nossa função , ação e conseqüente atuação.

SAÚDE REPRODUTIVA E CONDIÇÃO FEMININA NA REPÚBLICA DE ANGOLA

Hélio A. de Moura^{*0}

Situado entre os meridianos de 11° e 24° leste e entre os paralelos de 4° e 18°, Angola é um país que cobre uma superfície de 1.246.700 km² (pouco maior do que a superfície do Estado do Pará: 1.227.530) e que deve contar, atualmente, com uma população estimada em 11 a 12 milhões de habitantes. Em relação à dimensão populacional, o território angolano pode ser classificado de sub-povoado, dada sua baixa densidade demográfica de apenas 8 a 9 habitantes por km². (bem mais elevada, contudo, que a do Estado do Pará).

O país limita-se com o Congo e o Zaire, ao norte; com o Zaire e a Zâmbia, a leste; com o Oceano Atlântico, a oeste; com a Namíbia, ao sul. Da partilha de África pelas potências coloniais, na conferência de Berlim, no século passado, resultou, no caso de Angola, uma grande diversidade de etnias, línguas e costumes. Destacam-se como principais grupos etno-linguísticos os Bakongo, Nanguela, Chokwe, Humbe, Mbundu, Nhaneca, Ovambo, Ovimbundu, Koissan, etc. Atualmente, o idioma português já é bastante falado no país e funciona como língua principal de contato entre as populações dessas várias etnias. Também foi adotado como idioma oficial do país quando da fundação da República Popular de Angola, em 1975, e desde então seu uso e sua difusão têm-se generalizado.

Menos pela dimensão absoluta de sua população e de sua densidade demográfica, há todo um elenco de questões relativas à problemática populacional angolana, dentre as quais eu me atrevo a classificar como mais preocupantes:

- os altos níveis de fecundidade e de mortalidade geral e infantil (inclusive por óbitos evitáveis) que evidenciam o alto

0 ^{*} Demógrafo da Fundação Joaquim Nabuco

"desperdício reprodutivo" que prevalece no seio da população angolana;

- o elevado ritmo de crescimento que o efetivo populacional angolano já apresenta (2,9% a.a) e que muito provavelmente poderá vir a intensificar-se em futuro próximo;

- a crescente tendência à desigualdade que se está a verificar na distribuição espacial da população e entre quadros urbanos e rurais de domicílio;

- o intenso êxodo migratório para as grandes cidades (Luanda, Huambo, Benguela, Lobito, Malange, etc) e suas consequências desfavoráveis em termos de uma urbanização exacerbada e caótica (quase 40% da população já residem em cidades);

- a grande juventude da população angolana, que eleva a carga de dependência sobre a população econômica ativa e traz a curto prazo consequências desfavoráveis à geração de poupança e conseqüente canalização de investimentos produtivos;

- os elevados níveis de emprego e desemprego que afetam a força de trabalho angolana;

- a posição subalterna a que está relegada a mulher na sociedade angolana, inclusive no meio urbano;

- o quadro generalizado de carências sociais (agravado pela guerra) que afligem a população e que se traduzem ou se refletem tanto em baixa renda e baixa produtividade de força de trabalho como em altos custos sociais decorrentes do agravamento e perda de eficácia do sistema de ensino do país, assim como da prevalência de um estado de saúde pública cujos quadros de morbidade e mortalidade são extremamente graves (inclusive pelo surgimento da AIDS).

Assim, no caso de Angola, como no de muitos outros países africanos, há que refletir sobre todo um elenco de problemas que se

relacionam fortemente entre si e, de maneira mais ampla, com toda a problemática do desenvolvimento sócio-econômico daquele país irmão.

Mas não podemos tornar-nos enciclopédicos em Congresso como este. Teremos, portanto, de tratar ou tangenciar, tanto quanto as informações permitirem, a temática desta mesa. Assim é que do ponto de vista da Demografia, principiarei por dizer algumas coisas sobre a vida e saúde reprodutivas da mulher angolana, para, em seguida, referir-me à condição feminina naquele país e, finalmente, encerrar esta minha participação com breves informações e comentários sobre os fundamentos de uma política demográfica que se começa a esboçar naquele país, principalmente no que se refere ao quadro de ações voltadas para a proteção da saúde materna infantil, e melhoria da condição feminina.

II

Em Angola, as mulheres casam-se (unem-se) muito jovens, frequentemente logo após a puberdade. Segundo as informações disponíveis com relação a algumas províncias angolanas, a mulher ali contrai núpcias numa idade que se situa entre 17,5 e 19,2 anos, o que traduz, portanto, uma idade ao casar relativamente precoce, como parece acontecer na maioria dos países africanos.

Segundo Kodi-Samba, a idade média ao primeiro casamento situava-se, por volta de 1983/85, em 23,2 anos para o sexo masculino e em 18,5 anos para o feminino. Ali a idade média ao primeiro casamento ou à primeira união marca também o início do período reprodutivo. De fato, como é ocorrência generalizada em África, casamento e fecundidade são fenômenos que se acham estreitamente associados.

Além de ser precoce, a nupcialidade é também intensa em Angola: 95% dos homens e 94,5% das mulheres terminam por casar. O celibato definitivo constitui uma situação excepcionalíssima, sobretudo o celibato deliberado sem filhos.

Uma outra característica da nupcialidade angolana é a sua instabilidade. A proporção de casamentos interrompidos por divórcio atinge níveis não desprezíveis, que se situam ente 5,8% e 13,0%. Observei que as províncias fronteiriças do norte são aquelas mais afetadas e que apresentam proporções mais elevadas, como são nomeadamente os casos de Cabinda (13%) e Zaire (11%). São províncias habitadas majoritariamente por populações de etnia bakongo, o que pode ser uma hipótese explicativa (não houve acesso aos dados censitários da República do Zaire).

No conjunto, o divórcio e a separação incidem mais sobre a mulher (80%) do que sobre o homem (20%). É fenómeno antigo, já evocado em estudos portugueses um tanto remotos sobre a população negra de Angola. E as razões explicativas seriam complexas:

- as condições e os processos matrimoniais: o casamento forçado, por exemplo, seria vivenciado como uma restrição da qual a mulher sempre procura se libertar;

- além disto, haveria razões de natureza institucional e econômica, tais como a poligamia e os deslocamentos dos homens em busca de trabalho ou de melhores condições de vida, (inclusive guerra, nos tempos modernos) e toda uma série de ocorrências semelhantes que provocam, geralmente, a instabilidade dos casais.

As ruturas das uniões por viuvez também dizem respeito muito mais ao elemento feminino (82%) do que ao masculino (18%). Trata-se de um fenómeno que se deve em grande parte à sobremortalidade masculina. O impacto da viuvez ocupa lugar de destaque em todas as províncias de Angola, e não pode ser atribuído basicamente à guerra civil que assola o país desde 1975. É uma tendência antiga já identificada por ocasião dos censos coloniais portugueses. Mas implica quase sempre em um recasamento da mulher, que prossegue, assim em sua vida reprodutiva.

À semelhança do que se verifica em Africa em geral, a descendência numerosa caracteriza a fecundidade da mulher angolana. Com um índice sintético de fecundidade a variar em torno de 8,8 filhos por mulher, com a idade média da mulher sendo de 27

anos à maternidade, Angola situa-se como um dos países africanos detentores dos índices de fecundidade mais elevados, superiores, por exemplo, aos do Quênia, Malawi, Ruanda e Zâmbia. Por sua vez, a estrutura da fecundidade por idade caracteriza-se por uma grande amplitude dos nascimentos ao longo de todo o período reprodutivo, sendo a moda da distribuição encontrada nas classes de 20-24/25-29 anos.

As razões para essa descendência numerosa são de ordem demográfica, histórica e sócio-cultural. A persistência dessas razões é tanto mais notável pelo fato de subsistir tanto no meio rural, como, de forma ainda bem viva, no meio urbano. Uma das fortes razões para a elevada fecundidade que prevalece em Angola deve estar ligada à elevada mortalidade perinatal e infantil que se verifica no país. Os elevados níveis de fecundidade prevalecente em Angola seriam necessários para compensar as inúmeras perdas de vidas humanas e os desfalques causados pela mortalidade. Ainda hoje, a mortalidade infantil é estimada em cerca de 160 a 180 por mil e permanece como um flagelo quotidiano que se mostra bem presente e atuante, mas ao qual as famílias e mães angolanas já parecem acostumadas e, infelizmente, resignadas. É impressionante! Ainda morre uma criança de cada grupo de seis antes de completar o quinto aniversário, o que é outro indicador a traduzir o precário estado de saúde da população.

A utilização de métodos anticoncepcionais modernos em Angola ainda é muito limitada. Os primeiros passos tendentes a implantar atividades de planejamento familiar foram dados em 1984, em harmonia com orientações emanadas do Ministério da Saúde. Desde 1985, vem FNUAP (Fundo de População das Nações Unidas) patrocinando um projeto nesse campo, de abrangência porém bastante limitada. O planejamento familiar, como ação de Governo, está estabelecido e integrado dentro de um programa mais amplo de ações voltadas para a proteção de saúde materno-infantil, que inclui ações de acompanhamento das grávidas, de formação e reciclagem das parteiras tradicionais, etc. Dentro do mesmo Departamento Nacional de Saúde Materno-Infantil incluem-se o Programa Alargado (Ampliado) de Vacinação, o Programa de Combate às Doenças Respiratórias e Diarréicas Agudas, o Programa de Nutrição e o Programa de Acompanhamento da Criança. Apesar de todas as limitações e percalços que têm tolhido as ações e o cumprimento dos

objetivos desses programas há que ressaltar o fato de o Ministério de Saúde buscar sempre uma integração entre eles.

No entanto, a cobertura do planejamento familiar em Angola é ainda muito reduzida (cerca de 22,7 mil mulheres em 1992). Por sua vez, os índices de mortalidade materna e infantil continuam preocupantes. Estima-se entre 800 a 1.000 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos a grandeza da taxa de mortalidade materna institucionalizada que se registra anualmente em Luanda. Se tivermos em conta que apenas 48% dos partos realizados em Luanda são institucionalizados e que apenas uns 19% daqueles realizados em todo o país também o são, tem-se uma idéia da situação calamitosa que prevalece com respeito à saúde reprodutiva da mulher angolana.

De fato, alguma prática no tocante à utilização da anticoncepção através dos chamados meios modernos é o apanágio de um reduzido número de mulheres, residentes principalmente nas cidades importantes, sobretudo em Luanda, Benguela e Huambo (antes de ser destruída). Ademais, esse tipo de anticoncepção quando praticada, orienta-se muito mais no sentido de espaçar nascimentos do que de preveni-los.

Não obstante, vale dizer também que a mulher angolana, como a africana em geral, sobretudo a do meio rural, menos afetada pelas práticas "civilizatórias" ocidentais, procura respeitar rigorosamente a prática de espaçar os nascimentos. Aquelas que desafiam conscientemente ou por imprevidência as proibições ou os tabus expõem-se à reprovação da família e a críticas por vezes violentas da comunidade. A mulher angolana apresenta um espaçamento, entre os nascimentos, relativamente amplo, o qual é obtido através de métodos tradicionais de regulação da fecundidade, como o aleitamento materno, a abstinência sexual pós-parto, o recurso à medicina tradicional ou a práticas mágico-religiosas e, também, o aborto. O intervalo intergenético médio da mulher em Angola é da ordem de 37 meses, o que inclui o país dentre aqueles congêneres africanos onde essa duração é mais prolongada - Benim (37,2 meses), Ghana (39,1 meses), Lesotho (38,2 meses).

O aleitamento materno é prática quase que generalizada em Angola. Em Luanda, a sua duração média é de cerca de 12 meses,

sobretudo a nível das camadas mais populares. Comparativamente a áreas urbanas do Zaire , como Kananga, Kinshasa, Kisangani e Lubumbashi, o aleitamento materno em Luanda mostra-se algo menos prolongado.

A abstinência sexual pós-parto é uma precaução anticoncepcional bastante privilegiada em Angola. A tradição estipula que o filho deve aprender a andar corretamente e liberar mais ou menos a mãe de maiores cuidados antes de que esta venha a incidir em uma nova concepção . A inobservância desta prática expõe a mãe a severas reprovações de sua família e de sua comunidade. Os casais devem respeitar uma abstinência de 2 anos ou, pelo menos, até o desmame da criança de maneira a preservar a saúde da mãe e do filho.

O recurso a plantas medicinais e a práticas mágico-religiosas também é outra forma de espaçar os nascimentos à qual recorrem frequentemente as mulheres angolanas. A medicina tradicional conhece plantas cujos princípios ativos intervêm como meios anticoncepcionais. Raízes, cascas, sementes, folhas, frutos, grãos , etc, são utilizados sob diferentes formas: pós, poções, pílulas, supositórios, etc. Os resultados obtidos, segundo os médicos e médicas tradicionais (curandeiros), são mais ou menos satisfatórios segundo as dosagens, os períodos e as formas de aplicação . As plantas mais utilizadas são as raízes do mamoeiro (em decocção); as folhas e as raízes do quinquelibá (em infusão); as folhas, os frutos e as raízes do tamarindo (em infusão); a água acidulada do sumo de limão que serve para ablução ou para lavagens antes e depois das relações sexuais, etc.

Quanto ao aborto, ele não é oficialmente autorizado. Não existe, para o efeito, uma atitude intervencionista do Governo. Mas, como se diz em Angola, "deixa-se andar", sem realmente estimular.

Não há, obviamente, informações precisas e abrangentes sobre a prática do aborto no país. Diz-se frequentemente que, pelo fato de as pessoas desejarem um número elevado de filhos, é uma ocorrência rara e reservada apenas àqueles casos nos quais o nascimento significa um contratempo. Contudo, há fortes indícios de que se recorra ao aborto em Angola com bastante freqüência,

principalmente para recusar a gravidez num determinado momento do que para evitar filhos para sempre.

Recentemente, estudo estatístico desenvolvido na Maternidade Lucrecia Paim de Luanda e baseado em 2.445 casos de abortos provocados revelou que 67.8% deles foram clandestinos, contra 32,2 % hospitalares, sendo que 61% das mulheres solteiras abortaram clandestinamente e 51% das casadas o fizeram no meio hospitalar.

III

Com a Independência, a mulher passou a assumir em Angola uma posição de algum destaque na vida social, política e administrativa do país, pelo menos em termos comparativos à maioria dos países africanos. Seu papel tem sido também proeminente nas chamadas organizações de massa. Em 1991, por exemplo, a Organização de Mulher Angolana dizia congregar mais de 1,3 milhão de membros.

No todo, porém, a condição subalterna da mulher na sociedade angolana é facilmente perceptível. Vários aspectos dessa subalternidade saltam aos olhos do observador pois permeiam todo o espectro social angolano. No que concerne às mulheres agricultoras, especialmente aquelas que chefiam agregados familiares, alguns dos constrangimentos e dificuldades que enfrentam podem ser assim resumidos:

- atribui-se às mulheres geralmente a tarefa de se responsabilizarem pelas lavouras de subsistência, enquanto aos homens cabem as lavouras voltadas para o mercado, mais produtivas e mais lucrativas, portanto;

- os serviços de extensão rural estão geralmente orientados para as colheitas voltadas para o mercado, em detrimento das colheitas alimentares tradicionais;

- as mulheres agricultoras são freqüentemente marginalizadas pelos programas de acesso ao crédito rural e a serviços de extensão agrícola;

- as mulheres rurais não têm acesso aos benefícios dos programas de formação agrícola, principalmente no caso de mulheres que são chefes de agregados familiares e que não podem dispensar tempo de trabalho das fainas agrícolas e do lar para assistir a programas de formação, mesmo que de curto prazo;

- o acesso à terra é um problema para as mulheres agricultoras e, particularmente, para as viúvas, separadas e divorciadas.

Não há estudos em Angola que quantifiquem o tempo de trabalho dispendido por agricultores de um e outro sexos. Percebe-se, entretanto, que esse tempo é bastante superior no que diz respeito ao sexo feminino que, além dos trabalhos agrícolas, suporta o duplo expediente de trabalho, isto é, é quem pratica, no lar, junto com os filhos, o puro e simples exercício de sobrevivência diária da família. Isto tolhe à mulher a possibilidade de acesso a algum meio de ascensão social. A propósito, estudo feito em 1988, em oito aldeias da província de Malange, referido por Hurlich et al, indicou que as mulheres, quando inquiridas sobre o que fariam se tivessem mais tempo disponível, responderam que haveriam de produzir mais comida, de melhorar os cuidados com os filhos e, importa frisar, **assistir às aulas de alfabetização.**

A drástica redução da produção alimentar que se tem registrado em Angola nos últimos 15 anos, combinada com o aumento da população, tem reduzido a disponibilidade **per capita** de bens alimentares. Para as mulheres, que têm de arcar com o esforço físico adicional e freqüente de dar à luz, as consequências são ainda mais prejudiciais, inclusive no que tange à sua própria saúde e às possibilidades de participarem do esforço produtivo.

A guerra civil tem sido um flagelo a afetar principalmente a população do campo em geral, mas particularmente as mulheres e crianças. Como resultado do deslocamento maciço de população para as cidades melhor guarnecidas e mais seguras, muitas mulheres encontram-se sozinhas no campo: umas foram abandonadas, outras foram separadas de suas famílias, outras ficaram viúvas e algumas estão sozinhas por causa da mobilização militar dos maridos, dos

filhos mais velhos e de outros arrimos maculinos. As mulheres sozinhas constituem um grupo particularmente vulnerável, pois as muitas tarefas associadas à produção agrícola e/ou à vida doméstica - limpar a terra, semear, capinar, carregar água, plantar, colher, etc - estão simplesmente para além de suas forças, tal como estariam para qualquer adulto que estivesse sozinho. Para as mulheres idosas é, simplesmente, um fardo impossível de ser levado adiante.

A guerra provocou o êxodo maciço dos camponeses, principalmente daqueles mais produtivos. O já referido estudo realizado citado por Hurlich e realizado em Malange (uma área de predomínio da etnia kimbundu) revelou que, em 1988, 60% dos homens de 15 a 45 anos haviam abandonado suas aldeias. Sobraram as mulheres, as crianças, as pessoas idosas, os doentes e deficientes físicos e mentais. Assim, os que mais necessitavam de apoio, inclusive de saúde e de outros serviços, ficaram justamente nas áreas rurais, onde há menor disponibilidade deles. Acredito que o caso dessas aldeias malanginas pode ser extrapolado para o campo angolano em geral.

A poligamia é comum em Angola, principalmente no campo (embora exista também na cidade, inclusive em Luanda, sob formas alteradas de não coabitação). Normalmente são motivos sócio-econômicos que levam um homem a ter mais de uma mulher. Nas áreas rurais, cada mulher cultiva a sua pequena roça para sustento da família e, além disso, ajuda a cultivar a roça do marido, onde se produzem principalmente colheitas para o mercado. É com o dinheiro da venda dos produtos de sua roça que o homem compra bens e serviços para si e para as suas mulheres. Assim, quanto mais mulheres ele tem, mais rico é, pois mais lavouras são cultivadas pelo agregado familiar. Além disto, quanto mais mulheres, mais filhos e, portanto, mais força de trabalho e, conseqüentemente, mais produção para o mercado, mais riqueza, mais elevado **status** social.

Pelos padrões tradicionais, o homem polígamo tem obrigações específicas de apoio e manutenção das mulheres e dos filhos. Contudo, em muitas áreas de Angola, o desequilíbrio entre homens e mulheres causado pela guerra está a exacerbar a quebra dos papéis tradicionais e as responsabilidades masculinas numa sociedade tradicional. Com mais mulheres do que homens em idade de

casamento, a justificação para a poligamia torna-se ainda mais forte. Mas as sanções tradicionais que asseguravam que a mulher anteriormente tomada obtivesse alojamento e apoio para si e seus filhos quando o marido tomava uma nova mulher, estão sendo corroídas. Agora, dado o excesso de mulheres, um homem toma muitas vezes mais esposas do que as que pode sustentar. Como resultado, o fenômeno das mulheres abandonadas, repudiadas e necessitadas tem-se tornado mais frequente.

O referido estudo realizado em Malange também mostrou que a grande proporção dos agregados familiares chefiados por mulheres era representada por esposas abandonadas, muitas das quais haviam sido desalojadas das próprias casas que ajudaram a construir, quando os maridos tomaram uma nova mulher. Esse estudo também revelou que a erosão das práticas matrilocais (padrão tradicional na etnia kimbundu) estava reduzindo o poder social da mulher, ao separá-la do apoio da família (na etnia kimbundu, o homem que casa passa a residir na aldeia onde vive a futura esposa).

Nas cidades, a condição subalterna da mulher também perpassa os vários prismas do espectro social. Atestam-na bem claramente os dados de um inquérito realizado em Luanda, em 1992, pelo INE (Instituto Nacional de Estatística) sobre emprego e desemprego. Assim é que apesar da força de trabalho feminina constituir 44% da força de trabalho total, a ela correspondiam 50% do total de desempregados e nada menos do que 60% do total de subempregados de diferentes tipos. Observaram-se também significativos desníveis por sexo no tocante à remuneração auferida: em média, a mulher auferia apenas metade do rendimento auferido pelo homem. Contrastes ainda mais flagrantes foram percebidos ao se controlar o número de horas semanalmente dispendidas pela parcela mais pobre da população. De fato, as mulheres que trabalhavam, em média, 55 horas por semana correspondiam, em sua maioria, àquela parte da PEA considerada invisivelmente subempregada, isto é, a parcela que declarou trabalhar um número excessivo de horas mas que auferia baixo rendimento. Tais mulheres não conseguiam auferir uma renda média sequer equivalente ao já por si desvalorizado nível do salário mínimo oficialmente vigente. Trata-se de uma ampla fatia da força de trabalho luandense a viver em condição de pobreza absoluta, de verdadeira indigência, mesmo

se comparada ao segmento da PEA masculina que também trabalhava a mesma média horária semanal. Para o trabalhador masculino, trabalhar mais de 50 horas semanalmente significava auferir, em média, o equivalente a quase cinco salários mínimos mensais. Já para a mulher trabalhadora, fazer o mesmo significava ser, em média, cinco vezes mais pobre.

Em Luanda, a força de trabalho feminina engaja-se principalmente nas atividades do comércio retalhista, onde se concentra o chamado subemprego. Realmente, de todos os subempregados existentes em Luanda, nada menos do que 55% vinculam-se ao setor do comércio de mercadorias, em sua grande maioria, mulheres. Mas são elas que praticam a "candonga", isto é, que comercializam praticamente todos os gêneros alimentícios nos mercados, nas feiras, nas ruas, e que também operam o câmbio manual pelas ruas de Luanda (as célebres "quinguilas"). São elas também que abastecem e sustentam a casa. Entretanto, inexplicavelmente, situam-se em posição de franca inferioridade a nível da unidade familiar.

Um outro aspecto a considerar a respeito da condição feminina em Angola concerne à elevada proporção de criança (0-4 anos) em relação a mulher em idades prolíficas (15-49 anos). O inquérito sobre emprego e desemprego apontou para uma proporção da ordem de 66 crianças por 100 mulheres. Pesquisa levada a efeito por Moura e Lencastre em alguns "musseques" de Luanda denotou uma proporção aproximada de 64 crianças por 100 mulheres. Contudo, a referida pesquisa também mostrou ser a relação filho/mulher bem mais elevada (75:100) no seio daqueles agregados chefiados por mulheres sozinhas. Ao mesmo tempo que tais números não deixam de refletir a maior fecundidade que prevalece em tais agregados (muitos dos quais "filiais" de um agregado poligâmico mais amplo), servem para indicar um dos sérios obstáculos com que se defrontam essas mulheres para ascender educacionalmente e para participar de forma mais eficiente no próprio mercado de trabalho.

De certa forma, um meio de fugir a esse tipo de rigidez é através da utilização do trabalho infantil propiciado pelas meninas "crescidinhas" da casa. Estas substituem frequentemente as mães em suas ausências para o trabalho. Há informações que indiretamente

permitem estabelecer a importância dessa prática. Refiro-me às razões de sexo do alunado angolano matriculado no ensino regular de base, as quais têm-se mostrado, ano após ano, nitidamente desfavoráveis ao sexo feminino. Isto é tanto mais notável e crescente à medida que se observam aqueles níveis de ensino básico mais avançado, o que parece refletir uma forte e desproporcional evasão escolar de elementos do sexo feminino após cursadas as primeiras classes. Há anos, inclusive, para os quais se observam grandes picos na proporção de matrículas do sexo masculino em relação ao sexo feminino, como foram os casos dos anos letivos de 1983/84 e 1987/88, por exemplo. Tais picos, supõe-se, estariam associados a períodos de agudização dos problemas econômicos e sociais por que tem passado o País e à necessidade de as filhas colaborarem e participarem dos trabalhos do lar, tomando conta da casa e dos irmãos menores, num exercício de sobrevivência de que participam em apoio à família. Concordo que não se deva atribuir ao sistema educacional a responsabilidade exclusiva de solucionar problemática tão complexa como essa da ascensão da mulher na sociedade. Contudo, não deixa de preocupar o fato de que o sistema escolar de Angola não esteja podendo desenvolver uma atuação mais agressiva e orientada no sentido não só de estimular o ingresso, mas também de reter no seu seio, durante mais tempo, parcelas maiores do contingente escolar de sexo feminino. Afinal, a educação é uma forma eficiente de atuar no sentido de elevar a posição social da mulher, ao possibilitar-lhe ampliar a participação em atividades produtivas, administrativas e sociais formalizadas, ao reduzir o grau de sua dependência em relação ao homem, enfim ao elevar o seu custo de oportunidade "vis-à-vis" a alternativa de permanecer em casa a lidar em atividades doméstica, a cuidar de uma prole numerosa, etc.

IV

Em documento elaborado e encaminhado à Comissão Organizadora da próxima Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas, a ter lugar no Cairo, em setembro do corrente ano, comprometeu-se o Governo Angolano com a implantação, tão logo retorne a paz ao país, de uma política de população abrangente e integrada. Este é um grande avanço pois, até o momento, tinha faltado àquele país decisão a respeito, além de

maior objetividade, eficiência e integração no trato das questões demográficas. Além das óbvias restrições e dificuldades ensejadas pela guerra civil que a nação está a vivenciar há mais de 15 anos, cumpre reconhecer que há toda uma série de restrições institucionais (escassez de pessoal qualificado, deficiente capacidade de gestão, falta de comunicação e de coordenação entre as estruturas governamentais, excessiva concentração a nível do poder central de diretivas e atuações de interesse provincial e local) que têm limitado bastante o escopo e a eficácia de muitas das ações preconizadas ou programadas em matéria de população, inclusive de saúde reprodutiva. O fato de o planeamento do desenvolvimento sócio-econômico do país ter sido sempre realizado em base anual também contribuiu muito para dificultar, acompanhar e controlar a implementação de programas que demandam prazo mais longo de maturação.

Nesse documento a que me referi, reconhece o Governo Angolano a sensibilidade de que se reveste o trato das questões populacionais, pois envolvem questões que dizem respeito à reprodução, à mortalidade, ao trabalho, à mobilidade e à localização de indivíduos e familiares, enfim, à vida de seres humanos. Caracterizam-se tanto por uma dimensão social que se manifesta a nível macro, mas também por implicações que se configuram no próprio âmbito da intimidade e das decisões a níveis individual e familiar. Por isto, coloca-se no documento que, dentro de um padrão de ética político-democrática, a política de população que vier a se adotar com relação a Angola deve pautar-se por princípios fundamentais, dentre os quais, tendo em vista o tema desta nossa comunicação, permito-me selecionar os seguintes:

- respeito aos direitos fundamentais do ser humano na forma definida na constituição e nos textos internacionais subscritos pelo governo de Angola;

- preservação da célula familiar, fundamental na sociedade e entidade privilegiada no tocante à reprodução humana;

- respeito ao direito dos indivíduos e dos casais de escolher o tamanho de sua família e decidir sobre a sua fecundidade;

- respeito aos direitos da criança à sobrevivência, à saúde, à educação, à formação e à proteção contra a exploração do seu trabalho;

- respeito ao direito da mulher de participar e evoluir social e economicamente na sociedade angolana em igualdade de condições às do homem;

- respeito aos direitos dos indivíduos e dos casais de ter acesso aos meios mais seguros, eficientes e clinicamente recomendáveis no sentido de determinarem sua fecundidade.

Dentre os objetivos de longo prazo a atingir com a implantação dessa política, permito-me destacar os seguintes:

- reduzir os elevados níveis de mortalidade e morbidade da população através de medidas de saneamento básico, de profilaxia ambiental e outras;

- reduzir a alta fecundidade e o elevado ritmo de crescimento da população angolana através de medidas apropriadas (campanhas de sensibilização da opinião pública, facilitação da informação e do acesso aos modernos métodos e meios anticoncepcionais seguros, eficazes e clinicamente recomendáveis;

- reduzir a alta morbi-mortalidade materna e infantil mediante execução de programas específicos e integrados de saúde, sobretudo na área do planeamento familiar.

No campo das diretrizes e estratégias a adotar, a melhoria da saúde materno-infantil deve passar pela adoção das seguintes medidas:

- reforço dos serviços de educação sanitária e familiar;

- reforço e generalização dos serviços de consulta pré-natal, pós-natal e infantil;

- intensificação e melhoria da formação do pessoal incumbido dos serviços de saúde materno-infantil (inclusive parteiras tradicionais);

- extensão da cobertura vacinal contra principais doenças transmissíveis;

- ampliação e extensão de programas nutricionais e de informação sobre aleitamento materno e alimentação infantil;

- promoção e difusão, a nível nacional, da terapia de reidratação oral;

- integração dos serviços orientados de planejamento familiar, tendo em vista a ampliação dos espaçamentos entre os nascimentos;

- introdução, em áreas de maior desnutrição infantil, de programas de merenda escolar, como forma de melhorar os níveis de nutrição e de aprendizagem das crianças, estimular o aumento das taxas de matrículas e retenção e reduzir o absenteísmo escolar.

Com relação à fecundidade e ao espaçamento entre nascimentos, preconizam-se ações voltadas para:

- reforço e melhoria dos programas de informação e comunicação destinados a difundir conhecimentos sobre métodos anticoncepcionais e respectivas possibilidades em matéria de espaçamento dos nascimentos;

- reforço e melhoria dos programas de educação em matéria de população a fim de sensibilizar a sociedade sobre as vantagens médico-sanitárias, sócio--econômicas e sócio-culturais do planejamento familiar;

- introdução sistemática de educação em matéria de população e vida familiar nos programas escolares regulares e em cursos de formação de professores e outros formadores;

- reforço, melhoria e extensão dos serviços de planeamento familiar a todas as províncias do país tendo em vista três componentes: espaçamento dos nascimentos, luta contra a esterilidade causadas por doenças sexualmente transmissíveis, luta contra a AIDS;

- reforço dos cursos e dos estágios de formação e de reciclagem em planeamento familiar voltados para pessoal médico e paramédico;

Reconhece-se no documento que a *promoção e desenvolvimento da mulher* é uma condição essencial ao sucesso de qualquer política demográfica que se tenha em mente. Faz-se necessário implementar ações específicas de promoção da mulher angolana, tais como:

- adoção de providências especiais destinadas a elevar as taxas de escolaridade e de alfabetização femininas e o nível geral de instrução das mulheres, inclusive através de estímulos para a retenção das mesmas por mais tempo na escola;

- fomentar a formação técnica e profissional da mulher angolana, inclusive das mulheres viúvas e outras chefes de família, no sentido de elevar a sua condição económica e social;

- adoção de providências especiais destinadas a estimular o emprego feminino, seu progresso profissional e o acesso da mulher, principalmente da mulher rural, ao crédito e a outros instrumentos e mecanismos económico-financeiros e de assistência técnica ao produtor rural;

- organização de campanhas de educação e de sensibilização de homens e mulheres em questões pertinentes à vida e a saúde reprodutivas, notadamente em matéria de planeamento familiar e de combate a doenças sexualmente transmissíveis (inclusive a AIDS);

- apoio às organizações e grupos de defesa dos direitos e interesses da mulher;

- ampliação do número de creches e jardins de infância, com o objetivo de favorecer a participação da mulher casada em atividades produtivas e sócio-culturais.

V

Sem otimismo exagerado, tenho a esperança que o Governo de Angola possa vir a cumprir os compromissos que, em matéria de política de população, estará assumindo, no próximo mês de setembro, perante a comunidade internacional.

Mas é óbvio que a implementação dessa política somente poderá se concretizar quando uma situação de paz duradoura e estável vier a se confirmar no país. Infelizmente, como sabemos, prossegue a "guerra oculta" de Angola, uma guerra sem objetivos que não sejam a rapina e a tomada do poder pelo poder. Uma guerra que mata, mutila, orfana e estiola todo um povo. Uma guerra da qual esse povo anda farto, não entende o por que mas não dispõe de meios para terminá-la. Uma guerra que persiste ante a indiferença, desdém e, quem sabe, até mesmo interesses da comunidade internacional. Uma guerra da qual não falam nossos meios de comunicação social, e mais preocupados com rivalidades de patinadoras nos cumes gelados da Noruega do que com centenas de vidas que são diariamente ceifadas do Cabinda ao Cunene. Uma guerra da qual o povo brasileiro não toma conhecimento e nossos representantes políticos fingem desconhecer.

Portanto, para falar em saúde reprodutiva da população angolana é preciso atingir a paz. E como alguém que viveu naquele país e conheceu de perto a selvageria daquela guerra perdida, não posso perder nenhuma oportunidade de denunciá-la. Na qualidade de ser humano que vive num mundo do qual os angolanos também compartilham, sinto-me no dever, em oportunidade como esta, de propor uma moção de solidariedade a esse povo e de repúdio à guerra suja, cruel e fraticida que está a fazer sangrar e a enlutar há já quase vinte anos uma nação na qual estão algumas de nossas raízes mais profundas.

BIBLIOGRAFIA

1. ANGOLA, *Relatório Nacional; III Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento* (Cairo, 1994), versão preliminar Luanda, 1993, mimeo.
2. COLAÇO, Luis Felipe de Souza. *La Mortalité des Enfants à Luanda* Thèse de Maitrise en Demographie, Université Catholique de Louvain, Louvain, 1984.
3. HURLICH, Susan. *Mulheres no Desenvolvimento, Vol. I*, Associação Sueca para o Desenvolvimento Internacional (ASDI), Luanda: Ler e Escrever, Maio 1992. vol. I
4. KODI SAMBA, J. Constantino. "Nupcialidade e Fecundidade em Angola" in *Cadernos de População e Desenvolvimento*, Luanda, Vol. II, N. 1, p. 81-106, jan / jun., 1993.
5. MOURA, Hélio A. de, LENCASTRE, J. Garcia. " A Demografia de Alguns Prédios e Mussegues de Luanda " *Cadernos de População e Desenvolvimento*, Luanda, Vol. II, N. 1, p. 107-128, jan / jun.,1993.
6. MOURA, Hélio A. de. " A Variável Migratória no Inquérito sobre Emprego e Desemprego na Cidade de Luanda ", *Cadernos de População e Desenvolvimento*, Luanda, Vol. II, N. 1, p. 129-154, jan / jun., 1993.

MULHERES NEGRAS, EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO

Delcele Mascarenhas Queiroz^{*0}

A pretensão deste trabalho é articular temas como trabalho, educação, gênero e etnia, no sentido de buscar compreender o significado da educação para a mulher negra na sua relação com o mundo do trabalho.

Sabemos que a condição racial aliada à condição de gênero determina para a mulher negra uma situação extremamente perversa. Contudo, evidências diversas têm apontado para o enorme esforço que vem empreendendo este segmento para superar a condição de profunda desigualdade a que está submetido na nossa realidade.

Alguns estudos têm buscado apontar estas evidências. Citamos, a este respeito, o trabalho de Picanço e Hita, "Bahia - Cor e Analfabetismo nos Censos Demográficos de 1980". Neste trabalho, as autoras procedem a uma análise comparativa entre os referidos censos, e privilegiando a condição racial, buscam compreender a permanência dos altos índices de analfabetismo no Estado.

Elas dão conta da existência de grandes diferenças raciais e de gênero no acesso à instrução, evidenciando que são, sobretudo, os negros, e destes as mulheres, os mais excluídos da educação na Bahia, em 1950.

Em 1980, contudo, verifica-se uma redução dos percentuais de analfabetismo, em termos relativos, para todos os grupos raciais, exceto para os amarelos.

É importante observar que este avanço na situação da alfabetização foi maior entre as mulheres, particularmente, entre as mulheres negras, que apresentaram um declínio de participação no conjunto dos analfabetos do seu grupo, da ordem de 3.7 pontos

0 ^{*} Professora substituta do Departamento de Educação I da Faculdade de Educação/UFBa. Mestranda em Educação, pesquisadora do Programa "A Cor da Bahia"(Ford/UFBa.).

percentuais, índice superior inclusive, ao das mulheres brancas, que foi de 3.6 pontos percentuais.

A suposição das autoras é que esta maior inserção escolar da mulher negra poderia estar indicando um esforço do grupo para situar-se socialmente via escolarização.

Na mesma linha de explicação, Castro e Sá Barreto (1992), investigando o trabalho industrial, dão conta da inserção desigual de homens e mulheres neste setor. Aí, além do gênero e da cor, também a escolaridade aparece como uma barreira para selecionar o acesso dos indivíduos aos ramos e postos mais valorizados. Esta seletividade é ainda maior na petroquímica. Neste ramo, as mulheres negras não apenas estão em menor número, como têm uma escolaridade bem maior do que a média encontrada na indústria. O que parece significar que para inserir-se nos contextos industriais almejados socialmente, elas necessitam ultrapassar barreiras ainda mais exigentes, comparativamente não apenas aos homens, como também às próprias mulheres brancas.²

Também esta evidência parece confirmar a suposição de um esforço da mulher negra no sentido de superar uma condição de subordinação, que lhe foi imposta historicamente, e onde talvez a educação cumpra um importante papel mediador.

A pesquisa que deu origem ao presente trabalho está sendo desenvolvida na Região Metropolitana de Salvador, segundo uma metodologia que compreende dois momentos distintos.

No primeiro momento, procuramos traçar um quadro amplo das condições de trabalho e educação da mulher negra na Região. Para isso, recorreremos a duas fontes de dados disponíveis, que são a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, realizada pelo IBGE, e a Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, realizada através de um convênio entre a Secretaria do Trabalho do Estado da Bahia e o DIEESE, no período de 1987 e 1989.

No segundo momento, para compreender em profundidade o objeto da investigação, procederemos à coleta de dados diretamente com mulheres que trabalham no setor do comércio, através de

entrevistas, no intuito de levantar informações sobre suas trajetórias escolares e de trabalho.

A eleição do comércio como setor a ser investigado decorre de ter sido este o espaço produtivo onde ocorreu a maior elavação da presença feminina negra no Estado a partir da década de 50. Neste setor, sua participação se eleva de 2%, em 1950, para 8.6%, em 1980.

Apresentaremos, agora, de forma breve, alguns resultados preliminares obtidos a partir do exame das informações da PNAD.

Para o nosso trabalho, tomamos os resultados da PNAD 1989, a partir dos quais elaboramos um conjunto de tabelas e gráficos com informações sobre: população no RMS, situação de alfabetização, número de anos de estudo, séries e graus concluídos, condição de atividade, posição na ocupação, tipo de ocupação, gênero e cor.

Quanto à questão cor, gostaríamos de salientar que ela somente foi introduzida na investigação da PNAD a partir de 1987 e é obtida através da auto-classificação, mediante a apresentação das alternativas: branco, preto, pardo e amarelo.

O exame dos dados da PNAD confirma a presença na RMS de um fenômeno cuja evidência já não surpreende a observação imediata: esse é um espaço predominantemente negro. Aí preto e pardos representam dois terços da população, o que distingue Salvador, a localidade mais importante da Região, como a mais negra das cidades brasileiras, não apenas do ponto de vista numérico, mas, sobretudo, pela importante mobilização política cultural negra, aí presente, responsável pela veiculação social dos símbolos étnicos da chamada "negritude".

As mulheres são a maioria da população, tendo seu peso determinado pela presença das pardas, que somadas às pretas alcançam em torno de dois terços da população feminina.

Também na população em idade Ativa - PIA, isto é, entre as pessoas de "dez anos ou mais", o contingente feminino é majoritário,

e dois terços deste é composto pelas negras, ou seja, pelo conjunto representado pelas pretas e pardas.

No que tange à alfabetização, é bastante expressiva a situação da população de "dez anos ou mais". Os dados revelam que 905 deste contingente encontram-se alfabetizados.

Esta evidência poderá parecer ainda mais surpreendente se considerarmos que estar alfabetizado quase sempre significa ter passado pela escola. Embora a definição de alfabetização adotada pela PNAD não esteja diretamente relacionada com a frequência à escola, sabemos que em realidades como a nossa, é muito pouco provável que alguém se alfabetize sem ter passado pelo sistema escolar. Dessa perspectiva, uma taxa de alfabetização de tal magnitude poderia ser tomada como indicador de um acesso pleno à escola, isto é, poderia estar evidenciando que o acesso ao sistema escolar na RMS é uma questão praticamente resolvida.

Essa situação, no entanto, não é uniforme para todos os segmentos raciais. Os pretos, por exemplo, se situam oito pontos percentuais abaixo da média do conjunto da população.

Em todos os segmentos, excetuando-se o amarelo, são as mulheres o grupo que detém os níveis mais precários de alfabetização, e destas, são as pretas as que se encontram em situação mais desfavorável, confirmando a permanência de uma realidade que já chamava atenção, no censo de 1950.

Se o índice de alfabetização para o conjunto da população da RMS pode ser considerado animador, o mesmo não se pode dizer sobre a escolarização, expressa no número de anos de estudo alcançados. O exame da situação da população feminina revela que quase metade (42.3%) das mulheres possui uma escolarização que varia entre um e quatro anos de estudo. A realidade mostra-se ainda mais preocupante quando se percebe que deste contingente com até quatro anos de estudo, apenas uma parcela reduzida atinge, efetivamente, este patamar de escolarização. O antigo curso primário apresenta-se como um ponto limite para expressiva parcela desta população, à qual parece não restar outra alternativa a não ser o

ingresso muito cedo no mercado de trabalho, com o conseqüente abandono do sistema escolar.

Menos de 39% das mulheres conseguem atingir os oito anos de estudo, patamar que corresponde ao ensino fundamental, e apenas 7% alcançam uma escolaridade que vai além dos onze anos de estudo.

O que fica evidenciado nos dados sobre a trajetória no sistema escolar é que apesar dos índices de alfabetização apontarem para um amplo acesso à escola, este se dá, predominantemente, nos estágios iniciais, sendo bastante reduzida a parcela da população que alcança os graus mais elevados desse sistema.

Tomando a condição racial, percebe-se que dentro do segmento feminino, é das mulheres brancas a vantagem do acesso à instrução. No nível mais elevado da escolarização, isto é na faixa de "doze anos ou mais" de estudo, a comparação mulher branca / mulher preta evidencia que para cada mulher preta que alcança os doze anos de escolarização, dez mulheres brancas o conseguem.

A contrapartida desta situação é a concentração de mulheres pretas e mestiças na categoria "sem instrução" e "com menos de um ano" de estudo. Aí para cada mulher branca há 7.2 pretas e mestiças.

Se nos momentos iniciais de escolarização homens e mulheres encontram-se em patamares muito próximos, nos estágios mais avançados do sistema escolar, particularmente nas faixas de "nove a onze " e "doze anos ou mais" de estudo, fica evidente a vantagem masculina.

Diferentemente do que ocorre com o conjunto de população, as mulheres que integram a População Economicamente Ativa, isto é, aquelas mulheres que no momento da realização da pesquisa tinham algum vínculo de trabalho, ou estavam buscando algum, apresentam uma escolaridade relativamente elevada, quase metade delas (44.8%) detém uma escolarização de "nove anos ou mais de estudo". Entre as mulheres pretas, contudo, esta cifra está dezenove pontos percentuais abaixo do conjunto, revelando, também aí, desvantagem em relação aos demais grupos raciais.

Se tomarmos a situação de alfabetização daquela parcela que se situa entre "sete e quatorze anos", vamos perceber que também nesta faixa são os pretos os que detêm os menores índices de alfabetização. Embora as mulheres se alfabetizem mais cedo do que os homens em quase todos os segmentos raciais, entre os pretos a situação se inverte, sendo dos homens a vantagem. Uma parcela considerável das mulheres pretas não consegue alfabetizar-se na idade em que se espera que as pessoas ingressem no sistema escolar.

Um dado importante revelado pelo exame de alfabetização em diversos grupos de idade é que, embora as mulheres negras apresentem os mais baixos índices de alfabetização, sobretudo, nos grupos de idade mais elevada, nas idades que se situam entre "quinze e trinta e nove anos" ocorre uma significativa elevação desses índices, indicando talvez, mais do que um ingresso tardio no sistema escolar, um esforço para inserir-se nesse sistema, em tempos mais recentes.

Como podemos perceber, os espaços onde se situam as mulheres negras são os estágios iniciais do sistema escolar, atingindo, de modo geral, patamares que não ultrapassam os cinco anos de estudo. Para uma parcela considerável, no entanto, a permanência na escola não vai além do primeiro ano de escolarização. Deste modo, como os espaços privilegiados do sistema escolar são bastante fechados ao seu acesso, não é muito significativa a parcela do grupo que atinge a escolarização de nível médio, sendo ínfima a sua inserção nos cursos de nível superior, que são, de modo geral, espaços já bastante fechados para amplas camadas da população. Ou seja, observa-se a tendência a um afunilamento das oportunidades educacionais para as mulheres negras na medida que se elevam os graus de escolaridade.

As desigualdades verificadas no acesso às oportunidades educacionais se expressam também no mercado de trabalho.

Diferentemente do que ocorre com os demais grupos raciais, a maioria das mulheres pretas de "dez anos ou mais" está trabalhando ou buscando uma oportunidade de fazê-lo, isto é, está integrando a População Economicamente Ativa.

Este dado aliado à precária escolarização predominante no grupo e à intensa seletividade presente no mercado de trabalho, leva a supor que é nos espaços menos privilegiados deste mercado que se insere a maioria delas.

Isso parece se confirmar pela sua expressiva presença naqueles espaços de estrutura produtiva onde estão os setores menos valorizados, como a prestação de serviços (53%) e o Comércio de Mercadorias, onde justamente se encontram os serviços domésticos e a atividade de vendedores ambulantes, que, como se sabe, são tradicionais espaços absorvedores de trabalhadores negros em geral.

Supreendente, contudo, diante do cenário exposto, nos parece a presença da mulher negra no grupo de ocupações Científicas e Técnicas. Sua participação nesse grupo de ocupações (13%), embora possa parecer pouco expressiva do ponto de vista numérico, assume dimensão importante por se tratar da inserção de um segmento populacional marcado por intensa discriminação, num espaço da estrutura ocupacional bastante valorizado e, por isso mesmo, bastante seletivo.

Se, como sugerem Castro e Sá Barreto (op. cit.) a escolaridade tem efeito mediador no acesso a posições de chefia e comando, é de se supor que a certas posições atingidas, pelo grupo, no mercado de trabalho, deva corresponder o atingimento de patamares igualmente elevados de escolarização, o que ficou, de certo modo sinalizado, quando examinamos a escolaridade das mulheres da PEA, e o que tenderia a reforçar a suposição de um esforço do grupo para inserir-se socialmente através da educação.

As evidências apontadas tanto pelos estudos teóricos quanto pelos dados empíricos indicam, desta forma, que é preciso seguir investigando no sentido de compreender o efetivo significado da educação para a mulher negra na superação das barreiras à sua inserção naqueles espaços que têm sido, historicamente, um privilégio masculino e branco.

NOTAS

- 1 . PIKANÇO I., HITA, M.G. - "Bahia - Cor e Analfabetismo nos censos de 1950 e 1980". Salvador, CRH/FINEP, 1987, mimeo.
- 2 . CASTRO, N. , SÁ BARRETO, Vanda S. "Os negros que dão certo: mercado de trabalho. Modernidade e desigualdades ocupacionais". In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XVI, 1992.
- 3 . BAIRROS, Luiza H. "Mulher Negra: o reforço da subordinação". In: LOVELL P. (org) *Desigualdades raciais no Brasil Contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/ Cedeplar, 1991.
- 4 . CASTRO, N. e GUIMARÃES, A.S. "Desigualdades Raciais no Mercado e nos Locais de Trabalho". In: Estudos Afro-Asiáticos, n. 24, jul., 1993.

MULHER NEGRA, POBREZA E SAÚDE REPRODUTIVA

Aurelio Molina^{*0}

Falar sobre a saúde reprodutiva da mulher negra e pobre é falar sobre a saúde reprodutiva da esmagadora maioria da população brasileira.

Gostaria, nesse pequeno espaço de tempo, de comentar alguns aspectos de uma parte dos cuidados com a saúde reprodutiva que é a questão do planejamento familiar. Mesmo que cientificamente não seja possível a generalização, pelo tipo de amostragem utilizada (mulheres do Recife), peço vênua para comentar alguns achados qualitativos e descritivos de parte de uma pesquisa realizada em 1993.

Em relação a 397 mulheres entrevistadas no pós-parto, nas 6 principais maternidades do sistema SUS-Pernambuco, com idade média de 24 anos, encontramos que 78,1% eram de mulheres negras ou mestiças, sendo que 26% eram analfabetas e 16,4% não tinham nenhuma renda familiar (média de 1.6 salários mínimos). A grande maioria era de donas do lar (79.8%) e viviam em união (67%) ou eram casadas (26.7%). O número de solteiras era de 4.3%.

Em relação ao conhecimento de métodos contraceptivos, encontramos que a grande maioria conhecia a ligação (99.2%), a pílula (98.4%), os injetáveis (96.5%), a camisinha (96.2%), a tabelinha (89.5%), o DIU (72.7%), o coito interrompido (59.4%), espermaticidas (55%), a vasectomia (58.8%), o diafragma (24.9%) e outros (2.8%).

Os principais determinantes na escolha de um método contraceptivo foram os seus baixos efeitos colaterais (38.9%), seguidos da praticabilidade (24.7%) e efetividade (19.5%).

Para elas o melhor método é a ligadura tubária (79.5%). Assim este método é privilegiado pela sua irreversibilidade (40.5%), efetividade

0 ^{*} Médico Tocoginecologista.
Professor da Universidade de Pernambuco.

(33.2%) e menos efeitos colaterais (14.9%). A laqueadura foi também considerada o método mais efetivo (84.4%).

O método mais ineficaz foi a pílula (54.9%), seguido da tabela (17.3%).

A ligadura também foi considerada como o melhor método (95%) para aquelas que já atingiram o número de filhos desejado.

As características ideais do método para aquelas que já atingiram o número ideal de filhos foram a irreversibilidade (48.7%), a efetividade (42.2%), e a praticabilidade (6.%).

A ligadura também foi considerada como o método mais "fácil" de se usar (37.5%), seguido da pílula (33.7%) e dos injetáveis (12.6%). Das entrevistadas, 75% já tinham usado algum método, com uma média aproximada de 2 diferentes métodos (1.7).

A maioria das mulheres apresentaram efeitos colaterais (68.6%), principalmente com a pílula (69%).

O local onde se conseguia as pílulas era o balcão da farmácia (60.2%) e 29.4% não receberam nenhuma orientação quanto ao uso da mesma.

Consideram, em 84.9%, que a ligadura tubária tem menos efeitos colaterais que os outros métodos.

A maioria (77%) afirmou que é fácil se conseguir informação como evitar filhos e que as unidades de saúde (67%) eram o lugar onde podiam conseguir essas informações sobre como evitar filhos porém somente 36% sabiam o que era um serviço de planejamento familiar.

Muitas (36.2%), nunca tinham feito nenhum exame preventivo.

Muitas, nunca tinham discutido contracepção com nenhum médico (44.8%).

A média de métodos oferecidos pelos médicos era de 2.

A metade (52.4%) nunca tinha discutido contracepção com seu companheiro e somente uma pequena parte dos maridos (21.2%) concordaria em se submeter à vasectomia e menos da metade concordaria em usar comisinha (44.5%).

Esses resultados permitem-nos criar um modelo teórico. As mulheres de baixa renda, no Recife, por praticarem um planejamento familiar distorcido caracterizam-se por:

- . um alto conhecimento dos métodos contraceptivos fazendo excessão do diafragma;
- . uma procura por um método seguro, prático e principalmente com poucos efeitos colaterais;
- . falta de opções na rede em que procuram informações (SUS);
- . uso da pílula, sem apoio, informação e orientação;
- . alta frequência de efeitos colaterais e falhas da pílula (reais ou míticas);
- . mau atendimento no setor público;
- . falta de diálogo e apoio dos companheiros em relação à contracepção;

Por isto, acabam elegendo a laqueadura tubária como o método ideal.

Gostaria de terminar essa primeira parte da apresentação expressando a minha opinião: se não acontecerem mudanças significativas econômicas, sociais e filosóficas, objetivando atingir a sociedade dos nossos sonhos, uma sociedade com Liberdade, Igualdade, Fraternidade e Justiça Social, não tenho dúvida em afirmar que, no século XXI, como venho proclamando desde 1989, seremos uma população de velhos, pobres, doentes e esterilizados. E a partir de hoje, acrescento: em virtude da triste realidade encontrada nos depósitos de lixo que cercam nossa região metropolitana e tão

divulgada pela imprensa nacional e internacional, teremos uma sociedade de necrófagos canibais.

MODELO TEÓRICO DOS DETERMINANTES DA ESTERILIZAÇÃO FEMININA

Apresentarei um modelo teórico diagramático que possa servir para a compreensão da complexidade e das inter-relações dos determinantes da esterilização feminina no Brasil. Nesse resumo, os possíveis determinantes serão apenas listados (em grupos ou isoladamente).

... Fatores Estruturais INTERNACIONAIS: Políticos; econômicos; Neo-Malthusianos; Movimento de controle da natalidade; Movimento Eugênico; Fluxos demográficos (correntes migratórias); Progressos tecnológicos (ausência de avanços na contracepção masculina, melhoria das técnicas e abordagens cirúrgicas).

...Fatores Estruturais Brasileiros: Políticos (políticas populacionais, o papel do político profissional, o papel da igreja, movimento feminista); Demográficos (migração interna, urbanização);Econômicos (honorários médicos, salários médicos, pobreza, mulher no mercado de trabalho, desemprego); Educacionais (inadequado currículo médico, treinamento médico falho e desvirtuado, baixo nível educacional da população, crise universitária, ausência ou desinformação sobre planejamento familiar); Saúde (desconhecimento dos efeitos colaterais da ligação tubária, conveniência, práticas inadequadas, preconceitos); Sistema de saúde com financiamento insuficiente, unidade de saúde (baixa qualidade dos serviços, incidência de cesarianas, dificuldade de acesso aos serviços de planejamento familiar, falta de opções contraceptivas incluindo a masculina); Políticas de saúde, não implantação de programas de planejamento familiar, falta de investimento na aquisição ou produção de métodos não permanentes, não legalização do aborto.

... Fatores Sócio-Culturais: **Status** da mulher; Mídia; Estímulos coercitivos; Machismo; Medicalização dos problemas sociais; Ausência de suporte para as Mulheres trabalhadoras;

Crenças, Mitos e Desinformação; Pressões; Ausência de Educação sexual;

... Fatores Pessoais: Relacionados com informação (desconhecimento dos efeitos colaterais da ligação, nível educacional, ter ou não profissão); Relacionados com contracepção (efeitos colaterais, conhecimento dos métodos, falta de aderência ao uso, praticabilidade, tempo de uso, falhas, custo, eficácia); Relacionados com Gestações e Partos Anteriores (número, complicações); Relação Marital (estabilidade, comunicação); Aspectos Demográficos (tamanho familiar ideal, idade e sexo dos filhos, idade, raça); Religião; Aspectos financeiros (renda); Saúde (contra-indicação de outros métodos ou de nova gestação).

É importante que se tenha em mente que todos esses fatores estão interconectados. Os determinantes podem ser agrupados de forma diferente e os agrupamentos realizados podem ser considerados algo artificial. As classificações feitas pelo autor são apenas uma tentativa de simplificação e de didatismo de uma complexa realidade. Apesar dessas dificuldades este modelo é a primeira tentativa, na literatura, de se relacionar, sistematizar e integrar todos os possíveis macro e micro determinantes da ligadura tubária.

A ÉTICA E O PLANEJAMENTO FAMILIAR

A Ética é um ramo da filosofia concernente com a distinção do certo e errado, do bem e do mal. Direitos e deveres. A disciplina que estuda a moralidade dos atos e fatos que afetam qualquer forma de vida biológica, incluindo toda pesquisa e prática na área do planejamento familiar e contracepção, é denominada de Bioética. Seus 4 princípios básicos são: a autonomia, a não maleficência, a beneficência e a justiça . Para Hartman (1987), a revolução contraceptiva da segunda metade do século XX foi mais influenciada pelo desejo de controle populacional, prestígio e lucro do que pela necessidade de um planejamento familiar como um direito de todo cidadão e cidadã. Outros autores (Doyal, 1987 ; Vaughan, 1972 ; Bondestan, 1980; Ehrenreich, 1979), afirmam que a história da contracepção é plena de episódios aéticos. A história da pílula anticoncepcional é um desses exemplos, desde seus testes em

mulheres de baixa renda porto-riquenhas nos anos 50 até o duplo padrão de informações contidas nas bulas dos países do I e III mundo. A história do DIU inclui também episódios dignos de reparos. Seus riscos são conhecidos desde a sua criação por Graafenberg. Os inúmeros casos de doença inflamatória pélvica o levou ao descrédito . Mesmo após novos testes realizados principalmente em mulheres de baixa renda em Porto Rico, em Harlem e em Mississipi durante os anos 60 (Bondestan, 1980) com o objetivo de recuperar sua credibilidade, uma nova epidemia de aborto séptico causado pelo Dalkon Shields DIUs ocorreu durante os anos 70. O último episódio merecedor de destaque foi o da exportação de DIUs não esterilizados, porém não notificados, para países do III Mundo. Apesar da atual tentativa de demonstração que o mecanismo de ação do DIU não é microabortivo, não existe na literatura nenhuma evidência científica que assegure essa assertiva, caracterizando uma campanha sistemática de desinformação. Entre nós, o episódio das pesquisas com os anéis vaginais hormonais e com os contraceptivos injetáveis como o Norplant são exemplos da não prática dos princípios estabelecidos na Declaração de Helsink como pré-requisitos em pesquisas envolvendo seres humanos. Em relação à esterilização, a sonegação de informações a respeito dos seus efeitos colaterais foi marcante durante a década de 80. O próprio autor enfrentou dificuldades para divulgar essas informações. Ainda hoje muitas mulheres não têm a clareza do mecanismo que causa a chamada Síndrome Pós-Laqueadura. Atualmente faz-se necessário também a divulgação dos mecanismo da vasectomia, que além da lesão mecânica produz alterações imunológicas que necessitam de estudos para identificação dos efeitos a longo prazo. Os princípios éticos foram e ainda são negligenciados na história do planejamento familiar. Apesar de não termos o contraceptivo ideal, isto é, máxima eficácia sem efeitos colaterais, é necessário que a população e os profissionais de saúde recebam todas as informações disponíveis para que exercitando seu arbítrio possam pesar riscos e benefícios de cada método contraceptivo, praticando assim os princípios da Bioética.

EUGENISMO (RACISMO INTERNACIONAL) E ESTERILIZAÇÃO FEMININA

Durante o século XIX, por razões políticas e sociais, houve um aumento no interesse relativo à hereditariedade, onde a mesma tornou-se ingrediente importante das ideologias liberais para consolidar a meritocracia, necessária para explicar a existência de desigualdades sociais e econômicas entre pobres e ricos, brancos e pretos, homens e mulheres numa sociedade que se dizia oferecer oportunidades iguais. A explicação encontrada era que tais "diferenças" expressavam "diferenças" herdadas, via nascimento (Hubbard, 1985). Essa visão foi estimulada por figuras importantes na sociedade científica daquela época. As idéias de Charles Darwin em relação ao dano causado à espécie humana pelos imbecis e doentes foram importantes para a criação do movimento eugênico (Whelan, 1986). Francis Galton, criador do termo, acreditava que para melhorar a sociedade, era necessário aumentar o número dos capazes e diminuir a fertilidade dos inferiores (Mackenzie, 1979). Essa idéias se propagaram rapidamente e tornaram-se populares no início do século XX, principalmente na Inglaterra, EUA e Alemanha. Nos EUA, criaram-se as Leis Eugênicas de Esterilização e na Alemanha, criou-se a sociedade para Higiene Racial. Em 1917, Ellis advoga um relacionamento mais estreito com o Movimento pelo Controle Populacional. Conhecida entre nós pelo sua contribuição ao Movimento Feminista e pela divulgação dos métodos contraceptivos, Marie Stopes (Inglaterra) advoga a esterilização daqueles incapazes de uma maternidade ou paternidade responsável (Whelan, 1986) e Margareth Sanger (EUA) advoga uma política de segregação e esterilização compulsória para aquele tipo de população (Bondestan, 1980). Essa associação aumenta progressivamente e já em 1940 o presidente da Federação Eugênica Americana, Farchild, afirma que "... os dois movimentos são agora quase indistinguíveis" (Mass, 1981). Em 1948, a Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF) é fundada e tem seu primeiro escritório em Londres custeado pela sociedade Eugênica Inglesa. Em 1957, Dr. Blacker, Secretário Honorário da Sociedade Eugênica, sugere que os objetivos eugênicos devem ser conseguidos através de políticas e estratégias mais encobertas. Em 1960, a sociedade resolve aumentar seu apoio financeiro à IPPF e à Associação de Planejamento Familiar. Em 1964, Dr. Blaker expressa seu suporte à política de esterilização voluntária na I Conferência Internacional de Esterilização voluntária afirmando, entre outras coisas, que a esterilização é importante para

a melhoria da saúde e das condições sócio-econômicas dos indivíduos.

Existem evidências na literatura internacional que associam políticas de esterilização com o movimento racista internacional.

MULHER NEGRA E MIOMAS

Vera Cristina de Souza^{*0}

Ao analisarmos a qualidade dos serviços de Saúde Pública, o acesso e o tipo de assistência médica oferecidos no Brasil, constatamos que sua precariedade fundamenta-se na existência de um conjunto de problemas estruturais que atinge os diferentes grupos populacionais e, mais acentuadamente, a população negra.

A população negra devido à discriminação racial a que está sujeita, concentra-se nas periferias dos centros urbanos, onde os serviços de infra-estrutura são deficientes ou inexistentes e as oportunidades econômicas e educacionais são as mais precárias (Rolnik, 1989: 29-41).

Um veio elucidativo de como a opressão racial / étnica atua sobre a saúde das pessoas, poderá ser obtido se estabelecermos a exata relação entre as condições materiais de vida (classe social), o gênero, e raça / etnia (aqui incluída a predisposição biológica). No entanto, esta é uma rota de pesquisa ainda pouco explorada em toda a sua potencialidade.

Nesse sentido, iniciou-se no ano de 1992, o Projeto "Saúde Reprodutiva da Mulher Negra"⁰, com o objetivo de investigar as doenças raciais / étnicas que influenciam na qualidade da saúde reprodutiva das mulheres negras.

Para tanto, realizou-se pesquisa de campo que constou da aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas acerca

0 ^{*} Bolsista da Fundação MacArthur no Projeto Saúde Reprodutiva da Mulher Negra, conduzido pela Área de População e Sociedade do CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, e pós-graduanda do Programa de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

0 Pesquisa conduzida na Área de População e Sociedade do CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, sob a coordenação de Eliza Berquó, com o apoio da Fundação MacArthur.

de condições de vida, nupcialidade, gestações e esterilização. Foram entrevistadas 1026 mulheres, sendo 513 negras e 513 brancas, residentes nos bairros do Butantã, Ipiranga e Vila Brasilândia, com idade reprodutiva entre 15 a 50 anos, abrangendo todos os níveis de escolaridade. Com relação ao item cor, foi adotado o modelo utilizado pelo IBGE no último censo, ou seja, o da auto-classificação.

Para a aplicação dos questionários de campo, contratou-se os serviços de um Instituto de Pesquisa, onde foram selecionadas e treinadas entrevistadoras, brancas e negras, as quais auto-declararam sua cor, para este fim. Estas profissionais trabalharam em dupla, uma branca e uma negra, sendo que as brancas entrevistavam mulheres brancas e as negras entrevistavam mulheres negras, dada a necessidade de se criar um ambiente de reciprocidade entre entrevistadas e entrevistadoras, devido à complexidade do questionário.

Concomitante à pesquisa de campo, iniciamos extensa pesquisa bibliográfica e entrevistas com profissionais de saúde, com o objetivo de nos inteirarmos acerca da relação existente entre doenças e especificidades étnicas.

Já em primeiro momento, fomos informadas que a qualidade de saúde de uma população não se encerra apenas nas suas condições materiais de vida, mas também na predisposição biológica, pois determinados grupos raciais estão mais susceptíveis a desenvolverem algumas doenças, hoje chamadas doenças raciais / étnicas, como é o caso da anemia falciforme, e da hipertensão arterial, que são mais prevalentes na população negra.

E também, parte da literatura médica e dos profissionais de saúde, constatam, embora não expliquem, que as mulheres negras estão mais predispostas a desenvolverem miomas do que as mulheres brancas, existindo então um componente biológico, ligado à raça que pode diminuir a qualidade de saúde da mulher negra e até a sua sobrevivência (Oliveira & Zago).

No entanto, na Pesquisa "Saúde Reprodutiva da Mulher Negra" não foi encontrada diferença na proporção de miomas entre mulheres negras (15.6 %) e brancas (15.4 %), conforme mostra a

tabela 1. Porém, para mulheres esterilizadas, a prevalência de miomas é o dobro para as negras com 17.5 %, contrastados com os 8.8 % correspondente às brancas, embora estas percentagens não cheguem a diferir, estatisticamente falando⁰.

Tabela 1 - Mulheres de 15 a 50 anos, esterilizadas e não esterilizadas segundo a presença de miomas, por cor.

	Negras				Total		Brancas				Total	
	Esteri.		não Esteri.		n°	%	Esteri.		não Esteri.		n°	%
	n°	%	n°	%			n°	%	n°	%		
Com mioma	18	17.5	62	15.1	80	15.6	10	8,8	69	17.2	79	15.4
Sem mioma	85	82.5	348	84.9	433	84.4	103	91.2	331	82.8	434	84.6
Total	103	100.0	410	100.0	513	100.0	113	100.0	400	100.0	513	100.0

De outro lado, por estarmos estudando aspectos da saúde reprodutiva da mulher negra, é freqüente o nosso diálogo com membros das várias entidades do movimento negro. Nessas ocasiões, é comum ouvirmos, por parte dos militantes dessas organizações, relatos no sentido de que, estaria ocorrendo no Brasil, uma política de "extermínio" da população negra, através da cirurgia da esterilização.

⁰ Z = 1.88, menor do que o valor crítico de 1.96 ao nível de significância de 5%

Segundo essas denúncias, uma vez que esses tumores prevalecem em mulheres negras, parte dos profissionais de saúde estariam indicando a esterilização como forma de impedir o desenvolvimento dos miomas, evitando dessa forma, a exposição dessas mulheres aos problemas de saúde, como por exemplo o câncer de útero.

Essa afirmação nos chamou atenção por entendermos que se, de fato, o mesmo estivesse acontecendo estaríamos diante de um fenômeno de massa.

Cabe ressaltar que não era propósito inicial de nosso projeto a investigação específica acerca da epidemiologia dos miomas e sua relação com a saúde reprodutiva das mulheres negras. Porém, frente ao que expomos acima, resolvemos aprofundar nosso conhecimento a esse respeito, iniciando minuciosa investigação bibliográfica e entrevistas com profissionais de saúde.

O que é Mioma?

Mioma é um tumor uterino benigno. Apresentam-se de vários tipos e tamanhos, podendo variar desde proporções microscópicas até pesar 50 kilos. Existem várias explicações para a origem dos miomas, mas não se sabe ao certo qual a causa desses tumores. Admite-se que fatores genéticos têm contribuição importante para o seu desenvolvimento (Verkauf, 1992).

As pacientes podem ser assintomáticas, ou seja, não sentem a presença do tumor no útero, "mesmo que este seja muito grande, em função do seu crescimento lento e com uma acomodação gradativa das vísceras abdominais" (Entman, 323:331, s.d.).

Pacientes sintomáticas sentem a presença do tumor no útero acompanhadas de dor pélvica, sangramento uterino anormal, alteração do peso corporal, dores no corpo e frequência urinária. Aparecem geralmente em pacientes com mais de trinta anos. São raros antes da menarca, e são prevalentes em mulheres negras, podendo regridir na fase da menopausa (Riechelmann, 1992).

Apresentam-se também durante a gravidez. Quando manifestados no primeiro trimestre da gestação podem provocar o

aborto espontâneo, ruptura da placenta, dismenorréia ou partos prematuros. O abortamento espontâneo, na presença de miomas, acontece quando esses tumores são submucosos (crescem para o interior da cavidade uterina), impedindo que a placenta fique devidamente aderida à parede uterina, resultando em sangramento e conseqüentemente o abortamento. Os miomas submucosos representam apenas 5 % dos miomas (Lauersen & Whitney, 1990, 239:260).

E ainda se os miomas manifestarem-se no segundo trimestre da gestação podem ocasionar malformação fetal, stress, hemorragia pós-parto, infecção do puerpério. Todos esses fatores contribuem para a infertilidade (Verkauf, op.cit.).

A cirurgia efetuada para casos extremos é a histerectomia. A histerectomia é indicada para os casos de hemorragias genitais que perduram durante meses conduzindo à anemia podendo levar à morte, dismenorréias incessantes e se o mioma for muito volumoso, a cirurgia é recomendada mesmo se a paciente não sentir dores. E ainda, devido ao sangramento abundante que às vezes o mioma ocasiona (Souza, 1992).

Os grandes miomas, em geral, para serem removidos exigem a extração do útero. Nos casos em que estes tumores nascem nas laterais do útero a cirurgia para removê-los se faz necessária. Mesmo havendo a necessidade de ser realizada a histerectomia, devido aos casos acima citados, esta cirurgia só deve ser realizada se a paciente não tiver a intenção de ter filhos e, neste caso, o tratamento se dá à base de hormônios sendo bastante eficaz. Caso não se obtenha resultados favoráveis com tratamentos hormonais realiza-se a miomectomia. Miomectomia é a retirada do mioma e a permanência do útero. Somente se esta cirurgia também não surtir efeitos positivos, aí então é efetuada a histerectomia.

Com relação ao surgimento de novos miomas, estudiosos revelam que, após a realização da miomectomia, o intervalo médio é de aproximadamente três anos. Este período é considerado extenso permitindo que a paciente possa engravidar se desejar. Tem-se sugerido, de outro lado, que essa cirurgia pode diminuir a fertilidade, sendo desta forma, injustificável a sua prática em mulheres férteis.

Tem-se investigado também, a possível associação existente entre o crescimento de morbidades como apendicite e hipertensão após a cirurgia da miomectomia. (Egwuatu et al, 1989:341-346).

A suposta ligação existente entre miomas e hipertensão é importantíssima e merece ser investigada, uma vez que a hipertensão arterial é uma doença que comprovadamente tem um componente racial, atingindo mais e sendo mais grave em negros (Oliveira & Zago, op.cit.).

No que se refere à associação entre miomas uterinos e métodos anticoncepcionais, estudos revelam que a utilização de métodos anticoncepcionais hormonais dificultam o aparecimento dos miomas uterinos e contribuem para o não desenvolvimento dos mesmos (Ross, 1986: 359-362).

No entanto, a pesquisa bibliográfica mostrou a precariedade de estudos que tratam da epidemiologia dos miomas, bem como a pouca presença de trabalhos que discutam e fundamentem a suposta relação existente entre esses tumores e etnia. Decidimos então, por uma volta ao campo a fim de reentrevistar todas as mulheres esterilizadas e portadoras de miomas, 18 negras e 10 brancas, com o propósito de levantar informações sobre seus históricos de miomas, relacionando-os com suas histórias reprodutivas.

Apesar da literatura médica e dos profissionais de saúde terem afirmado que os miomas não são fatores de esterilização, resolvemos verificar a informação dos militantes dos movimentos negros acerca da suposta relação existente entre miomas e esterilização.

Assim, recortamos a nossa amostra da seguinte forma: para as não esterilizadas e portadoras de miomas, tomamos 18 negras, a partir das 62 nestas condições, e 10 brancas, a partir das 69, com o cuidado de que tivessem características de idade, escolaridade e número de gestações semelhantes às correspondentes, esterilizadas, respectivamente, negras e brancas.

Nossos dados revelaram que, para as mulheres negras não esterilizadas (18), a idade média de aparecimento do primeiro mioma

foi 27 anos e a idade média atual é de 39 anos, ou seja, em média 12 anos foram decorridos desde o surgimento do mioma não tendo elas recorrido à esterilização. Para as brancas não esterilizadas, a idade média de aparecimento do primeiro mioma foi 25 anos e a atual é 32 anos, isto é 7 anos sem se esterilizarem.

Para essas mulheres foi a seguinte a distribuição, segundo o aparecimento de miomas.

Mulheres negras:

Mioma após a esterilização:	10	55.5 %
Mioma antes da esterilização:	02	11.1 %
Mioma antes e depois da esterilização:	06	33.3 %
Total	18	100.0 %

Mulheres brancas:

Mioma após a esterilização:	03	30.0 %
Mioma antes da esterilização:	06	60.0 %
Mioma antes e depois da esterilização:	01	10.0 %
Total	10	100.0 %

Todas as mulheres:

Mioma após a esterilização:	13	46.4 %
Mioma antes da esterilização:	08	28.6 %
Mioma antes e depois da esterilização:	07	25.0 %
Total	28	100.0 %

Trabalhando com o total das mulheres uma vez que são muito pequenas as amostras separadas de negras e brancas, verifica-se certa predominância de miomas após a esterilização, muito embora não haja uma significância estatística.

Olhando individualmente as 13 mulheres nesta categoria, doze delas em união conjugal, verifica-se que três fizeram a histerectomia logo depois do mioma e uma vez a miomectomia. As dez restantes estiveram expostas durante um tempo médio de 6, 8 anos até o momento da entrevista, sem contudo terem apresentado novos miomas. Uma possível explicação seria a menor chance de miomas a que estão sujeitas as mulheres depois dos 30 anos de idade, uma vez que a idade média na época do aparecimento do mioma foi para estas mulheres igual a 35 anos.

Outro fato que chama a atenção é o reduzido intervalo de tempo decorrido entre a esterilização e o surgimento do mioma, isto é 2 . 7 anos.

A literatura médica nos indica que não existe uma forma de tratamento definitiva para os miomas, exceto a histerectomia, sendo considerado normal aparecimento de novos tumores. Estudos revelam que após a realização da miomectomia ou do tratamento conservador (clínico), o intervalo médio para o surgimento de novos miomas é de aproximadamente três anos (Oliveira, 1993).

Utilizando-nos da tabela 2, ao compararmos o número de vezes em que os miomas apareceram para as mulheres negras e brancas, verificamos que 58.9% das entrevistadas apresentaram mioma somente uma vez (55.5% para as negras e 65.0% para as brancas), sendo que a média de miomas apresentados por essas mulheres foi de 1.6 e 1.5, respectivamente.

Tabela 2 - Total de mulheres de 15 a 50 nos, segundo incidência de miomas.

	Negras		Branças	
	n°	%	n°	%
Mioma somente uma vez	20	55.5	13	65.0
Mioma duas vezes				
Mioma três vezes	10	27.8	04	20.0
Mioma quatro vezes				
	05	13.9	02	10.0
	01	2.7	01	5.0
Média de miomas por	1.6	00	1.5	00

Verificando-se a incidência de miomas para as mulheres esterilizadas, observamos que 75.0% dessas apresentaram miomas somente uma vez (66.7% para as negras e 90.0% para as brancas), sendo que 83.4% das negras e 33.3% das brancas apresentaram miomas após a esterilização, como pode ser visto na tabela 3.

Tabela 3 - Mulheres de 15 a 50 anos, esterilizadas e não esterilizadas, segundo incidência de miomas.

Negras	Brancas					
	Esteri. n° %	não Esteri. n° %	Esteri. n° %	não Esteri. n° %		
Mioma somente uma vez						
Mioma duas vezes	12 66.7	08 44.5	09 90.0	04 40.0		
Mioma três vezes	05 27.8	05 27.8	01 10.0	03 30.0		
Mioma quatro vezes	01 5.5	04 22.2	00 00	02 20.0		
	00 00	01 5.5	00 00	01 10.0		
Média de miomas por mulher	1.4 00	1.9 00	1.1 00	2.0 00		

Esses dados, nos permitem supor, em um primeiro momento que, ao contrário do que afirma a parcela do movimento negro, as mulheres negras não estariam sendo esterilizadas por terem miomas, ou seja, o fato de apresentarem esses tumores, não mostrou ser argumento para que se realizasse a esterilização, uma vez que esses

tumores apareceram majoritariamente para essas mulheres, após a cirurgia da esterilização.

Podemos supor que mulheres com miomas que submeteram-se à histerectomia, e conseqüentemente, tornaram-se estéreis uma vez que perderam o útero, afirmem terem sido esterilizadas, mas, no entanto, não fizeram a laqueadura.

Supomos também que o maior *status* social (renda e educação) e o maior acesso à informação conduzem as mulheres à procura de acompanhamento clínico, como por exemplo as consultas ginecológicas, que poderiam constatar ou não a ocorrência de miomas.

A forma utilizada para a extirpação dos miomas uterinos variou entre as mulheres entrevistadas.

Como mostra a tabela 4, 44.5% das negras e 55.0% das brancas trataram-se através de medicamentos. Esses números nos chamam a atenção, uma vez que parece ser polêmica a indicação dos tratamentos para os miomas. Parte da literatura médica, assim como parte dos profissionais de saúde, afirmam que o tratamento hormonal (métodos contraceptivos) é indicado para o tratamento do mioma, sendo bastante eficaz (Ross, 359:362, 1986). Para outros, os anticoncepcionais de alto teor de estrogênios contribuem para o surgimento e crescimento dos miomas, sendo indicado então aqueles que apresentam baixo teor de estrogênios (Oliveira, 1994). Porém, há informações de que os tratamentos hormonais, que não os métodos contraceptivos, são bastante caros e apresentam contra-indicações (Gollop, 94).

Com relação à miomectomia, 30.6% das negras fizeram essa cirurgia contra 25.0% das brancas. É interessante notar que, alguns estudiosos sugerem as hipóteses as quais a miomectomia pode diminuir a fertilidade, e investigam também a existência de uma possível associação entre o crescimento de morbidades como apendicite e hipertensão após essa cirurgia (Egwuatu, op. cit.).

Tabela 4 - Total de mulheres brancas e negras, de 15 a 50 anos, submetidas à miomectomia, histerectomia, miomectomia e histerectomia.

	Negras		Brancas	
	n°	%	n°	%
Só miomectomia	11	30.6	05	25.0
Só histerectomia	06	16.6	02	10.0
Miomectomia e Histerectomia	03	8.3	02	20.0
Não fizeram cirurgia	16	44.5	11	55.0
Total	36	100.0	20	100.0

Nesse sentido, considerando somente as mulheres não esterilizadas que foram miomectomizadas, tabela 5, (44.6% negras e 20.0% brancas), podemos imaginar que essas mulheres estão sujeitas a tornarem-se inférteis caso seja verdadeira a hipótese de que uma das conseqüências negativas da miomectomia seja a infertilidade, sendo ainda mais grave para as mulheres negras, uma vez que está comprovado cientificamente que, além das condições

materiais de vida, a população negra está predisposta biologicamente a apresentar hipertensão arterial.

Tabela 5 - Mulheres brancas e negras, de 15 a 50 anos, não esterilizadas submetidas à miomectomia, histerectomia, miomectomia e histerectomia.

Negras		Brancas	
Não esterilizadas			
n°	%	n°	%
Só miomectomia	08 44.6	02 20.0	
Só histerectomia	03 16.6	01 10.0	
Miomectomia e Histerectomia	01 5.5	02 20.0	
Não fizeram cirurgia	06 33.3	05 50.0	
Total	18 100.0	10 100.0	

Quanto à histerectomia, os dados das tabelas 6 e 7 revelam que, 23.2% de nossas entrevistadas perderam seus úteros, (25.0% negras e 20.0% brancas), sendo que 44.5% das negras histerectomizadas, não estavam esterilizadas, assim como 75.0% das brancas.

Tabela 6 - Total de mulheres negras e brancas, de 15 a 50 anos, que fizeram a histerectomia.

Negras Brancas	Total				
	nº	%	nº	%	
Histerec.	09	25.0	04	20.0	13 23.2
Ñ. hister.	27	75.0	16	80.0	43 76.7
Total	36	100.0	20	100.0	56 100.0

Tabela 7 - Mulheres negras e brancas de 15 a 50 anos, esterilizadas e não esterilizadas que fizeram a histerectomia.

Total de Mulheres					
	Negras		Brancas		
nº	%	nº	%	nº	%
Esteril.	05	55.5	01	25.0	06 46.1
Ñ. esteril.	04	44.5	03	75.0	07 53.9
Total	09	100.0	04	100.0	13 100.0

Consideramos ter sido bastante elevado o percentual de mulheres que perderam suas capacidades reprodutivas devido à presença do mioma, uma vez que a literatura médica indica que a histerectomia só deve ser realizada em casos extremos como por exemplo nos casos de hemorragias genitais - que perduram durante meses, conduzindo à anemia e podendo levar à morte, dismenorréia, ou se o mioma for muito volumoso (Souza, op.cit.).

Desse modo, cabe perguntar se de fato as mulheres não esterilizadas apresentaram quadro clínico que necessitasse dessa cirurgia.

O pequeno número de mulheres não permite um conjunto de desagregações que seriam altamente interessantes, como por exemplo, a idade à época da histerectomia e da miomectomia. O que os dados revelam é que estas práticas às vezes ocorrem muito cedo na vida das mulheres, até mesmo antes dos 24 anos.

A relação existente entre miomas e gestações é bastante polêmica entre os estudiosos dessa questão. Para alguns, é comum o aparecimento de miomas durante a gestação sendo que, o risco de desenvolvimento desses tumores diminuem à medida em que evolui a gravidez (Ross, op.cit.).

Para outros, no entanto, se o mioma manifestar-se no primeiro trimestre de gravidez pode provocar o aborto espontâneo ou ruptura da placenta; se surgir no segundo trimestre da gestação pode ocasionar infecção no puerpério, má formação fetal e hemorragia pós-parto sendo que esses dois últimos, segundo esses autores, contribuem para a infertilidade (Verkauf, op.cit.).

Os dados da tabela 08 revelam que não é incomum os miomas aparecerem durante o período da gestação, sendo possível, em larga medida, levar a gravidez a termo mesmo com a presença desses tumores. Para as mulheres negras, 23.3% apresentaram miomas durante a gestação, assim como 16.6% das mulheres brancas.

Tabela 8 - Mulheres de 15 a 50 anos, segundo ocorrência de miomas somente antes, somente depois, antes e depois ou durante a gravidez.

	Negras		Brancas	
	n°	%	n°	%
Mioma antes da gravidez	03	10.0	00	00
Mioma durante a gravidez	07	23.3	03	16.6
Mioma depois da gravidez	12	40.0	10	55.6
Antes e depois da gravidez	08	26.7	04	22.3
Antes/durante/depois	00	00	01	5.5
Total	30	100.0	18	100.0

Conclusões:

Nossa pesquisa não nos permite, ainda, fazer conclusões abrangentes acerca da relação existente entre mioma e etnia. Mas a literatura médica indica que os miomas são prevalentes em mulheres negras, o que aponta para a necessidade de aprofundarmos em questões relativas à vida reprodutiva - métodos contraceptivos, gestações, formas de tratamento - e miomas.

Um outro fator que nos remete a uma investigação mais profunda, se dá com relação à ausência de registro de identificação racial dos usuários dos serviços de saúde. O sistema de saúde pública e o privado não registram o quesito cor nos prontuários, impossibilitando a investigação de dados que comprovem, ou não, a existência de diferenças raciais com relação à saúde. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por seu turno, não pode investigar variáveis como qualidade de habitação, saneamento e causa de óbitos agregados por cor, pelo fato de que não consta dos atestados de óbito a informação sobre a cor da pessoa falecida.

E ainda, numa sociedade como a brasileira, onde se perpetua o mito da democracia racial, podemos supor que as diferenças étnicas na área da saúde não são investigadas ou discutidas por grande parcela dos profissionais de saúde, podendo determinar diagnósticos imprecisos, por não considerarem as especificidades dos diversos grupos sociais, podendo então conduzir tratamentos inadequados.

Bibliografia

EGWUATU, V.E; F.N.C.D.G.; F.R.C.O.G. - "Fertility and Fetal Salvage Among Women With Uterine Leiomyomas in a Nigerian Teaching Hospital". in *Int. J. Fétil* . p. 341-346, 1989.

ENTMAN, Stephen S. "Leiomioma e Adenomiose Uterinas". In: *Tratado de Ginecologia*. Ed. Guanabara ; s.d. , p. 323-331.

GOLLOP, Thomas. Instituto de Medicina Fetal e Humana, 1994.

- LAUERSEN, Niels; WHITNEY, Steven. "Anomalias Uterinas". In: *O Corpo da Mulher*. Ed. Abril, p. 239-260, 1990.
- OLIVEIRA, Fátima. "Os múltiplos significados e implicações do fatalismo genético". In: SEMINÁRIOS ALCANCES E LIMITES DA PREDISPOSIÇÃO BIOLÓGICA, 1993. São Paulo. *Anais*. São Paulo: Área de População e Sociedade do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 6 - 7, dez. , 1993.
- RIEHELMANN, José Carlos. Obstetra da Maternidade de São Paulo - Entrevista concedida à equipe do Projeto Saúde Reprodutiva da Mulher Negra, conduzida pela Área de População e Sociedade do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1992.
- ROLNIK, Raquel. "Territórios negros nas cidades brasileiras", - *Estudos Afro-Asiáticos*; Rio de Janeiro, n.17, p. 29-41, set. 1989.
- ROSS, Ron K; PIKE, Malcon C; VESSEY, Martin P; et alü - "Risk Factores Uterine Fibroides: Reducet Risk Associated with Oral Contraceptives" in *Int. J. Fétil* , p. 341-346, 1989.
- SOUZA, Alice de Paula. Especialista em Saúde Pública do Centro de Saúde de Vargem Grande Paulista - Entrevista concedida à equipe do Projeto Saúde Reprodutiva da Mulher Negra, conduzida pela Área de População e Sociedade do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1992.
- VERKAUF, Barry S. "Myomectomy for Fertility Enhancement and Preservation"; *Fertility and Sterility*. v. 58, n.1, july, 1992.
- ZAGO, Marco Antonio. Quadro mundial das condições e enfermidades consideradas genéticas. In: SEMINÁRIO ALCANCES E LIMITES DA PREDISPOSIÇÃO BIOLÓGICA , 1993. São Paulo. *Anais ...* São Paulo: Área de População e Sociedade do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 6 - 7, dez, 1993.

La femme africaine : mère nourricière ou mère dévorante ?

Cet exposé porte sur la femme africaine. Tout le monde aura remarqué que son auteur n'est ni femme ni Africain; et si le bréviaire de l'anthropologue lui interdit l'auto-analyse, un autre commandement lui impose un idéal de connaissance de son objet auquel, en tant que sujet masculin, il ne peut en l'espèce prétendre, quel que soit son degré d'immersion dans une quelconque culture étrangère.

Pour m'éviter les reproches concomitants d'androcentrisme et d'ethnocentrisme, je procéderai par conséquent, de la manière suivante:

-Je ne chercherai pas à définir une illusoire identité féminine. Mais je m'efforcerai de rendre compte de l'idéologie masculine de la femme, ainsi que des normes et des modèles de conduite largement imposés par les hommes. Je mettrai ensuite en perspective ces productions symboliques de la culture avec les données ethnographiques de la condition féminine, telles que les ont rapportées les travaux de certains observateurs occidentaux, parmi lesquels figurent une majorité de femmes (Denise Paulme, Mary Douglas, Françoise Héritier-Augé, Ariane Deluz, Colette Le Cour et d'autres).

-Ma référence à l'Afrique se limitera à l'aire linguistique désignée par les spécialistes sous le nom de *Niger-Congo*. Cette vaste région, qui représente la moitié de la superficie du continent et rassemble les deux tiers de sa population, se caractérise bien entendu par sa diversité bio-géographique et par d' importants écarts culturels. A la multiplicité des genres de vie (pastoralisme, agriculture de savane, horticulture forestière, activité urbaine), des configurations technico-économiques et des formes sociales statutaires (sociétés

0 * Professeur à l'Université François Rabelais de Tours (France)
Exposé au IVème Congrès-Afro-brésilien, Recife, 17-20 avril 1994.

acéphales, à rangs, à chefferies ou à Etats) se juxtapose, en effet, l'influence, inégale selon les régions, des apports culturels extérieurs: principalement l'islam et le christianisme.

Dans ce tableau bigarré, une première forme de regroupement consiste à mettre en évidence la profonde unité linguistique et culturelle du monde bantou, lui-même issu des migrations ouest-africaines de la Bénoué et représentant *lato sensu* l'immense majorité des populations vivant au sud de l'équateur.

Par ailleurs, dans toute la zone de référence (qui regroupe donc à la fois les Bantous et les cultures ouest-africaines: ouest-atlantique, mandé, voltaïque et kwa), de nombreux traits communs peuvent être distingués. Certains d'entre eux subsistent peut-être à l'état de vestiges d'un ancien patrimoine paléo-africain. D'autres auraient pu être diffusés par le moyen des migrations: dispositifs techniques, symbolique de l'univers, mythes de fondation, formes religieuses et artistiques, etc.

I. L'idéologie masculine de la femme

Les Africains ne se représentent pas la femme comme un être de nature inférieure à celle des hommes, quoiqu'ils aient conscience d'avoir brimé sa condition sociale. Dans de nombreux mythes africains, la toute puissance de la femme – qui possède le monopole de la procréation, maintient les hommes en tutelle, attise leur convoitise et explique que ceux-ci, lassés de cette servitude, aient un jour dépossédé les femmes d'une partie de leurs attributs culturels. Cette rhétorique, comme on le sait, n'est pas spécifiquement africaine. On la rencontre ailleurs dans le monde, en particulier dans l'Amérique amérindienne et aussi chez les Baruya de Nouvelle Guinée décrits par Maurice Godelier. Chez les Gikuyu, agro-pasteurs bantous du Kenya, la défaite de l'impérialisme féminin intervient à l'occasion d'une coalition des hommes qui décident de rendre simultanément toutes les femmes enceintes afin de les affaiblir.

Ayant en quelque sorte triomphé de l'autre sexe, les hommes deviennent maîtres du temps et de l'espace social: ils engendrent les mots et les lois, commandent le calendrier, disposent de l'avenir, s'approprient la terre et le territoire, procèdent aux opérations de

conquête et de prédation de la nature: ils chassent, pêchent, tuent, défrichent, brûlent, domptent les animaux et les asservissent. Ils maîtrisent le feu et le fer. Ainsi exposés aux désordres du monde, les hommes sont aussi investis des fonctions réparatrices et propitiatoires: ils rendent la justice, procèdent aux sacrifices et dialoguent seuls à seuls avec les dieux.

Les femmes, de leur côté sont la partie de l'humanité qui détient la plus grande part d'ingrédients "naturels": elles donnent la vie et assurent son entretien. Mais l'amputation et le détournement par les hommes de leur arsenal culturel laissent, chez elles, le libre cours aux pulsions et aux passions et font des femmes, sans la tutelle masculine, des créatures fragiles, incontrôlables et dangereuses.

A. Si l'homme est défini par la valeur de la sagesse, la femme l'est par celle de la *fécondité*. Celle-ci est inscrite en creux dans la symbolique des nombres qui circonscrit, dans la plupart des cultures africaines, la nature de chaque sexe: le chiffre 4, qui rassemble les deux grandes lèvres et les deux petites lèvres de l'organe sexuel féminin, est le métonyme de la femme. Figuré par quatre points disposés en cercle, il suggère le réceptacle. En contrepoint, l'homme est symbolisé par le chiffre 3 qui réunit en une sorte de triangle ou de pointe de sagaie la verge et les testicules.

Comme on le voit fréquemment ailleurs, chacun des deux corps, masculin et féminin, est une production tardive de la culture qui, au moment de l'initiation, achève de séparer ce que la nature esquisse de manière schématique et maintient à demi confondu. Tandis que la circoncision retire à l'homme sa part féminine, l'excision (très fréquente, sinon presque partout répandue) réinscrit le corps féminin dans une catégorie irréversible: celle de femme et de mère: elle bride et canalise sa sexualité et, comme le disent les vieilles femmes, "ouvre le passage" à l'enfant désiré.

La maternité devient ainsi le destin obsédant de toute femme africaine ou, comme on dit encore, son "orient". On sait que les cultures africaines accordent la plus grande importance à la descendance des individus. Dans une conception répandue de la personne humaine, une part de celle-ci (corps fluide, âme, esprit des manes) est héritée des ancêtres et se réincarne ensuite dans le

cycle lignager. Tandis que l'enfant "vient des morts" et fait revivre l'ancestralité, la stérilité condamne à une mort sans retour. Une nombreuse progéniture, par conséquent, est la garantie de se perpétuer. Elle signe aussi sa capacité à reproduire le monde d'avant. Objet de création continue (ou de "re-création"), elle est source de reconnaissance, de puissance, de prestige et de richesse. A l'inverse, l'individu stérile est déconsidéré. Très fréquemment, il est enterré à part dans l'aire réservée aux enfants.

Quoique la nécessité de l'enfantement soit vécue à la fois par les femmes et par les hommes, elle rend la femme dépositaire exclusive de cette mission cardinale sans que, jamais, la stérilité de l'homme soit invoquée ou suspectée. Consacré par le mariage, l'acte de procréation est encadré socialement. Faire l'amour en dehors de la maison (par exemple, dans la brousse) est une faute gravissime qui demande réparation. Dans plusieurs sociétés d'Afrique de l'Est, deux générations adjacentes sont génésiquement incompatibles, la première grossesse de l'épouse impliquant pour ses mère et belle-mère la renonciation à concevoir. Grossesse, accouchement et petite enfance font partie d'un parcours précautionneux qui réaffirme la fragilité de l'acte créateur. La grossesse de la femme introduit un désordre dans le corps. Elle est, dit-on chez les Bambara, la "maladie du bonheur" (Cormont, 1988). L'accouchement, de son côté, est une phase dangereuse, qui met la femme en contact direct avec la mort. Entourée des soins de toute la maisonnée, la progéniture, enfin, fait l'objet de protections magiques: il n'est pas séant pour l'étranger d'en connaître le décompte. Car ce serait, croit-on, braver la mémoire des ancêtres qui ne sauraient eux-mêmes se confondre avec les animaux.

Si la stérilité est un drame individuel, les usages et les institutions se chargent largement de pourvoir le mariage infécond: tandis que l'amant procure à l'insu du père social ce que son épouse attend pour ce dernier et pour elle-même, la femme stérile se fait parfois reconnaître l'enfant d'une co-épouse. Dans certaines sociétés d'Afrique de l'Est, existe la pratique de la *gynégamie* (mariage entre femmes). Une femme sans descendance (veuve ou répudiée) "épouse" une femme plus jeune dont les enfants appartiendront ensuite à son lignage et transmettront son héritage.

Les vertus procréatrices de la femme font l'objet de nombreuses transcriptions symboliques. Les plus fréquentes associent la sexualité à la nourriture et la bouche au sexe. Emetteurs de la parole (qui régule le monde) et de la semence (qui programme la procréation et dispose de l'avenir), la bouche et le sexe sont chez l'homme des attributs du commandement. Et si la bouche de l'homme est (aussi) un intercepteur de nourriture, son statut est singularisé: mari et femme ne mangent pas ensemble, ni même, souvent, dans le même lieu. Chez la femme, en revanche, bouche et sexe sont avant tout des réceptacles que l'on se risque à permuter: de même que la femme féconde se doit d'être grosse, on dit de la femme enceinte "qu'elle a beaucoup mangé". L'utérus est désigné dans les langues mandé par le terme d'"intestin de la naissance" (Cormont, 1988). "Je ne mange plus qu'avec la bouche" est le langage que tient, chez les Béti du Cameroun, la femme ménopausée, interdite de rapports sexuels (Laburthe-Tolra, 1981 : 354-355). A l'inverse de celle de l'homme, la bouche féminine doit modérer le flot de ses paroles. Il survient même, comme chez les Bambara, qu'elle soit métaphoriquement "cousue" par le tatouage des gencives.

Fonction procréatrice et fonction nourricière sont, comme partout, communément entrelacées. Alors que la jeune fille nubile ne détient jamais la responsabilité d'une cuisine, préparer de la nourriture pour un mari ou un amant est un témoignage d'amour, lui-même exprimé à l'occasion en termes culinaires. Dans les ménages polygynes, le tour de cuisine est toujours conjoint au tour de nuit. On dit du repas confectionné pour un homme convoité qu'"il ôte le pantalon" (Cormont, 1988). Inversement, l'interruption des rapports sexuels (menstruation, allaitement, ménopause) met fin aux préparatifs culinaires à l'intention de son conjoint.

Les équivalences de la féminité et de certaines catégories de l'univers (terre, eau, pluie, végétal, lune, etc) inscrivent également les cultures africaines dans un registre symbolique à peu près universel. De même que la Terre est "déesse Mère" chez les Ibo, Lobi, Ashanti, Ewe, etc, la déesse de l'Eau (ou de la Mer), lemanja, est associée à la fécondité. Transférée au Brésil, elle a donné naissance, comme on sait, au culte syncrétique de l'Immaculée Conception, parfois figurée par N.D. de Lourdes (Motta, 1994). Le lamentein, mammifère aquatique qui peuple les grands fleuves, est révééré comme ancêtre fécondant

comme l'est aussi, parfois, le crocodile, compagnon néanmoins inquiétant des lavandières. Il existe un lexique commun entre l'univers agro-végétal et la sexualité féminine: calebasse = sexe féminin; racine = mère; labourer = déflorer; planter ou ensemercer = concevoir; mûrir = naître; fruit = enfant, etc. Faut-il préciser, cependant, que la métaphore de la procréation n'est pas toujours étrangère à la sphère des activités masculines, comme s'il n'existait de création authentique que sur le modèle de l'enfantement? C'est ainsi que les anciens forgerons de l'Afrique centrale assimilaient le haut fourneau à une matrice et le forgeron à un accoucheur masculin (Monino, 1983).

Régulé par l'intervention masculine qui l'encadre et l'associe au rituel, le temps de la nature, enfin, incorpore l'une et l'autre part du monde humain dans un dualisme récurrent: tandis que la saison des pluies, féminine, propice à la vie végétale et aux activités agricoles, opère une sorte de repli sur soi et maintient en sommeil les activités socio-culturelles, la saison sèche, masculine, est, une fois les récoltes engrangées, la revanche de la vie culturelle et festive. En fermant les voix de la nature (celles des femmes et celles des êtres naturels), elle libère la parole des hommes pour le chant, le rêve et la conquête.

B. La nature féminine, on l'a mentionné précédemment, est, dans la pensée masculine, le résidu hypertrophié d'un être plus complet et tout puissant. Privée dans la guerre des sexes de la part que les hommes lui ont ravie, elle est, à l'image de la nature elle-même, nourricière et généreuse, menaçante, imprévisible et, en quelque sorte, sauvage. Sa parole est incontinent et sa sexualité débridée. Mise à l'écart des secrets et des honneurs, y compris dans l'intimité du couple conjugal (elle dort sur le côté gauche, son mari sur le côté droit), exposée, dans son corps, à la pollution et à la souillure (sang, sperme), elle doit aussi périodiquement se purifier et s'éloigner temporairement de la sphère consacrée de la culture.

Une autre dimension de la femme africaine (dans laquelle on reconnaîtra là encore des références largement répandues) est sa capacité à donner la mort. Car si la femme ne peut pas, à proprement parler, tuer, c'est-à-dire infliger la mort en versant le sang-ce qui lui interdit, au passage, de procéder aux sacrifices-, elle peut, tout autant, retirer la vie qu'elle a donnée. De là est issu le mythe très répandu de la Mère dévorante (Denise Paulme, 1976); une courge

énorme (figurant la Mère) refuse d'être cueillie et finit par avaler celui qui accepte de la défier. Ainsi détachée de sa tige, elle engloutit tout sur son passage: animaux domestiques, hommes, maisons, etc. Surgit alors un bélier (le héros masculin) qui, affrontant le monstre, l'éventre d'un coup de cornes. Ainsi libérés de leur carapace, les hommes se dispersent sur la terre entière. Un autre mythe met en scène le personnage d'un jeune cadet de famille qui, étant né précocement, s'est accouché lui-même (sorte de Petit Poucet). Capturé par une ogresse avec ses frères aînés, il substitue à ces derniers les enfants de l'ogresse qui dévore sa progéniture. Après s'être échappé, le héros se retourne contre l'ogresse et la tue.

Parfois associé à la belle-mère (qui reprend ses enfants), ou autrement désigné dans la figure de la femme stérile (qui a dévoré ses enfants dans son utérus et représente une menace pour la fécondité générale), le personnage de l'ogresse est parfois difficile à distinguer de celui de la sorcière. Si la magie noire (*sorcery*, pour parler le langage d'Evans-Pritchard) relève généralement du domaine masculin, l'envoûtement (*witchcraft*) appartient plus fréquemment aux femmes. Manifestation d'un ancêtre vengeur (qui "mange" métaphoriquement l'un de ses descendants) ou intrusion immodérée de la nature indomptée dans la culture, la sorcellerie menace la nature féminine, ambivalente et crédule. Image redoutable plus que dépréciatrice, elle figure aussi, n'en doutons pas, parmi les armes de l'univers féminin dans un monde diligenté par la loi des hommes.

II. Regards de l'ethnographie sur la condition de la femme africaine

En forçant un peu le trait, on pourrait soutenir que l'idéologie de la domination se pare des défenses qu'elle ne peut entièrement assurer dans la vie réelle. Il en est ainsi, sans doute, des représentations consacrées de la femme africaine. Inégalement discriminée, mais nulle part réellement assujettie, la femme africaine connaît une situation à la fois commune et singulière, mais en rapide évolution, en particulier dans les milieux urbains.

A. Symboliquement minorée, la femme africaine, soulignons-le tout d'abord, est aussi partout socialement brimée: elle est mariée par

sa famille dans des conditions qui évoquent parfois l'achat; elle doit supporter la polygynie et le lévirat; sa charge de travail est largement supérieure à celle des hommes; elle n'accède pas au pouvoir politique et religieux. Un regard panoramique et comparatif sur l'ensemble de l'aire culturelle considérée fait apparaître toutefois des différences de traitement et de statut, compte-tenu de la nature des genres de vie, de la division du travail et des régimes de filiation.

Passons rapidement, en premier lieu, sur cette dernière distinction trop souvent mise en avant par les anciens auteurs. Il est bien connu, en effet que les sociétés matrilineaires – répandues en Afrique du Sénégal au sud de la Zambie – ne représentent pour les femmes aucun bénéfice politique ou religieux, le pouvoir lignager étant concentré entre les mains des frères de l'épouse, dits encore "oncles utérins". Faut-il préciser que la quasi-totalité des sociétés matrilineaires sont aussi patrilocales, achevant de déposséder ce qui aurait pu subsister du pouvoir maternel sur le gendre et les enfants.

A l'intérieur du couple marié, en revanche, le système matrilineaire présente un avantage pour l'épouse: sa descendance n'appartient pas à son mari mais à son frère, le premier exerçant ses droits paternels sur ses propres neveux. En tant que soeur de l'oncle utérin, elle est en quelque sorte déléguée de l'autorité du chef de lignage. C'est à lui qu'elle rendra compte de son éventuelle stérilité et non pas à son mari, davantage préoccupé de la fécondité de ses soeurs déjà mariées.

Beaucoup plus que les régimes de filiation, les formes technico-économiques associées aux genres de vie orientent les statuts et les rôles dans la famille et dans la société. Décrivant les usages de l'agriculture africaine, l'anthropologie distingue communément (et schématiquement) deux types d'organisation en fonction de la nature des plantes cultivées, elle-mêmes largement dépendantes des régimes climatiques: la céréaliculture répandue dans les zones sèches et semi-humides, au nord, à l'est et au sud de la zone de référence; l'horticulture, forme typique des régions équatoriales, du golfe de Guinée au Zambèze, du sud de la Centrafrique au nord de l'Angola.

-On sait que la céréaliculture se caractérise par la domestication de graminées, plantes sexuées se reproduisant par pollinisation et contenant un pourcentage élevé de protéines. Accordées à un régime climatique fortement contrasté (morte-saison), les graminées africaines (mil, sorgho, plus rarement riz et maïs) se cultivent généralement en plein champ, avec courtes jachères (parfois assolement), labours et fertilisation par les animaux domestiques. L'usage des graminées impose la consommation de la partie aérienne de la plante, récoltée en une seule fois et conservée dans un grenier (stock de matière morte).

-A la différence de la céréaliculture, l'horticulture s'attache à des tubercules, plantes monosexuées (clones) se reproduisant par bouturage et modestement pourvues de matières protéinées. Assortis à des milieux forestiers humides et à climat quasi-constant, les tubercules (manioc, taro, ignames, patates douces) se cultivent généralement sur de petites parcelles conquises temporairement sur la forêt et restituées à cette dernière après un usage de trois ans. Sans animaux domestiques, ni labours, ni assolements, les horticulteurs consomment la partie souterraine de la plante qui est conservée dans le sol (stock de matière vivante). Le champ tient lieu de grenier et, hormis le cas de l'igname, la récolte a lieu au fur et à mesure des besoins.

Opposés sur le plan biologique et agronomique, ces deux modes de culture se distinguent tout autant d'un point de vue social et symbolique. La céréaliculture associe davantage le travail masculin. Attachés à la fabrication des outils (houe, faucille) et à l'entretien des animaux (toujours marqués du côté masculin), mais chasseurs très occasionnels, les hommes ne se contentent pas des tâches de défrichage et de labour: ils récoltent, transportent, transforment et engrangent les épis. Maîtres de l'avenir et gardiens de la sécurité collective, ils gèrent et protègent les greniers et tiennent les femmes soumises aux caprices des oracles, des faiseurs de pluie et des fauteurs de guerre. Le caractère collectif de la plupart des tâches implique par ailleurs le caractère centralisé de la gestion du terroir. La société est autoritaire, les hommes sont puissants, sévères et redoutés.

Dans l'horticulture, au contraire, le travail masculin est concentré sur le début du cycle. Son caractère exclusivement prédateur (abattis, brulis) s'accorde avec les autres tâches qu'exigent l'absence d'élevage et la faiblesse protéinique des tubercules (chasse, pêche). A la dimension collective, à l'apparence ludique du travail masculin – au demeurant peu important en quantité – s'opposent également la monotonie et l'isolement du travail féminin: plantation, butage, sarclage, récolte, transport et transformation. L'éloignement fréquent des parcelles cultivées, l'impossibilité de stocker en dehors des champs, l'absence des animaux de bat alourdissent les tâches de portage. Fortement marquée symboliquement, l'horticulture s'insère dans le pôle matriciel de la mère féconde: le baton à fouir est un phallus; le tubercule est un enfant qui se métamorphose en substance nourricière lorsque, une fois roui et pressé, il devient une pâte molle et laiteuse. Si la gestion du terroir demeure au loin commandée par les hommes (répartition des parcelles entre familles restreintes, délimitation des espaces de jachère et des confins réservés à la chasse), celle des parcelles est abandonnée au pouvoir des épouses. Peu investis dans le cycle agricole, les hommes se déchargent sur les femmes du produit de la récolte. Maîtresses des marchés vivriers, celles-ci sont aussi bien souvent maîtresses des marchés en général, du commerce et de l'argent.

Un autre modèle d'organisation est celui des éleveurs, nomades ou transhumants. Ici, hommes et femmes sont encore davantage séparés symboliquement et physiquement. Assujettis aux animaux, les hommes y attachent leurs pas et l'essentiel de leurs soins: ils surveillent, protègent, abreuvent et procèdent (souvent) eux-mêmes à la traite. Exposés aux razzias, ils pratiquent la *vendetta*, célèbrent la vaillance, apprécient les armes et glorifient la guerre. Les femmes, de leur côté, gagnent en indépendance leur éloignement du bétail et la faible fécondité qu'impose la mobilité du groupe familial.

B. Quelle que soit la rigueur de la condition féminine, la situation qui vient d'être évoquée des sociétés de pasteurs nomades fait ressortir une dimension importante, mais parfois sous-estimée, des statuts des deux sexes.

Hommes et femmes forment deux microcosmes cloisonnés et autonomes, bornés et, en quelque sorte, protégés l'un de l'autre par

un système complexe d'exclusions et d'incompatibilités. Ces deux territoires culturels, sans doute, sont hiérarchiques et occupent un rang distinct dans la vaste classification de l'univers. Ils communiquent néanmoins l'un à l'autre par plusieurs formes d'inclusions: inclusions par le haut dans le panorama général de l'humanité qui fait des hommes, sans les femmes, des créatures éphémères et dérisoires, vouées à une mort sans recours. Inclusion par le bas qui substitue aux rapports paradigmatiques des sexes les relations vivantes de l'amour et du pouvoir.

Mari et femme entretiennent publiquement des relations d'évitement. Ils ne s'embrassent in ne se témoignent aucun signe d'affection même après de longues séparations et ne se rejoignent que la nuit dans le secret de la maison. Ainsi ne constituent-ils pas, au sens occidental du terme, un couple dont la loi interne est idéalement celle du partage et de la fusion. Quelle que soit la force de leur attachement, leur domaine d'appartenance – qui affronte le destin mais autorise l'indulgence, affranchit du jeu social et sert de refuge aux défaillances – demeure le lignage de leurs ancêtres. Ici (et, en particulier, entre frères et soeurs), la différence hiérarchique des sexes s'estompe en même temps que la réserve distante que maintiennent entre eux les époux.

Inscrite dans le même code général de déchiffrement du monde, la division sexuelle du travail contribue à l'autonomie économique de chaque catégorie. Mari et femme sont financièrement souverains. Contribuant à l'entretien commun du ménage, ils conservent pour eux-mêmes le surplus de leurs revenus en nature ou en argent. L'investissement des femmes dans les activités commerciales représente, à cet égard, un avantage dont elles savent tirer parti. Engagées dans des entreprises de toute nature, il n'est pas rare qu'elles y emploient leur conjoint comme simple salarié (Colette Le Cour Grandmaison, 1978).

Isolées les unes des autres au sein des unités résidentielles, astreintes, on l'a mentionné, à des besognes solitaires, les femmes, par ailleurs, forment fréquemment des associations. Constituées à l'échelle horizontale du quartier, du village, de la micro-région ou réunissant les membres d'une même corporation (commerçantes, artisanes), les associations féminines mettent en oeuvre des

mécanismes d'entraide et de solidarité entre femmes et au bénéfice des femmes (associations d'épargne, encore désignées sous le terme de *tontines*, associations éducatives pour la promotion de nouvelles techniques, etc). Mais les associations ne sont pas seulement l'un des moyens de fortifier la position d'une catégorie sexuelle dans un contexte inégalitaire. Elles ont, pourrait-on dire, charge de service public et remplissent à certains égards une mission de gouvernement. L'objectif n'est plus alors d'agir en faveur des femmes, mais d'exercer, au bénéfice d'une communauté multiforme et suprafamiliale une fonction substitutive relevant normalement d'un pouvoir fédérateur (entraide à l'occasion des funérailles, groupement pour l'achat d'un moulin à moteur, création d'un dispensaire, etc). C'est ici qu'apparaît avec clarté la distortion – toujours chronique, mais aujourd'hui grandissante – entre le modèle et la pratique. Interprètes du monde sacré, monarques des lignages, ordonnateurs et conservateurs des équilibres, les hommes règnent sur un monde changeant qu'ils ne peuvent davantage gouverner ni conserver.

Conclusion

On a suffisamment insisté jusqu'ici, sans qu'il soit besoin d'y revenir, sur le fait que la capacité de procréer marque dans l'esprit des hommes la différence et l'inégalité des sexes. Cette différence alimente dans la tradition la suprématie culturelle du sexe masculin, laquelle tend naturellement à s'estomper dès lors que la différence elle-même s'abolit. Peu distingués avant la puberté, les sexes se rejoignent dans la vieillesse. La femme ménopausée – par ailleurs mère et épouse accomplie – reconquiert la part d'humanité dont elle fut jadis dépossédée. Détachée de la sphère naturelle qui alimente la vie, elle est physiquement purifiée. Protégée des souillures du sang (on dit de la femme ménopausée qu'"elle ne lave plus ses pagnes"), elle l'est tout autant de celles du sexe car les rapports conjugaux, qui perturberaient, croit-on, l'ordre du monde, lui sont dorénavant interdits. Elle accède alors à la parole, aux secrets et au pouvoir.

La reconquête sociale des femmes africaines n'a plus à attendre aujourd'hui l'accomplissement de la vieillesse. On a vu précédemment qu'elle s'exprime dans une dynamique du corps social que les hommes sont de plus en plus impuissants à contrôler. En dépit de la crise gravissime que connaît depuis dix ans l'ensemble du

continent, elle avance à grands pas dans l'éducation jusqu'au niveau universitaire. A travers l'image des *Nana-Benz* de l'Afrique de l'Ouest, chacun connaît, par ailleurs, les promotions fulgurantes de ces femmes d'affaires, commandant à des foules d'employés mâles, roulant en Mercedes (Benz) et familières des voyages intercontinentaux.

A un niveau plus modeste, d'autres exemples de promotion féminine ne sont pas exempts de contradictions et d'ambiguïtés. Dans bon nombre de régions rurales – et, en particulier, dans les sociétés horticoles – le progrès technique (outils de métal, fusils de chasse, matériaux standardisés pour la construction des maisons, moyens de transport motorisés, etc) n'a guère bénéficié aux femmes en même temps qu'il dépossédait les hommes de leurs anciennes activités artisanales. A l'aggravation souvent considérable de la charge du travail féminin (qui doit de plus en plus pourvoir par le marché aux nécessités du ménage) correspond une réduction croissante de la sphère d'intervention des hommes que ceux-ci hésitent encore à déplacer ou dans laquelle ils ne trouvent pas toujours de substituts marchands. L'exode rural masculin sert alors d'exutoire à une situation économiquement sans issue. Demeurées seules à la campagne, où elles reçoivent à l'occasion la visite de leurs époux, les femmes assument à la fois la charge et la responsabilité de la production, du ménage et des affaires familiales et villageoises, en empiétant toujours davantage sur le domaine masculin. Cette intervention déborde d'ailleurs fréquemment le cadre restreint de la famille et du village. Alors que les administrations d'Etat perdent leurs assises et leur crédit dans les campagnes, les Organisations Non Gouvernementales (ONG) exercent, avec le concours massif des femmes, des missions de concessionnaires d'un nouveau genre qui prolongent celles, déjà évoquées, des associations.

Si souvent décriée – et d'ailleurs si mal vécue en général la polygynie, enfin, revêt dans les zones urbaines une apparence entièrement nouvelle. Le principe qui soutient cette formule originale consiste, pour un homme déjà marié, à entretenir, en dehors de son domicile, une ou plusieurs maîtresses "casées" désignées par le terme humoristique de "bureaux". Ce qui distingue la condition de ces maîtresses de celle des co-épouses est leur relative autonomie, à la fois statutaire (aucune compensation matrimoniale n'ayant été versée,

elles sont libres de rompre à chaque instant), territoriale (elles résident dans une maison qu'elles occupent seule), sexuelle (elles possèdent parfois plusieurs amants) et financière (elles disposent couramment de revenus en propre). Il n'est pas rare que ce statut soit aujourd'hui délibérément recherché dans un but de promotion sociale ou professionnelle: financement des études, acquisition, par protection, d'un emploi convoité, achat d'une boutique, création d'une petite entreprise. C'est ainsi que, sous le patronage d'un homme mûr, influent et (si possible) riche et généreux, des jeunes femmes "modernes", veuves ou divorcées, voire même certaines célibataires "libérées"(étudiantes) échappent au sort commun auquel les aurait destinées le rôle de simple épouse.

Ainsi change, avec celui de la femme, le visage de l'Afrique. Changement bien incomplet, toutefois, comme le rappellent les troubles politiques récents. Car si hommes et femmes sont les uns et les autres comptables d'un destin commun, il reste assez d'hommes pour penser qu'à défaut de pouvoir créer le corps vivant, il n'est d'autre issue que cette création illusoire qu'est la puissance des mots, des empires et des armes.

Références bibliographiques

ADAM, Michel. 1980. "Manioc, rente foncière et situation des femmes dans les environs de Brazzaville (République, populaire du Congo)", *Cahiers d'Etudes africaines*, 77-78, XX(1-2): 5-48

———. 1993, "Espace et temps chez les Gikuyu du Kenya", Paris, 14 p. (mult.), à paraître en 1994 dans un ouvrage collectif sous la direction d'Isabelle Dayan et Nicolas Govoroff (Paris, Laboratoire d'Ethnologie et de Sociologie comparative)

CORMONT, Catherine. 1988, *Essai sur la féminité Bambara*, Tours, Université François Rabelais, thèse sous la direction de C. Pairault, 437p. (mult.)

DELUZ, Ariane. GRANDMAISON, Colette le Cour, Laurentin, Anne Retel. 1978, *La Nette et le manguier*, Paris, Mercure de France

DIETERLIN, Germaine. 1951, *Essai sur la religion, bambara*, Paris: PUF

DOUGLAS, Mary. 1963, *The Lele of the Kasai*. London: Oxford University Press ("International African Institute")

———. 1986, *How Institutions think*, Syracuse (N Y), Syracuse University Press

GODELIER, Maurice. 1982, *La Production des grands hommes. Pouvoir et domination masculine chez les Baruya de Nouvelle Guinée*, Paris, Fayard

HERITIER, Françoise. 1978, Fécondité et stérilité, In: *Le Fait féminin*, Paris: Fayard: p. 289-306

———. 1985, "Le Sang du guerrier et le sang des femmes", *Les Cahiers du GRIF* ("L'Africaine"), n° 29 p. 289-306

LABURTHER-TOLRA Philippe, 1981, *Les Seigneurs de la forêt. Essai sur le passé historique, l'organisation sociale et les normes éthiques des anciens Beti du Cameroun*, Paris: Publications de la Sorbonne ("Série NS Recherche"n° 48)

LEMOINE-LUCCIONI, Eugénie, 1976, *Partage de femmes*, Paris: Seuil

MATHIEU, Nicole-Claude,1973,"Homme-culture et femme-nature ?", *L'Homme*, XIII(3)

MONINO, Yves, 1983, Accoucher du fer. La métallurgie Gbaya (Centrafrique), In: ECHARD, Nicole(éd.). *Métallurgies africaines. Nouvelles contributions*, Paris: Mémoires de la Société des Africanistes, n. 9 p. 281-310

MOTTA ,Roberto. 1994, "Le Métissage des dieux dans les religions afro-brésiliennes", manuscrit, 21 p.

PAULME, Denise (éd), 1960, *Femmes d'Afrique noire*, Paris: Mouton

———. 1976, *La Mère dévorante. Essai sur la morphologie des contes africains*, Paris, Gallimard ('Tel')

SINDZINGRE, Nicole, 1979, Un Excès par défaut : excision et représentations de la féminité, *L'Homme*, XIX(3-4)

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL CONTRA AS MULHERES:

algumas reflexões sobre uma questão complexa

Lucidalva M^a do Nascimento^{*0}

"A subordinação da mulher ao homem mostra que as relações entre homens e mulheres se produzem e se reproduzem dentro do processo social como um todo, e a maneira como estas relações se produzem e reproduzem, em detrimento das mulheres. Ao tomar a subordinação da mulher ao homem como questão central a ser analisada, podemos, então, verificar como as relações dessa subordinação de gênero estão vinculadas a outros problemas que afligem as mulheres, como a violência".

O problema social da subordinação, opressão, discriminação e exploração da mulher não está na mulher, assim como o problema étnico não está no negro ou no índio, nem o problema dos sem-terra ou de moradia está no agricultor ou no sem-terra. Está nas pretensas formas de organização e de convívio, isto é, de exploração e dominação criadas, mantidas e atualizadas pela sociedade que, através do tempo, legitimam a "superioridade" e a conseqüente dominação dos homens sobre as mulheres, dos brancos sobre os negros e índios e da classe dominante sobre a classe operária.

Portanto, para entender a violência contra a mulher, é importante trabalhar com o conceito da relação social de gênero. Isso significa aceitar que as relações entre homens e mulheres na sociedade não são derivadas da biologia. A diferença biológica é palpável e está incluída nas relações entre pessoas de sexo diferente. Mas é também evidente que essa diferença se delimita na determinação física do corpo e nas funções de macho e fêmea para a reprodução biológica da espécie, e nada justifica que, a partir dessa diferença, se constituam modelos de relações sociais que impliquem a subordinação de um sexo ao outro, e que a violência esteja presente nesta relação.¹⁰

0 ^{*} Assessora Jurídica do Programa de Apoio às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Sexual - Centro das Mulheres do Cabo - PE

O Cenário da Violência

Sabemos que a violência contra as mulheres não afeta apenas as mulheres pobres do Terceiro Mundo. Ela é uma constante no cotidiano das mulheres, atravessa ideologias, classes sociais, raças e etnias. Ela representa um abuso físico, sexual, emocional e econômico no seio da família. Ela nega a auto-estima às mulheres e destrói sua saúde, causando-lhes danos físicos e psicológicos, além de entorpecer o desenvolvimento humano das mulheres, obstaculizando a sua participação na sociedade: tornando-as vulneráveis e temerosas, fazendo com que permaneçam à margem dos processos de tomada de decisões. É uma forma de controle que limita sua capacidade de optar, em quase todas as esferas (escolas, lar, trabalho, espaço público).

Suas causas estão relacionadas com as desigualdades entre homens e mulheres e com a hierarquia de gênero, onde o masculino domina o feminino. O isolamento doméstico leva ao desconhecimento de seus direitos. A isso se somam a violência social e a perda de valores éticos, como o respeito e a solidariedade.

O contexto brasileiro tem sido palco dessa violência contra as mulheres. Dados levantados mostram que 70% dos agressores são maridos das vítimas; 52% delas são donas-de-casa que não trabalham fora e 37% exercem profissões consideradas femininas; 82% das lesões são em parte visíveis do corpo, para atingir a beleza das mulheres e criar-lhes estigmas; em 57% dos casos utilizaram-se meios cruéis. Isso tudo sob a justificativa do alcoolismo (53%) e do ciúme (14%)²⁰

Em pesquisa realizada nas Delegacias do Cabo, Ponte dos Carvalhos, e na 2ª Delegacia da Mulher, no período de janeiro de 1991 a setembro de 1993, coordenada pelo Centro das Mulheres do Cabo - Organização Não Governamental, que desenvolve distintos programas, dentre eles, o de apoio às mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, - apontou 733 registros de agressões praticadas contra as mulheres. Os motivos que levam à prática da violência

0 ¹ Viezzer, Moema - O problema não está na Mulher.

0 ² Goldberg, Maria Amélia Azevedo.

contra a mulher podem ser considerados sem importância: os agressores apenas justificam o poder e a dominação que o homem exerce sobre a mulher. Em nome do "amor", da "moral", e da "honra", a mulher é constantemente maltratada, espancada, humilhada e assassinada. O ciúme, a embriaguez, a recusa à reconciliação são pretextos usados como causa da violência praticada contra a mulher.

A maioria da violência ocorre no ambiente doméstico, na família. Portanto o agressor é sempre alguém da confiança e do convívio da vítima (pai, padrasto, irmão, vizinho, tio, compadre, marido, namorado, companheiro, amante). Isto nos leva a repensar uma forma de organização do núcleo familiar, onde a família é colocada pela sociedade como um espaço de segurança da mulher.

Essa violência, quando não se dá de forma evidente, ocorre com frequência no cotidiano das mulheres, embutida e disfarçada através do pensamento dominante como a segurança da *cultura machista* de que "a mulher é propriedade do homem", de forma a perpetuar o poderio do macho sobre a fêmea, a *conveniência da sociedade* de que "em briga de marido e mulher não se mete a colher" e o *apoio da igreja*, quando impõe às mulheres obediência e submissão.

A violência praticada pelos homens contra as mulheres demonstra a intenção explícita de submeter a mulher às suas vontades. Representa um abuso físico, psicológico e sexual, deixando marcas profundas no corpo e na vida das mulheres.

A *violência física* toma forma quando o homem esbofeteia, belisca, morde, dá socos e pontapés, espanca, maltrata, esfaqueia, alveja a tiros e até mesmo mata a mulher.

A *violência psicológica* se apresenta quando o homem galhofa da mulher, insulta-a constantemente, critica-a sempre, calunia e difama, grita com ela, desvaloriza seu trabalho e a faz viver com sentimento de culpa e inferioridade. Ameaça-a de morte ou de tomar-lhe os filhos, levando-a, por vezes, até ao suicídio.

A *violência sexual* se manifesta quando o homem obriga a mulher a ter relações sexuais, com ele ou com outros, ou a força a prática sexuais que não a agradam. Nos crimes sexuais a mulher tem seu corpo, sua vontade e seus direitos negados, numa demonstração de brutalidade extrema do homem sobre a mulher.

Onde se Estrutura a Violência

- a) na família patriarcal - com a separação do público e do privado, a negação da participação da mulher no espaço social, as relações afetivas e sexuais são baseadas no poder do homem sobre a mulher;
- b) na educação (diferenciada) - educação da mulher voltada para a submissão, para a maternidade, onde as mulheres aprendem a ser frágeis, a não se defenderem;
- c) na ideologia (dominante) - formação do imaginário do indivíduo: a sexualidade no imaginário é baseada na violência, é um ato de poder e não de afetividade;
- d) na linguagem - idéia de poder calcada na dominação masculina. A linguagem exclui a mulher de qualquer possibilidade de poder, há uma desvalorização da mulher chegando até à pornografia;
- e) nos meios de comunicação - trabalham a idéia da sedução da violência: é a mulher que provoca, que seduz, que "pede".

A Construção de uma Relação de Poder:

- a) Fazendo com que as mulheres reconheçam e assimilem sua inferioridade, as mulheres apreendem uma visão de si mesmas como objetos, como o outro (alteridade de que fala Simone de Beauvoir: você existe porque existe o outro, o homem);
- b) a educação para o medo - o medo da violência, de sair às ruas, de falar, de protestar, da violência sexual, de enfrentar o mundo, etc. Construção de personalidades para o medo;
- c) o elemento que torna mais difícil lidar com a violência é a humilhação. As relações pessoais e afetivas são permeadas pela

agressividade, o que é contraditório com o discurso "oficial" e religioso do amor eterno, casamento, etc;

d) a aceitação social da violência sexista como "natural" e legítima faz com que ela se mantenha e se repita cotidianamente.

Manifestação de Violência

Violência Doméstica - consiste em humilhações, ameaças, bofetadas, murros e pontapés, abuso sexual, ameaças de morte e assassinatos, bem como toda a intenção de causar danos físicos ou emocionais, criando um ambiente permanente de pânico e terror. O homem controla a mulher pela força e intimidação. Ocorre principalmente dentro da intimidade do espaço privado e é por isso que se denomina violência doméstica.

Os maus tratos domésticos são uma realidade que afeta uma alta percentagem de mulheres em nossa sociedade. Geralmente, permanecem ocultos, escondidos no âmbito das relações familiares por medo ou vergonha e por ter sido trabalhada a idéia de "roupa suja se lava em casa", e por considerar que os maus tratos são assuntos privados do casal.

A imagem da família como o espaço onde se manifestam os afetos, os cuidados com os demais, o amor, etc, oculta frequentemente as relações de autoritarismo, de subordinação das filhas, dos filhos e da mulher ao homem. A autoridade paterna às vezes impõe o regime de quase escravidão.

Não podemos esquecer que a violência sexual no âmbito doméstico inclui o homem obrigando a mulher a ter relações sexuais por ser seu marido. E, muitas vezes, as mulheres se violentam permitindo o ato sem vontade porque aprenderam que esta é a sua obrigação.

Violência Sexual (estupro) - é um atentado á integridade física e emocional da mulher. O estupro das mulheres é um ato brutal de exercício da dominação dos fortes, que buscam humilhar, amedrontar, degradar a dignidade de uma pessoa.

A base central da existência do estupro é a opressão de gênero, o poder patriarcal dos homens sobre o corpo e sobre a vida das mulheres, a negação do seu direito de decidir sobre seu corpo e sua sexualidade.

Historicamente, o corpo da mulher, de cada uma em particular, e de todas, é tratado como propriedade dos homens, que se fundamentam na manutenção da supremacia masculina e na visão de uma sexualidade constituída a partir dessa supremacia.

Os estudos realizados para definir o papel do estuprador têm concluído que são casados ou solteiros *conhecidos* das vítimas. Daí, deduzirmos que é um mito falar que os estupradores têm problemas emocionais. Eles existem em todas as raças e classes sociais: há ricos e poderosos, homens da lei, negros e brancos, intelectuais e trabalhadores, e muitos têm comportamentos exemplares em outras esferas da vida. O estupro tem sido minimizado pelo Estado, que não leva em conta a magnitude do problema. As estatísticas existentes, em função do baixo número de denúncias, não se constituem em fator de relevância. Quando uma mulher se "atreve" a denunciar tem que passar por tortuosos e humilhantes caminhos: delegacias de polícia, médicos legistas... Para a grande maioria, a investigação se converte em outra violência. Levando-se em conta que perpassa uma total negação ou aceitação da fala da mulher, não há credibilidade à sua história.³⁰

O sistema legal brasileiro que rege normas punitivas em relação à violência contra a mulher sustenta-se em leis discriminatórias, de modo que impede a participação plena das mulheres no desenvolvimento da sociedade e dificulta a luta por seus direitos quando estes lhes forem negados e/ou violados. Mostra claramente que as leis existentes, além de não serem eficazes e aplicadas, não são veículos perfeitos para a promoção, proteção e defesa dos direitos da mulher.

0 ³ Souza, Valquíria Alencar: Texto Violência Sexista - Centro da Mulher 8 de Março.

O silêncio e a impunidade são mecanismos centrais de manutenção da violência. O silêncio atua como elemento de consentimento e impunidade. As mulheres, ora da classe menos favorecida, ora da classe média e/ou alta, hesitam em denunciar atos de violência por vários motivos: medo, vergonha, dependência econômica, influência da igreja, falsa ilusão de que vale o sacrifício de sofrer para manter a família unida, além do embaraço e humilhação nas delegacias. Na polícia, a mulher (vítima) é questionada de modo a sentir-se culpada ou até a acreditar que mereceu sofrer tal violência.

A não aplicação da lei gera a impunidade, deixando criminosos e agressores de mulheres esquecidos, absolvidos, com processos arquivados ou, quando condenados, recebem penas leves. Os atos violentos dos homens contra as mulheres são aceitos como naturais, como se fosse "normal" a violência doméstica.

A relação entre os sexos é tratada simplesmente como algo privado, permitindo a impunidade dos agressores.

Denunciar a violência é um dos caminhos para romper o silêncio da opressão, mas é preciso buscar mudanças no comportamento social do homem e da mulher, quebrando os falsos padrões tradicionais da sociedade, para que homens e mulheres possam conviver com as diferenças, respeitando-se mutuamente.

À guisa de Conclusão

Em sendo a violência contra a mulher a forma mais dramática de discriminação, mulheres do mundo inteiro começaram a se organizar em busca de uma cidadania plena, não perdendo de vista que mulheres e homens são seres humanos iguais, em dignidade e em direitos. O que as mulheres propõem é apenas e simplesmente que a sociedade se estruture e se organize em função da igualdade social.

Apesar de tudo, é o poeta que, de forma muito feliz, canta o momento atual que vivemos:

DIGA LÁ, CORAÇÃO

(Gonzaguinha)

No novo tempo,
apesar dos perigos,
a gente se encontra
cantando na praça
fazendo pirraça
pra sobreviver.
No novo tempo,
apesar dos perigos
da força mais bruta
da noite que assusta
estamos na luta pra sobreviver.

Bibliografia

ALVES, Branca Moreira. *O Que é Feminismo*. Editora Brasiliense. (coleção primeiros passos nº 44).

LANGREY, Roger. *Mulheres Espancadas - Fenômeno Invisível*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1980.

VIEZZER, Moema. *O Problema Não Está na Mulher*. Ed. Cortez.

SOUZA, Valquíria Alencar. *Texto sobre Violência Sexista - Centro da Mulher 8 de Março*.

CEFEMEA. *Centro Feminista de Estudos e Assessoria - Pensando nossa Cidadania - propostas para uma legislação não discriminatória*.

CONFERÊNCIA Mundial sobre Direitos Humanos (Vilma - 1993) - *Direitos da Mulher são Direitos Humanos*.

COLEÇÃO Seminários - Direitos Humanos - nº 18.

CONSELHO Nacional dos Direitos da Mulher - *Quando a Vítima é Mulher*.

MULHER NEGRA, POBREZA E SAÚDE REPRODUTIVA

Suely Carvalho^{*0}

A sociedade brasileira tem uma grande dívida de reconhecimento para com as mulheres negras e as mulheres indígenas. Nessas duas culturas encontra-se a origem das Parteiras tradicionais no Brasil. As mulheres indígenas faziam seus próprios partos com a ajuda da anciã da tribo. Utilizavam recursos naturais que hoje, aperfeiçoados e industrializados, são aproveitados pela medicina moderna. As mulheres negras, trazidas escravas da África, trouxeram também a sua tradição de parteiras. Eram elas que faziam os partos das "senhoras brancas esposas dos colonizadores"; amamentavam as crianças tornando-se amas de leite e bá do sinhôzinho, função imposta pela escravidão. Porém, nas sociedades dos quilombos a relação social se dava de outra forma; a parteira era valorizada e respeitada por todos como mulher sábia, aparava a vida com as mãos, curava as doenças e feridas, tinha portanto, o poder da vida e da morte como a tradição milenar das parteiras, sem que esse reconhecimento representasse ameaça ao poder das lideranças masculinas; respeitava-se a ordem de uma hierarquia natural. As mulheres dos quilombos trocavam entre si experiências: formas de desenvolvimento para educação das crianças, confecção de utensílio e vestimentas, preparação de rituais religiosos, danças, e concepção de sexualidade (no aspecto de procriação e relação amorosa). Tudo sob a observação e aconselhamento da parteira e das mulheres mais velhas que transmitiam as tradições.

Os ataques contra os quilombos, efetivados pelos brancos colonizadores na busca do poder totalitário, desmobilizou e desarticulou essa população que fragilizada foi submetida à cultura européia, impondo-lhe outros valores. Essa nova realidade acarretou profundas consequências sócio-culturais para o Brasil. Hoje não são mais as Parteiras Tradicionais que "aparam as crianças". As plantas medicinais foram substituídas pelas multinacionais de medicamentos

0 ^{*} Parteira. Coordenadora do CAIS DO PARTO - Organização Não Governamental - Recife - Pernambuco.

que determinam o que deve ser usado, o que nos leva a questionar quais os critérios dessa medicalização desenfreada. A " medicina" detém o poder absoluto no gestar, parir e nascer.

O Brasil atualmente é campeão mundial em cesarianas, está entre os primeiros países em mortalidade materna, câncer cérvico-uterino e de mama além de ostentar milhares de mulheres esterilizadas, sendo a maioria de mulheres negras. Registra-se que a cesária, às vezes é realizada arbitrariamente.

A " ciência moderna " já trouxe o futuro para hoje, e o quadro em que vivemos (com restritas exceções) é dramático e perverso. O distanciamento da cultura torna o futuro sem perspectivas. É preciso restabelecer o diálogo entre Ciência e Tradição.

A sociedade científica precisa se conscientizar da necessidade iminente de uma sistemática discussão com a população, revendo os critérios éticos, reconhecendo, respeitando e confraternizando-se com nossa cultura Afro-Brasileira.

O IV CAB acontece num momento de grande aflição social que aponta para a urgência de se encontrar um ponto de equilíbrio em todos os aspectos sociais. Esta busca exige que passemos a limpo nossos valores, nossa identidade e nossa humanidade.